



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

UNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA E DE CONTRACTOS - FCMU-BM/AFD

PROJECTO DE RESILIENÇA CLIMÁTICA E GESTÃO DE ÁGUA - RECLIMA

Projecto No. P177004

## **PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)**

Fevereiro, 2023

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>A&amp;S</b>	Ambiental e Social
<b>AS</b>	Assédio Sexual
<b>AIA</b>	Avaliação de Impacte Ambiental
<b>AIAS</b>	Avaliação de Impacte Ambiental e Social
<b>AR</b>	Avaliação de Risco
<b>ARVBG</b>	Avaliação de Risco de Violência Baseada no Género
<b>AT</b>	Assistência Técnica
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CRA</b>	Constituição da República de Angola
<b>CERC</b>	Componente de Resposta a Emergências de Contingente
<b>CRR</b>	Comissões de Resoluções de Reclamações
<b>DASS</b>	Directrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança
<b>DDC</b>	Desenvolvimento Direcionado a Comunidade
<b>DNA</b>	Direcção Nacional de Águas
<b>EA</b>	Especialista de Aquisições
<b>EAS</b>	Exploração e Abuso Sexual
<b>EIA</b>	Estudo de Impacte Ambiental
<b>EPA</b>	Empresa Pública de Água
<b>EPC</b>	Equipamento de Protecção Colectiva
<b>EPI</b>	Equipamento de Protecção Individual
<b>ETA</b>	Estação de Tratamento de Águas
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>GEE</b>	Gases de Efeito de Estufa
<b>GF</b>	Gestor Financeiro
<b>GM</b>	Geneticamente Modificado
<b>GoA</b>	Governo de Angola

<b>GT</b>	Gestor Técnico
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>GBM</b>	Grupo Banco Mundial
<b>QPPI</b>	Quadro de Política para População Indígenas
<b>M&amp;A</b>	Monitoria e Avaliação
<b>MASFAMU</b>	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
<b>MAPTSS</b>	Ministério da Administração Pública, Transporte e Segurança Social
<b>MAT</b>	Ministério da Administração do Território
<b>MINAMB</b>	Ministério do Ambiente
<b>MINEA</b>	Ministério da Energia e Águas
<b>MINOPOT</b>	Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território
<b>MRR</b>	Mecanismo de Resolução de Reclamações
<b>MUTUÁRIO</b>	Beneficiário do Financiamento
<b>NAS</b>	Norma Ambiental e Social
<b>OCB</b>	Organizações Comunitárias de Base
<b>ODM</b>	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
<b>ODS</b>	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OIT</b>	Organização Internacional de Trabalho
<b>OLC</b>	Oficial de Ligação Comunitária
<b>OMA</b>	Organização da Mulher Angolana
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONGs</b>	Organizações Não-governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAs</b>	Pessoas Afectadas
<b>PIAs</b>	Partes Interessadas e Afectadas
<b>PAR</b>	Plano de Acção de Reassentamento

<b>PCAS</b>	Plano de Compromisso Ambiental e Social
<b>PDN</b>	Plano de Desenvolvimento Nacional
<b>PEPI</b>	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
<b>PGA</b>	Plano de Gestão Ambiental
<b>PGMO</b>	Plano de Gestão de Mão-de-Obra
<b>PIB</b>	Produto interno Bruto
<b>PNA</b>	Plano de Nacional de Água
<b>PO</b>	Políticas Operacionais
<b>PRA</b>	Plano de Reassentamento Abreviado
<b>PRE</b>	Plano de Resposta a Emergências
<b>PSS</b>	Plano de Segurança e Saúde
<b>QGAS</b>	Quadro de Gestão de Políticas Ambientais e Sociais
<b>QPR</b>	Quadro de Política de Reassentamento
<b>RPC</b>	Relatório Preliminar dos Censo
<b>RAS</b>	Relatório de Avaliação Social (ou SAR <i>Social Appraisal Report</i> )
<b>RECLIMA</b>	Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
<b>SSMA</b>	Saúde Segurança do Trabalho e Meio ambiente
<b>SST</b>	Saúde e Segurança no Trabalho
<b>TdR</b>	Termos de Referência
<b>UCP</b>	Unidade de Coordenação de Projecto
<b>UTs</b>	Unidades Técnicas
<b>VBG</b>	Violência Baseada no Género

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO .....	8
<b>2. QUADRO LEGAL PARA ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....</b>	<b>17</b>
2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL .....	17
2.2. NORMAS DO BANCO MUNDIAL.....	20
2.3. RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A NORMA 10 DO BANCO MUNDIAL.....	22
<b>3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS .....</b>	<b>22</b>
<b>4. SEGUNDA FASE DE CONSULTA PUBLICA .....</b>	<b>28</b>
<b>5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS .....</b>	<b>37</b>
5.1. DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO .....	37
5.2. INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS .....	42
5.3. ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS (PIAS).....	44
5.4. NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO.....	54
<b>6. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....</b>	<b>58</b>
6.1. PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	58
6.2. PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA .....	60
6.3. PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS .....	61
6.3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE GÉNERO NOS PROCESSOS DE CONSULTA.....	61
6.4. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS .....	77
6.5. APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO.....	78
6.6. FASES FUTURAS DO PROJECTO.....	79
<b>7. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI.....</b>	<b>85</b>
7.1. RECURSOS HUMANOS .....	85
7.2. RECURSOS FINANCEIROS .....	87
<b>8. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES.....</b>	<b>90</b>
8.1. PRINCÍPIOS E ABORDAGEM .....	91
8.2. PESSOAL-CHAVE QUE IMPLEMENTA E COORDENA O MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES .....	94
8.3. DIVULGAÇÃO DO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES .....	95
8.4. PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES E PRAZOS.....	95
8.5. CANAIS A SEREM USADOS PELAS COMUNIDADES PREJUDICADAS.....	100
8.6. REQUISITOS DOS MEMBROS DO COMITÉ DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES A NÍVEL COMUNITÁRIO (CRR) .....	101
<b>9. MONITORIA E RELATÓRIOS.....</b>	<b>101</b>
9.1. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA .....	105
9.2. RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS.....	106
<b>10. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>110</b>
ANEXO 1: MODELO DE FICHA DE REGISTO DE /RECLAMAÇÕES USADO NO ÂMBITO DO PROJECTO.....	111

FORMULÁRIO/FICHA DE REGISTO DE RECLAMAÇÃO OU SUGESTÃO .....	111
ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES .....	115
ANEXO 3: RELATÓRIO DAS CONSULTAS (PRIMEIRA FASE NOVEMBRO-DEZEMBRO 2021).....	117
ANEXO 4: SEGUNDA FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS, JANEIRO 2023 .....	138
ANEXO 5: GUIÃO DAS PERGUNTAS PARA CONSULTAS PÚBLICAS.....	159
ANEXO 6: CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO.....	162
ANEXO 7: PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DO PESSOAL-CHAVE QUE COORDENA O MRR.....	163

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Principais componentes e subcomponentes do projecto RECLIMA .....	9
Tabela 2 Lista de Consultas Públicas realizadas na fase de preparação do projecto .....	24
Tabela 3 Lista de Consultas Públicas realizadas na fase de segunda preparação do projecto.....	30
Tabela 4 Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto por componentes do projecto.....	39
Tabela 5 Formas de Envolvimento das PIAs .....	44
Tabela 6 Análise das Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto .....	45
Tabela 7 Resumo de necessidades das PIAs do projecto.....	55
Tabela 8 Estratégia para envolver os grupos vulneráveis.....	62
Tabela 9 Estratégia de consulta às PIAs por âmbito/instrumento da consulta .....	65
Tabela 10 Colaboração multidisciplinar no envolvimento das partes interessadas.....	80
Tabela 11 Orçamento para a implementação do PEPI .....	87
Tabela 12 Tipos e fluxos de reclamações por fase do projecto .....	93
Tabela 13 Indicadores de Monitoria .....	103

## 1. INTRODUÇÃO

Angola é um país rico em recursos e em rápida urbanização. Graças à sua riqueza petrolífera e mineral, é considerada a terceira maior economia da África Subsaariana (SSA). A sua população de 29,7 milhões de habitantes (2017) cresce a uma taxa anual de 3,3 por cento. Após o fim da guerra em 2002, a população rural, incluindo muitos dos mais pobres, migrou para as cidades em busca de maiores oportunidades económicas. Como resultado, a população urbana representa agora cerca de 65% da população total, e ainda cresce a 4,5% por ano, uma das taxas de urbanização mais rápidas do continente. O país é muito jovem, com uma percentagem da população com menos de 15 anos de idade que atinge os 45 por cento. Devido a graves e persistentes secas e outras catástrofes naturais que o país enfrenta, prevê-se um aumento do número de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar de 2,3 para 7,4 milhões.

O acesso aos recursos hídricos Angola principalmente no sul do país é altamente vulnerável aos extremos climáticos; mais de 35 por cento do gado morreu. As causas estruturais destes impactes da seca são a má governação dos pontos de água rurais (falta de sistemas de monitorização, manutenção e reparação, instituições fracas) e a falta de preparação para a seca. A adaptação às alterações climáticas, com enfoque no Sul, e a segurança alimentar, estão, por conseguinte, a emergir como áreas prioritárias para o apoio de GBM no futuro. As infraestruturas de abastecimento de água e saneamento (A&S) foram delapidadas durante a guerra. Em 2001, apenas 27 por cento da população tinha acesso a água potável melhorada (42 por cento nas áreas urbanas). O progresso desde então tem sido lento e Angola não atingiu os seus Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para água e saneamento.

Neste contexto, o Governo de Angola, através do Ministério da Economia e Planeamento, solicitou ao Banco Mundial (BM) o financiamento para o Projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA), com vista a melhoria do abastecimento de água urbano e apresentação de serviços de saneamento, ao mesmo tempo que aborda os choques climáticos exacerbados pelas alterações climáticas em comunidades vulneráveis no sul.

Nesta fase de preparação do projecto, os mutuários definiram um programa de actividades e intervenções para o projecto ou, ainda, uma série de subprojectos propostos, de modo a atender às principais demandas identificadas, mas ainda de forma geral, sem avançar no detalhe exacto das áreas específicas de intervenção. O envolvimento das PIAs é uma das actividades que deve ser levada a cabo durante todo o ciclo de vida do projecto, começando durante o processo de preparação, selecção, implementação e operação do projecto e dentro de um prazo que possibilite consultas relevantes às PIAs sobre a concepção do projecto.

Desta forma, estabelece-se a necessidade de preparação de Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) de forma inclusiva, para responder a Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial e da legislação nacional sobre participação pública. O PEPI visa descrever o calendário e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projecto, irá igualmente descrever todo o leque de informação a ser comunicada, bem como os

respectivos prazos, às partes afectadas pelo projecto e outras partes interessadas, e também o tipo de informação que se quer receber das PIAs.

O plano será adaptado para tomar em conta as principais características e interesses das PIAs, e os diferentes níveis de envolvimento e consulta que serão apropriados para diferentes PIAs, definirá como a comunicação com as PIAs será tratada em toda a preparação e implementação do projecto. O PEPI apresenta as medidas usadas para remover os obstáculos à participação, e como os pontos de vista dos diferentes grupos afetados serão considerados. Onde aplicável, o plano incluirá medidas diferenciadas para permitir a participação efetiva dos indivíduos identificados como desfavorecidos ou vulneráveis. Abordagens dedicadas e aumento da quantidade de recursos podem ser necessários para a comunicação com os diferentes grupos afetados, para que possam obter as informações necessárias sobre as questões que potencialmente os afectarão.

### **1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO**

A gestão dos recursos hídricos pressupõe que se estabeleçam instrumentos de natureza institucional, regulamentar, económica, sendo, também, absolutamente essencial que se desenvolva um programa de investimentos que promova uma utilização eficiente da água para consumo humano e como factor de produção, se assegure a gestão das bacias hidrográficas e se preserve a sustentabilidade ambiental.

Angola tem vindo a empreender um significativo esforço na reabilitação e construção de novas infraestruturas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, por forma a permitir às populações o acesso adequado e universal à utilização da água potável e aos serviços de saneamento.

O Projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola tem como objectivo de Desenvolvimento (PDO) melhorar os serviços de Água, Saneamento e Higiene, bem como o desenvolvimento de recursos hídricos em áreas específicas e reforçar a capacidade institucional de resistência climática no sector da água, através das seguintes componentes.

Durante a primeira fase de implementação (anos 1-2) terá como foco acções de baixo custo, e intervenções escaláveis para apoiar as actividades ligadas a componente 1a (Fortalecimento Institucional, Capacitação e Desenvolvimento de Abastecimento de Água e Saneamento). Na segunda fase (anos 2 a 5), o projecto apoiará a execução das actividades das restantes componentes (parte da C1, C2, C3 e C4) do projecto, nas províncias abrangidas pelo projecto (Benguela, Huila, Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Cuanza Sul). Ao longo do ciclo de implementação do projecto (anos 1-5), o projecto apoiará as reformas institucionais e regulatória, política e planeamento estratégico, profissionalização de actores formais e informais; bem como o desenvolvimento socioeconómico, incluindo ações para combate a Violência Baseada no Género (VBG) nas áreas de intervenção



**Tabela 1 Principais componentes e subcomponentes do projecto RECLIMA**

COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	ACTIVIDADES/ PROGRAMAS
Componente 1: Reabilitação/ Expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento de Capacidade.	NA	TBD	
	Subcomponente 1ª - Fortalecimento Institucional, Capacitação e Desenvolvimento de Abastecimento de Água e Saneamento.	TBD	<p>Para garantir a operação e gestão sustentáveis das infraestruturas de abastecimento de água e resiliência climática para concessionárias de água, este componente terá como objectivo fortalecer a estrutura institucional para o setor de água e saneamento e capacitar as agências de água e saneamento do Mutuário em nível nacional e provincial, por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência Técnica (AT) às Empresas Provinciais de Água de Benguela, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Luanda e Zaire e à empresa de água em Luanda (EPAL), para o fortalecimento institucional e capacitação para a sustentabilidade na operação e manutenção da água infraestruturas de abastecimento e saneamento.</li> <li>• Assistência Técnica (AT) às IRSEA, através do estabelecimento de um escritório regional no Sul de Angola, de acordo com o Plano de Ação desenvolvido e aprovado no âmbito do PDISA II, incluindo uma Avaliação do Beneficiário que inclui um estudo abrangente sobre a disposição e capacidade de pagar</li> </ul>

			<p>tarifas pelos usuários de água nas concessionárias no Sul.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência Técnica (AT) através da preparação de Planos Municipais de Água com o objectivo de aumentar a resiliência a nível local, através do fortalecimento da autossuficiência, monitoramento local de recursos, propriedade de resposta e capacidade de planejar, preparar e responder às secas.</li> <li>• Desenvolvimento de Planos Diretores de Saneamento usando a abordagem de Planejamento de Saneamento Inclusivo em toda a cidade, que apoiará as agências provinciais no planeamento das mudanças institucionais, políticas e regulatórias necessárias para cumprir seus mandatos para o saneamento.</li> <li>• Capacitação para o Centro de Treinamento de Água na Província de Huila, fornecendo apoio à EPAS para desenvolver o currículo sobre abastecimento de água e saneamento urbano e rural.</li> </ul>
	<p>Subcomponente 1b - Reabilitação dos serviços de abastecimento de água em áreas urbanas e periurbanas nas províncias visadas.</p>	TBD	<p>Este subcomponente é para apoiar as concessionárias de água e saneamento direcionadas, no desenvolvimento de infraestrutura prioritária para expandir a capacidade do sistema, para aumentar a cobertura do serviço, qualidade e para melhorar os sistemas de produção e distribuição nas cidades provinciais. A subcomponente será implementada para reabilitar e expandir as instalações de produção e distribuição de abastecimento de água por meio, inter-alia:</p>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução de obras civis e eletromecânicas para melhorar a produção de água.</li> <li>• Expansão e renovação de campos de poços e instalações de captação.</li> <li>• Melhoria das instalações de tratamento de água, incluindo unidades de teste de água.</li> <li>• Construção de tanques de armazenamento de água limpa.</li> <li>• Reabilitação de estações de bombeamento, telemetria / SCADA e acessórios associados.</li> <li>• Reabilitação e expansão da rede de abastecimento de água, incluindo novas condutas de água.</li> </ul>
	<p>Subcomponente 1c -                  Reforço dos serviços de água rural para construir resiliência à seca no Sul de Angola.</p>	<p>TBD</p>	<p>Este subcomponente irá financiar bens, obras e serviços para apoiar as áreas rurais visadas na região sul de Angola, para apoiar a administração provincial e municipal para, inter-alia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter e reparar pontos de água rurais e pequenos sistemas, incluindo AT e um programa de manutenção e reparos em todas as províncias seleccionadas.</li> <li>• Organizar e apoiar grupos de água e saneamento em comunidades rurais para garantir a sustentabilidade dos investimentos hídricos rurais e a funcionalidade continuada de pontos de água para uso polivalente.</li> <li>• Desenvolvimento e implementação geral dos Planos Municipais de Água, que incluirão um mapeamento</li> </ul>

			<p>participativo dos recursos e usos da água, definição das necessidades de gestão e investimentos, preparação para a seca e planos / estratégias de mitigação que liguem o uso da água à meios de subsistência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direcionamento dos investimentos em recursos hídricos planejados no componente 2 (a), integrando o conhecimento técnico às necessidades dos beneficiários, em coordenação com a elaboração de planos municipais de água.</li> <li>• Estudo estratégico sobre investimentos em equipamentos de abastecimento de água rural.</li> </ul>
Componente 2: Fortalecimento da Gestão dos Recursos Hídricos Para a Resiliência Climática.	Investimentos em infraestrutura no nível da comunidade para aumentar o acesso confiável aos recursos hídricos.	TBD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de apoio à reabilitação e construção de novas infraestruturas, tais como: barragens de areia, chimpacas e cisternas, pequenos reservatórios, abastecimento de água canalizada, furos e poços protegidos, medidas de conservação do solo e da água em bacias hidrográficas selecionadas, pequenos esquemas de recarga de águas subterrâneas e outras infraestruturas.</li> <li>• Suporte para caracterização detalhada do local, projectos, construção de infraestrutura e equipamentos para acesso à água. As actividades serão coordenadas com os planos de água municipais em (1c) e incluirão o apoio à construção de soluções de saneamento rural.</li> </ul>
	Apoio Institucional à Gestão de Recursos	TBD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao estabelecimento operacional da sede do GABHIC no Lubango (Huíla) e dos seus departamentos</li> </ul>

	Hídricos		<p>em Menongue (Quando Cubango) e Ondjiva (Cunene).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento para a implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos e o cumprimento de seu mandato.</li> <li>• Assessoria direta e serviços de treinamento para melhorar a capacidade de monitorar / coletar / gerir informações relevantes sobre o clima, hidrologia, hidrogeologia e água para implementar instrumentos de gestão de recursos hídricos.</li> <li>• Criação de conselhos de bacias como instrumentos de participação das partes interessadas.</li> <li>• Desenvolvimento de planos de contingência e preparação para enchentes e secas e fortalecer os mecanismos de informação para ação para planeamento e gestão, em coordenação com as administrações provinciais e municipais.</li> <li>• Serviços de consultoria e treinamento para a operação de infraestrutura hidráulica, incluindo barragens e incluindo um foco especial nas melhores práticas de segurança de barragens, estendendo o apoio aos operadores nacionais, provinciais e municipais.</li> <li>• Preparação de estudos de águas subterrâneas para aquíferos estratégicos no Sul de Angola para o GABHIC (e para INRH fora das bacias do GABHIC) bem como estudos de águas superficiais.</li> <li>• Monitoramento de águas subterrâneas e sistema de</li> </ul>
--	----------	--	---

			<p>informação, e manutenção e atualizações ou reabilitação da rede hidrométrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação de um cadastro de recursos e usuários, a consolidação de procedimentos e instrumentos para licenças de uso de água e a implementação do regime financeiro e económico para uso de água bruta para GABHIC.</li> <li>• Análise estratégica para o planeamento de investimentos em armazenamento no Sul, incluindo o uso integrado de armazenamento em bacias hidrográficas, aquíferos e barragens.</li> <li>• Preparação do Plano da Bacia do Rio Cunene para o GABHIC e o Plano das Bacias Costeiras do Namibe para o INRH.</li> <li>• Concepção e implementação de um programa piloto para meios de subsistência resilientes ao clima, desenvolvimento económico e conservação na Bacia do Alto Okavango.</li> </ul>
	Reconstrução de barragem, operações e segurança	TBD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconstrução da Barragem de Sendi no Município de Quipungo (Huíla), incluindo apoio a estudos e desenho, implementação de salvaguardas ambientais e sociais, construção e elaboração de plano de instrumentação e vigilância, plano de operação e manutenção e preparação para emergências plano.</li> <li>• Avaliação por um painel de especialistas.</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de pré-viabilidade para novas barragens seleccionadas.</li> </ul>
Componente 3: Gestão de Projectos.	NA	20.000.000.00	<p>Este componente apoiará a FCMU existente, implementar, inter-alia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Actividades de monitoramento e avaliação do projecto (incluindo o aprimoramento do sistema de informação existente para monitorar os indicadores de resultados do projecto), aquisições e actividades de gestão financeira.</li> <li>• Padrões ambientais e sociais, incluindo povos indígenas.</li> <li>• Auditorias anuais para o Projecto e fornecedores.</li> <li>• Esforços de coordenação com instituições setoriais para iniciativas de mudança climática implementadas por meio dos componentes 1 e 2.</li> <li>• Medidas de envolvimento dos cidadãos e mecanismos de resolução de reclamações para as actividades do Projecto como um todo.</li> <li>• Programa de jovens profissionais e técnicos para fortalecer a capacidade humana no sector da água em Angola.</li> </ul>

Componente 4: Componente de Resposta a Emergências de Contingente (CERC).	NA	NA	Este componente fornecerá resposta imediata a emergências elegíveis. Como tal, no caso de tal emergência elegível, conforme definido no manual operacional de Resposta a Emergências de Contingência (CERC) preparado e adotado pelo GoA, este componente financiará actividades e despesas de emergência por meio da realocação de fundos do Projecto.
---	----	----	---



## **2. QUADRO LEGAL PARA ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

Este PEPI tem em conta a legislação angolana relativa aos níveis e modelos de participação das partes interessadas e afectadas (PIAs) e relativa a outras componentes sociais como a igualdade e equidade de género, e pela Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial relativa ao Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

### **2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL**

Tal como muitos outros países em desenvolvimento e particularmente os africanos, depois da Conferência do Rio, de 1992, sobre Desenvolvimento Sustentável, o país iniciou uma significativa reforma legal e institucional para integrar as noções de desenvolvimento sustentável nos seus modelos de planificação e actuação.

A reforma tem estado a ocorrer e em implementação sob a forma de: (a) adesão e adopção de uma série de convenções e protocolos internacionais e regionais de protecção ambiental e de conservação; (b) a aprovação de um conjunto significativo de legislação com implicações directas e indirectas sobre a protecção do ambiente e dos habitantes do país; (c) criação de instituições públicas específicas ou fortalecimento das instituições existentes dedicadas à gestão ambiental e social. Um aspecto destacável imbuído nos sistemas e dispositivos da reforma assenta na valorização da participação e envolvimento do público nas acções de desenvolvimento e gestão de recursos e modos de vida das pessoas.

A Constituição da República de Angola, através dos nos 1 e 2 do artigo 23 (Princípio de Igualdade) estabelece que todos são iguais perante a Constituição e a lei e ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

A mesma constituição (CRA 2010) no seu artigo 20 sobre responsabilidades fundamentais do Estado Angolano, assegura e incentiva a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais. Ainda no seu artigo 40 determina que todos têm o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.

O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

No Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C.

No que tange às modalidades específicas de participação dos cidadãos na Administração Local do Estado, legalmente consagrados no ordenamento jurídico angolano no âmbito municipal pode-se apontar: o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade, o Conselho Municipal de Concertação Social, o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária e a Comissão de Moradores. A Lei n. 7/16, de 1 de junho, veio a estabelecer a organização e o funcionamento das Comissões de Moradores. Esta lei definiu o regime jurídico das comissões, que são pessoas coletivas de direito público, resultantes da união voluntária e organização de pessoas residentes numa determinada rua, quarteirão, bairro, aldeia ou povoação. São apartidária e sem fins lucrativos, e visa promover uma cultura de associativismo e promover o princípio da participação dos cidadãos na sua respectiva circunscrição territorial ou administrativa. As comissões de moradores representarão os moradores daquela circunscrição territorial, podendo exercer o direito de petição perante órgãos do governo, direito de resolver pela via da conciliação conflitos entre membros da comunidade, promover ações culturais, desportivas, recreativas, de preservação ambiental e qualidade dos espaços públicos, dentre outras.

A Lei n. 15/16, de 12 de setembro, estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado. Esta lei substituiu os antigos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), anteriormente criados pelo Decreto-Lei n. 02/2007, de 3 de janeiro, que foi posteriormente revogado pela Lei n. 17/10, de 29 de julho. Entretanto, após a mudança legislativa os antigos CACS (Conselhos Municipais de Auscultação e Concertação Social) foram extintos, e substituídos pelos: a) Conselhos Municipais de Auscultação da Comunidade; b) o Conselho Municipal de Concertação Social; e c) o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

No que diz respeito à promoção da Igualdade de Género, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022), estabelece ações específicas para a mulher com vista à promoção da igualdade de oportunidades e à valorização do papel da mesma no domínio familiar, social, político, económico e empresarial, bem como, na perspectiva de assegurar de forma sustentável o empoderamento da jovem mulher e da mulher na zona rural.

No PDN 2018-2022 o foco para a igualdade de género e o empoderamento da mulher está centrado no Eixo i) desenvolvimento humano e bem-estar, cujos programas e projectos contemplam: o Programa de Promoção de Género e Empoderamento da Mulher, o Programa de Prevenção e de Apoio à Vitima de Violência Doméstica, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza que incorporam ações de empoderamento da mulher em todos os municípios, o Programa de Inclusão Produtiva e Geração de Renda, com maior incidência em famílias chefiadas por mulheres; o Programa de Municipalização da Ação Social; e o Programa das Transferências Sociais Monetárias.

No processo de revisão do PND 2018-2022, a sensibilidade para a transversalização da abordagem de género nos diferentes eixos aumentou como também a discussão com os actores chaves para uma integração da abordagem sensível ao género no processo de planificação

Por sua vez, a Lei Contra a Violência Doméstica (Lei nº 25/11, de 14 de Julho), considera que a família e o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República de Angola. Reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, consequentemente da sociedade. No seu artigo primeiro, a lei estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência as vítimas.

Ainda, no âmbito das questões sociais o Governo Angolano aprovou vários outros instrumentos legais que visam a promoção da Igualdade e Equidade de Género, de modo a responder de forma sustentável e multisectorial o combate a Violência Baseada no Género, nomeadamente: ; Decreto Presidencial nº 124/13 de 28 de Agosto, que regula a Lei Contra a Violência Doméstica; Decreto Presidencial nº 222/13, que aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, Lei nº 38/20 de 11 de Novembro, que aprova o Código Penal Angolano e a Estratégia de advocacia e mobilização de Recursos para implementação e monitorização da política.

Pode-se acrescentar a recentemente aprovada Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e o Estatuto do Provedor de Justiça (Fevereiro de 2020). A temática da participação pública tem um carácter transversal que também atravessa tantos outros temas transversais como é o caso do ambiente em geral, as questões de género e da pobreza. Ainda que nem sempre alinhadas com o previsto nas NAS do BM os dispositivos acima listados entendem a consulta e a participação das PIAs, como essenciais ao desenvolvimento.

No ano de 2020, foi aprovada a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos (Decreto Presidencial nº 100/20 de 14 de Abril), assim como o Plano de Acção Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Decreto Presidencial nº 95/20 de 14 de Fevereiro) (que forma parte da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos)

De diferentes maneiras preveem acções de promoção e defesa dos Direitos Humanos, informação, educação, sensibilização, promoção de consentimentos e consensos, acompanhamento e monitorização das acções de desenvolvimento, intermediação incluindo recurso a tribunais em caso de diferendos entre os promotores das iniciativas de desenvolvimento e as pessoas afectadas, interessadas e/ou de outro modo envolvidas. Também preveem que as pessoas afectadas por iniciativas de desenvolvimento sejam compensadas por eventuais perdas que possam sofrer.

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de envolvimento das PIAs, principalmente no que tange a

realização das consultas públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos.

## **2.2. NORMAS DO BANCO MUNDIAL**

A Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. Segundo esta norma, o envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projectos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projecto.

A NAS10 aplica-se a todos os projectos apoiados pelo Banco Mundial pelo Financiamento de Projecto de Investimento (IPF). Segundo esta Norma os implementadores de projectos deverão consultar as partes interessadas, como parte fundamental do processo de avaliação ambiental e social e de implementação do projecto. Conforme estabelecido na NAS 10 o processo de envolvimento de pessoas interessadas inclui:

- Identificação partes interessadas e afectadas.
- Avaliar o nível de suporte das partes interessadas pelo projecto
- Planeamento sobre o envolvimento das partes interessadas, promovendo e fornecendo mecanismos para que as considerações das partes interessadas sejam consideradas no desenho do projecto e no desempenho ambiental e social do projecto.
- Assegurar o efectivo e inclusivo envolvimento das partes interessadas incluindo sempre as partes com necessidades especiais.
- Divulgar a informação sobre os riscos e impactos ambientais e sociais e respectivas medidas de mitigação as partes interessadas e afectadas de forma antepada e acessível.
- Consulta das partes interessadas.
- Promover um mecanismo de diálogos e reclamações.
- Divulgação de resultados.

Segunda a NAS 10 a consulta relevante é um processo de duas vias que tem as seguintes características:

- Começa no estágio inicial do processo de planeamento do projecto para receber opiniões iniciais sobre a proposta do projecto e informar a concepção do projecto.
- Incentiva os comentários das partes interessadas, especialmente, como uma forma de prestar informações sobre a concepção do projecto e o envolvimento

das partes interessadas na identificação e mitigação de riscos e impactos socioambientais.

- Continua de forma ininterrupta à medida que surjam riscos e impactos.
- Baseia-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objetivas, significativas e de fácil acesso num prazo que possibilite consultas relevantes com as partes interessadas e em um formato culturalmente apropriado, em idioma(s) local relevante e compreensível para as partes interessadas.
- Analisa e responde aos comentários.
- Apoia o envolvimento ativo e inclusivo das partes afectadas pelo projecto.

### **2.3. RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A NORMA 10 DO BANCO MUNDIAL**

Nos Termos da legislação angolana, o envolvimento das partes interessadas se verifica desde as fases iniciais da concepção do projecto, de diversas actividades de desenvolvimento. O Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C. Por outro lado, a NAS 10 estabelece que um Mutuário tem de engajar as partes interessadas como parte integrante da avaliação ambiental e social de um projecto e da concepção e implementação do projecto. A natureza, o âmbito e a frequência do compromisso devem ser proporcionais à natureza e à escala do Projecto. As consultas com as PIAs têm de ser significativas e basear-se na identificação e análise das PIAs, nos planos sobre como engajar as PIAs, na divulgação de informação, nas consultas reais, bem como nas respostas às reclamações das PIAs, e nos relatórios às PIAs. A legislação angolana menciona a necessidade de participação, obrigatoriedade em alguns processos como mencionado acima, mas não de forma estruturada e específica. onde por exemplo a identificação das PIAs e principalmente a atenção que deve ser dada aos grupos vulneráveis que se afigura fundamental.

O Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações. Então, deve-se seguir o processo da legislação nacional para o processo de licenciamento ambiental, e para os casos da implementação do projecto deve-se seguir o plasmando na NAS10 de forma a colmatar as omissões existentes na legislação nacional.

### **3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

O Ministério de Energia e Águas (MINEA) possui uma estrutura que permite de alguma forma engajar os principais parceiros de forma variada a todos os níveis, que compõem o espaço jurisdicional do país, através das suas representações nas províncias, as Empresas Provinciais de Água e Saneamento (EPAS). No projecto RECLIMA, o MINEA contou com suporte da Unidade de Coordenação de Projectos (FCMU) e representações do estado nas províncias (Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pesca, Gabinete Provincial de Infraestruturas, EPAS, Protecção Civil e GABHIC) cobertas pelo projecto.

Nas acções preparatórias do RECLIMA, o MINEA realizou reuniões de divulgação e informação sobre o projecto, a nível das províncias, municípios e comunas cobertas pelo projecto. Foram realizadas reuniões direccionadas com instituições do governo local, e instituições de cariz social e comunitário (Missão Católica de Okamautone, ISPT, ECAs e Associação Boa Saúde), com intuito de comunicar as PIAs sobre o projecto, promovendo assim a sua participação informativa.

O projecto ira capitalizar a estrutura organizativa do PDISA II, que alem da experiência com projectos financiados pelo BM, tem estabelecidas e asseguradas actividades de envolvimento das PIAs através das unidades orgânicas definidas para o efeito. Desta forma,

os históricos do PDISA II, no processo de envolvimento das PIAs podem servir de aprendizado, oportunidades e exemplo para o RECLIMA. Contudo, é preciso considerar ameaças potenciais relacionadas com surgimento de movimentos e organizações contrários a implementação do projecto, principalmente das actividades que geraram manifestações e alto nível de expectativa, a quanto do desenvolvimento das actividades de melhoria do sistema de abastecimento de água, bem como possibilidade de reassentamentos.

As reuniões de consulta tiveram lugar de 01 de Novembro de 2021 a 9 de Fevereiro de 2022, e foram realizadas nas províncias abrangidas pelo projecto (Huila, Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Cuanza Sul) abrangendo um total de 735 pessoas incluindo autoridades locais e comunidades. Os temas discutidos foram:

- Apresentação dos instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PEPI e IPPF), sendo que o último devido a sua especificidade obedeceu uma atenção especial.
- Componentes e respectivos objectivos do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Ponto de situação do sector de água e saneamento e necessidades das comunidades, em relação ao fornecimento de água e saneamento.
- Estado das Infraestruturas de água e saneamento, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- Expectativas e preocupações relativas a projecto.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.

Dada à situação da pandemia do novo corona vírus e em cumprimento do Decreto Presidencial, que dentre outras disposições obriga ao isolamento social e veda aglomerações de pessoas, as reuniões de consulta foram realizadas respeitando o número máximo de participantes, excepto para alguns locais em que o numero foi excedido e a equipa não teve outra alternativa, tendo privilegiado o distanciamento social de pelo menos 1, 5 metros entre os presentes. Mas para maior prevenir o COVID-19, todos os participantes foram obrigados a usar mascaras e a desinfecções de mãos com água e sabão e outros casos com álcool gel.

Informações mais detalhadas sobre as consultas públicas realizadas podem ser encontradas nos escritórios da UCP em Luanda, e no site do MINEA (<http://minea.gv.ao/index.php/projectos/category>).

**Tabela 2 Lista de Consultas Públicas realizadas na fase de preparação do projecto**

ITEM	ADMINISTRAÇÃO LOCAL (PROVÍNCIA/MUNICÍPIO)	COMUNAS	GRUPO ALVO	DATA	PARTICIPANTES		
					H	M	TOTAL
1	Município de Ombadja – Província de Cunene	Humbe, Ombela Yo Mungo e Mucope	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• ISPT</li> </ul>	22/11/21 a 25/11/21	8	2	10
2	Município de Ombadja – Província de Cunene	Xangongo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Missão Católica de Okonautone.</li> <li>• Gestores e técnicos da EPAS.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	18/01/2022	35	20	55
3	Município de Cuanhama – Província de Cunene	Ondjiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Protecção Civil de Cunene.</li> <li>• Gestores e técnicos da EPAS.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	06/12/2021 a 07/12/2021	4	0	4
4				18/01/2022	26	2	28
5	Município de Namacunde – Província de	Chiede		29/11/21 a	5	2	7



PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

	Cunene			03/12/21			
6	Município de Virei – Província de Namibe	Cainde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Gestores e técnicos da EPAS e HABHIC.</li> <li>• Comunidade local de Capolopopo.</li> </ul>	01/11/21 a 03/11/21	32	7	39
7	Município de Moçâmedes – Província de Namibe	Megamedes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Gestores e técnicos do EPAS.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	08/12/21 a 09/12/21	9	4	14
8				19-01-2022	31	27	58
5	Município de Bibala – Província de Namibe	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	19-01-2022	17	8	25
6	Município de Chibia – Província de Huila	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Gestores e técnicos do EPAS.</li> </ul>	16/11/2021	7	14	21
7	Município de Gambos – Província de Huila			17/11/2021	6	2	8

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

8	Município de Lubango – Província de Huila		<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunidade local de Gambos, Lubango e Cacula.</li> </ul>	10/12/2021	6	1	7
9	Município de Cacula – Província de Huila			21/01/2022	34	16	50
10	Kwanza Sul – Uke Seles	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administrador Municipal.</li> <li>Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>Gestores e técnicos do EPAS.</li> <li>Comunidade local.</li> </ul>	14/12/21 a 15/12/21	15	24	39
12	Município de Menongue – Província de Cuando Cubango	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administrador Municipal.</li> <li>Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>Gestores e técnicos do EPAS.</li> <li>Comunidade local.</li> </ul>	03/12/2021 07-02-2022	6 63	0 25	6 88
13	Huíla, Cunene, Namibe e Cuando Cubango	Hupa (Cacula), Mupenbati Quipungo, Jamba Cueio, Ntopa, Mbundo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunidades de povos minoritários San.</li> <li>Comunidades pastoris semi nomadas.</li> </ul>	1.12.2021 a 13.12.2021	163	113	276

Os encontros serviram para perceber das PIAs a pertinência do projecto nos locais propostos, as necessidades e dificuldades enfrentadas e as propostas e visões de opções para resolver as questões de água e saneamento, a adequabilidade dos mecanismos de envolvimento das PIAs propostos no PEPI, incluindo o MRR. A escolha das províncias deve-se a necessidade de melhoria no abastecimento de água urbano, a prestação de serviços de saneamento, bem como a resiliência aos choques climáticos exacerbados pelas alterações climáticas em comunidades vulneráveis no sul. Algumas recomendações foram levantadas durante a reunião de consulta com as PIAs:

- Manifestação da grande satisfação pelo facto dos municípios e comunas serem contemplados por este projecto, pois água segura constitui grande preocupação.
- Enaltecem o facto de existir um Plano de Envolvimento das Pessoas Interessadas (PEPI), o facto de terem consultado as mulheres em particular e esperam que o mesmo seja cumprido, e inclui sempre pessoas consideradas vulneráveis (mulheres, idosos e outras) e um mecanismo de resolução de reclamações acessível às PIAs principalmente aos mais vulneráveis.
- A necessidade de priorizar a comunidade local nas oportunidades de emprego que surgirem no projecto.
- *A necessidade de sensibilização do empregador sobre questões de violência baseada no género (VBG) e abuso e exploração sexual (AES) porque estes projectos envolvem muitos jovens e trabalhadores não locais.*
- Disponibilização de canais alternativos para que mesmo após as reuniões marcadas, as PIAs pudessem enviar as suas preocupações.
- Reforço da legislação nacional relacionado com a inclusão social, aspectos culturais físicos, entre outros pelas instituições públicas.
- Necessidade da existência de um MRR, cujo mecanismos de registo incluem o livro de reclamações nos escritórios dos agentes operadores, lideranças comunitárias, lideranças governamentais locais, ponto focal nos serviços de infraestrutura de água e saneamento.
- Realização de reuniões semestrais para avaliar a satisfação das PIAs em relação ao projecto.
- O projecto RECLIMA foi visto, em geral, como portador de benefícios para as províncias beneficiárias e seus habitantes, e como sendo um projecto oportuno para a melhoria dos serviços de abastecimento de água em áreas específicas.
- Sobre potenciais impactes ambientais e sociais foram apresentadas questões relacionadas com o facto de alguns projectos, no âmbito das intervenções, principalmente nas construções de infraestruturas de água e saneamento, que podem provocar impactes nas infraestruturas residenciais.
- A falta de emprego e a oportunidade de prestação de serviços locais no âmbito do projecto.

- *Os intervenientes expressaram igualmente preocupação em relação ao facto das obras privilegiarem pessoas de fora dos bairros e não incluírem adultos e mulheres nos trabalhos.*
- Os intervenientes, principalmente ao nível comunitário, revelaram-se preocupados em relação as condições do reassentamento que será adotado, uma vez que nas áreas de intervenção o espaço é exíguo, mostraram-se preocupados com as medidas de compensação, salientando que as mesmas devem ser justas e acordadas.

Relativamente às reuniões de consultas realizadas com os povos indígenas (comunidades de povos minoritários San, comunidades pastoris semi nómadas) as aspirações levantadas foram todas relacionadas com melhorar a saúde, particularmente entre as crianças, e melhorar o acesso à água para a comunidade em geral, e melhorar as oportunidades de subsistência. A grande preocupação levantada foi a sustentabilidade da manutenção dos investimentos em infraestrutura do projeto, e ainda o facto de poderem não beneficiar diretamente do projeto, sendo que continuam a sofrer pressões e barreiras por falta de água disponível, especialmente água potável para beber.

Quanto às questões específicas levantadas por mulheres foram basicamente idênticas, e destacaram os benefícios diretos percebidos de distâncias e tempo reduzidos para buscar água, capacidade de melhorar as práticas de higiene, o facto da melhoria da água e do saneamento reduzirá a diarreia e outras doenças transmitidas pela água ou relacionadas, como a cólera, especialmente em crianças, e as crianças passariam mais tempo na escola com abastecimento adequado de água.

Mais consultas serão feitas durante a elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e social, assim como ao longo do ciclo do projecto a fim de permitir que as opiniões das partes interessadas sejam continuamente tidas em consideração, incluindo os grupos vulneráveis. No entanto, ao realizar a consulta pública, uma série de vantagens para a implementação tranquila do projecto serão garantidas, as quais são brevemente discutidas a seguir. Outrossim, fornecer informações contínuas sobre o projecto e, ao mesmo tempo, pedir ao público sugestões construtivas acabará por deixar as comunidades locais prontas para se sentirem donas e apoiarem os aspectos benéficos do projecto. Para manter o equilíbrio social e a confiança da população local, todas as informações devem ser divulgadas ao público sobre os prováveis impactes positivos e negativos do projecto.

#### **4. SEGUNDA FASE DE CONSULTA PUBLICA**

Conforme explicado na seção anterior, no quadro preparatório do RECLIMA e no processo de elaborar o seu Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI), de 01 de Novembro de 2021 a 9 de Fevereiro de 2022 o MINEA realizou reuniões envolvimento das partes interessada nas províncias abrangidas pelo projecto (Huila, Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Cuanza Sul) abrangendo um total de 735 pessoas.

No entanto, o processo de envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas continuo e de 10 a 25 de Janeiro de 2023 foi realizada a segunda fase das Consultas Públicas em três províncias do RECLIMA respectivamente Zaire, Cuando Cubango e Benguela.

À semelhança da primeira fase de consultas, os temas discutidos nesta segunda fase foram os seguintes.

- Apresentação dos instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PEPI, IPPF, PGMO e Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de /EAS/AS/VBG), sendo que o último devido a sua especificidade obedeceu uma atenção especial.
- Componentes e respectivos objectivos do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Ponto de situação do sector de água e saneamento e necessidades das comunidades, em relação ao fornecimento de água e saneamento.
- Estado das Infraestruturas de água e saneamento, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- Expectativas e preocupações relativas a projecto.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.

Para poder recolher opiniões de vários PIAs, principalmente mulheres e raparigas, bem como outros grupos vulneráveis foram usados métodos diferentes para consultas públicas. Assim, foram realizadas as seguintes actividades para permitir consulta activa e participativa:

1. Três reuniões preparatórias com pontos focais (uma em cada província).
2. Uma reunião de cortesia em cada província com as autoridades provinciais e da Empresa Publica de água e Saneamento (EPAS).
3. Três workshops com Parte Interessada e Afectadas (PIAs) institucionais (uma em cada província).
4. Três workshops com PIAs das comunidades (uma em cada província).
5. Três visitas de campo e conversa informais com as mulheres (uma em cada província).

Um total de 390 PIAs – cidadãos individuais, autoridades tradicionais; membros de ONGs, os representantes dos Governos Provinciais, Municipais, Religiosas, Organizações das Mulheres, Juventudes, Académicos, estudantes e EPAS participaram no processo de consulta. E manifestaram a sua satisfação por estarem a ser chamados a contribuir, na nova dinâmica do RECLIMA.

**Tabela 3 Lista de Consultas Públicas realizadas na fase de segunda preparação do projecto**

DATAS	NATUREZA DA CONSULTA	Locais	GRUPO ALVO	PARTICIPANTES		
				H	M	TOTAL
<b>CONSULTAS NA PROVÍNCIA DE ZAIRE</b>						
11/01/2023	Reunião preparatória com os pontos focais para passar em revista todas as actividades planeadas para as consultas públicas	Mbanza-Congo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pontos Focais da EPAS e do Governo Provincial</li> </ul>	3		3
11/01/2023	Reunião de consulta com Sr. Director da Comissão Instaladora da EPAS	Mbanza-Congo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Director da Comissão Instaladora da EPAS + Secretaria Administrativa</li> </ul>	1	1	2
12/01/2023	Workshop com partes interessadas institucionais	Mbanza-Congo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Representantes do Governo Provincial e administrações municipais (Governadores, Vice Governador de área técnica e infraestruturas, Director de Gabinete do VG de AIT, Director do Ambiente e Saneamento Básico, Chef Dep. De Serviço Comunitarios, Caf Dep. De Acção Social, Chef Dep. De Agricultura, Chef Dep. De Vigilância Epidemiológica Animal e Vegetal, Administradores Municipais, Representantes da EPAS),</li> <li>Representantes dos comités de moradores,</li> <li>Representantes de ONG nacionais e internacionais,</li> <li>Representantes das organizações femininas,</li> <li>Representa das organizações de juventude,</li> <li>Representantes das associações das mulheres empresariais,</li> <li>Académicos.</li> </ul>	26	5	31

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

13/01/2023	Workshop com partes interessadas das comunidades rurais e periurbanas	Mbanza-Congo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Líderes religiosos,</li> <li>• Líderes tradicionais</li> <li>• Presidentes de comissões dos moradores</li> <li>• Membros das organizações femininas,</li> <li>• Membros das organizações de juventude,</li> <li>• Membros das associações das mulheres empresariais</li> <li>• Mulheres Membros das cooperativas e associações de desenvolvimento locais.</li> <li>• Estudantes universitários (homem e mulheres).</li> </ul>	17	4	21
14/01/2023	Visita transversal na área periurbana em Mbanza Congo e encontro informal com as mulheres	Mbanza-Congo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zungueiros</li> <li>• Mães solteiras</li> <li>• Mininas mães</li> <li>• Idosas</li> </ul>		13	13
Número total das PIAS consultadas na provincia do Zaire				47	23	70
<b>CONSULTAS NA PROVÍNCIA DE CUANDO-CUBANGO</b>						
15/01/2023	Reunião preparatória com os pontos focais para passar em revista todas as actividades planeadas para as consultas públicas	Menongue	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos focais da EPAS e do Governo Provincial</li> </ul>	4		4
16/01/2023	Reunião de consulta com Sr. Governador de Província do Cuando Cubango Director do Ambiente e Saneamento Basico, Chef Dep. De Serviço Comunitarios, Caf Dep. De Acção Social e Director da Comissão Instaladora da EPAS	Menongue	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governador Provincial</li> <li>• Director da CI/EPAS</li> <li>• Directores Provinciais</li> <li>• Chefes de departamentos provinciais</li> </ul>	5		5

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

17/01/2023	Workshop com partes interessadas institucionais	Menongue	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Directores Provinciais,</li> <li>• Chefes de departamentos provinciais,</li> <li>• Administradores Municipais,</li> <li>• Directores Municipais,</li> <li>• Representantes da EPAS,</li> <li>• Representantes dos comités de moradores,</li> <li>• Representantes de ONG nacionais e internacionais,</li> <li>• Representantes das organizações femininas,</li> <li>• Representa das organizações de juventude,</li> <li>• Representantes das associações das mulheres empresariais,</li> <li>• Académicos.</li> </ul>	45	11	56
	Workshop com partes interessadas das comunidades rurais e periurbanas	Menongue	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Líderes religiosos,</li> <li>• Líderes tradicionais</li> <li>• Presidentes de comissões dos moradores</li> <li>• Membros das organizações femininas,</li> <li>• Membros das organizações de juventude,</li> <li>• Membros das associações das mulheres empresariais</li> <li>• Mulheres Membros das cooperativas e associações de desenvolvimento locais.</li> <li>• Estudantes universitários (homem e mulheres).</li> </ul>	59	20	79
18/01/2023	Visita transversal na área peri-urbana em Manongue e encontro informal com as mulheres	Menongue	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zungueiros</li> <li>• Mães solteiras</li> <li>• Mininas mães</li> <li>• Idosas</li> </ul>		25	25
<b>Número total das PIAS consultadas na provincia do Cuando Cubango</b>				<b>113</b>	<b>56</b>	<b>169</b>
<b>CONSULTAS NA PROVÍNCIA DE BENGUELA</b>						
12/01/2023	Reunião preparatória com os pontos focais para passar em revista todas as actividades planeadas para as consultas públicas	Benguela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos facais da EPAS e do Governo Provincial</li> </ul>	3	1	4



PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

21/01/2023	Visita transversal na área periurbanas em e encontros informais com as mulheres	Benguela, Catumbela e Lobito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zungueiros</li> <li>• Mães solteiras</li> <li>• Raparigas mães</li> <li>• Idosas</li> </ul>			18	18
23/01/2023	Workshop com partes interessadas institucionais	Benguela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Directores Provinciais,</li> <li>• Chefes de departamentos provinciais,</li> <li>• Administradores Municipais,</li> <li>• Directores Municipais,</li> <li>• Representantes da EPAS,</li> <li>• Representantes dos comités de moradores,</li> <li>• Representantes de ONG nacionais e internacionais,</li> <li>• Representantes das organizações femininas,</li> <li>• Representa das organizações de juventude,</li> <li>• Representantes das associações das mulheres empresariais,</li> <li>• Académicos.</li> </ul>	44		16	60
23/01/2023	Workshop com partes interessadas das comunidades rurais e periurbanas	Benguela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Líderes religiosos,</li> <li>• Líderes tradicionais</li> <li>• Presidentes de comissões dos moradores</li> <li>• Membros das organizações femininas,</li> <li>• Membros das organizações de juventude,</li> <li>• Membros das associações das mulheres empresariais</li> <li>• Mulheres Membros das cooperativas e associações de desenvolvimento locais.</li> <li>• Estudantes universitários (homem e mulheres).</li> </ul>	46		5	51
23/01/2023	Reunião de consulta: Gabinete do Vice-Governador para os serviços técnicos e infra-estruturas + EPAS (período da tarde)	Benguela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vice-Governador Provincial para área técnica e infra-estruturas</li> <li>• PCA da EPAS</li> <li>• Directores Provinciais</li> <li>• Chefes de departamentos provinciais</li> </ul>	14		4	18

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

Número total das PIAS consultadas na província de Benguela	107	44	151
Número total das PIAS consultadas nas três províncias			390

Algumas recomendações, contribuições e preocupações que foram levantadas durante a segunda fase de envolvimento dos PIAs e que serão aplicadas e tidas em conta no processo de implementação do projecto (resumo das Consultas no Anexo 4):

- Preocupação pelo facto das comunidades não ser consultadas na fase de desenho e implementação dos projectos de desenvolvimentos e recomendação de que os processos de envolvimento e consultas das mesmas sejam contínuos no RECLIMA para que obras a ser realizadas estejam adaptadas ao uso e cultura dos beneficiários.
- Recomendaram um maior desempenho das empresas de obras e fiscalização na mitigação dos possíveis impactos ambientais e sociais negativos.
- Criação de condições adequadas para incentivar a participação das pessoas, algo que beneficiaria de um ajustamento da legislação, uma vez que em alguns casos o "quadro jurídico existente pode ser um obstáculo à participação".
- Falta de compreensão ou desconhecimento das culturas e tradições das comunidades locais por parte de empresários e empresas de fiscalização: ao longo do trabalho de obras de construção e de manutenção de infra-estruturas de água, os empreiteiros e empresas de fiscalização devem regularmente interagir cuidadosamente com a população local para compreender as suas culturas e tradições para assim evitar cometer danos ambientais e sociais.

Preocupação pela vandalização de infra-estruturas de água inaceitável por parte das comunidades. O RECLIMA deve trabalhar em colaboração com outras partes interessadas, como OSCs, igrejas e escolas para promover a educação moral e cívica sobre como respeitar e proteger os bens públicos.

- Quando as comunidades locais não são efectivamente consultadas e não são envolvidas activamente na implementação do projecto, é possível que sintam que o projecto não lhes pertence, mas sim ao Governo e isto pode resultar no abandono das obras ou na pior dos casos na vandalização.
- Preocupação pelo tratamento pouco ético dos empreiteiros aos membros das comunidades, como têm acontecido no âmbito de outros projectos. Mais de 50% dos participantes nos workshops eram jovens entre 18 e 35 anos. Assim, os jovens agradeceram por terem sido convidados a participar nos workshops e expressaram seu compromisso em tornar as acções voltadas para a resiliência climática e a segurança hídrica mais intersectoriais, começando com suas próprias mentes e trabalhando para uma mudança social real.
- As consequências ambientais e sociais da mudança climática não afectam igualmente a todos. Esta mudança está afectando desproporcionalmente as comunidades marginalizadas, incluindo mulheres, jovens, outros indivíduos com deficiência e bairros de nível socioeconómico mais baixo. Portanto, esperança de que o RECLIMA foi projectado para chamar a atenção para essa lacuna e garantir que todos os afectados por esta mudança climática tenham todos os recursos básicos, direitos humanos, incluindo não apenas o acesso à água potável, mas também uma voz central.

- Recomendação para o aproveitamento dos jovens como partes interessadas chave na implementação de medidas de salvaguarda ambiental e social.
- O nexu entre o género e mudança climática é frequentemente subestimado, por isso é muito bom que o RECLIMA pretenda evitar que as mulheres sejam vítimas de EAS/AS e VBG durante a implementação do projecto.
- Maior divulgação das medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais assim como do Mecanismo de Resolução de Reclamações, inclusive em línguas nacionais.
- Muita boa recepção pela existência de um MRR no projecto e a possibilidade de apresentar sugestões e reclamações

## 5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

Esta seção identifica as principais partes interessadas que serão informadas e consultadas sobre as actividades do Projecto. As principais PIAs para o projecto, incluem aqueles indivíduos, comunidades, grupos e agências do sector público, sociedade civil que serão afectados ou têm interesse nas actividades do Projecto nas fases de implementação e operação. Este PEPI é preparado de acordo com os requisitos da NAS10.

As actividades de interesse para o presente PEPI, incluem os estudos de viabilidade técnica, ambiental, social e económica das actividades propostas, o desenho dos projectos que terá uma componente de participação forte, implementação de diversos planos de gestão ambiental e social (PGAS) dos projectos propostos, os instrumentos ambientais e sociais específicos do local que requerem consulta pública como estudos de impacto ambiental e social (EIAS), o Plano de Acção de Reassentamento (PAR) e a elaboração e implementação do Plano de Prevenção e Resposta aos riscos de Violência Baseada no Género (VBG), sobretudo nas actividades de obras civis.

### 5.1. DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

A identificação das PIAs foi feita com base nas actividades propostas no Projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA), e na localização destas actividades, onde estão inseridas as instituições, públicas e privadas, rotas de transportes públicos, áreas potencialmente afectadas pelos impactos cumulativos ou desenvolvimentos não-planeado, espaços públicos e privados onde serão implantadas actividades. A análise deve demonstrar o nível de envolvimento das partes interessadas, especificamente o grau de influência nos resultados do Projecto, o grau de Impacto, positivo e negativo, que o projecto terá sobre eles e a posição perante o projecto a favor ou oposição. Para efeitos de envolvimento eficaz as PIAs foram divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Afectadas** - Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são directamente influenciadas (efectiva ou potencialmente) pelo projecto e que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, e que precisam de estar estreitamente engajadas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigação e de gestão.
- **Partes Interessadas** - Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer os impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma.
- **Grupos Vulneráveis** - Os grupos vulneráveis ou desfavorecidos são um segmento da população que apresenta algumas características específicas que a colocam em maior risco de cair na pobreza do que outros que vivem em áreas visadas por um projecto.

Dentro deste grupos vulneráveis podem se incluir as mulheres, sobretudo mulheres pobres e que sejam chefes do agregado familiar, os povos indígenas ou culturalmente minoritários, pessoas com deficiência (visual, física, mental), pessoas portadoras de doenças crónica, (incluindo pessoas vivendo com VIH-SIDA), pessoas idosas. Portanto, é particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir que a conscientização e o envolvimento das partes interessadas com os desfavorecidos ou indivíduos ou grupos vulneráveis sejam adaptados para levar em consideração, tais grupos ou indivíduos, sensibilidades, preocupações e sensibilidades culturais específicas e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. O envolvimento com os grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às das outras partes interessadas.

Deste modo, constituem-se PIAs no Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto. No presente projecto, a identificação das PIAs relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos (Tabela 4).

**Tabela 4 Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto por componentes do projecto**

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
1	Componente 1: Melhoria dos Serviços de Água, Saneamento e Higiene (ASH) em Áreas Urbanas e Rurais em Angola	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Energia e Águas (MINEA).</li> <li>• Direcção Nacional de Águas (DNA).</li> <li>• Director do Ambiente e Saneamento Básico,</li> <li>• Direcção provincial da saúde</li> <li>• Direcção municipal da saúde</li> <li>• Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas (GABHIC).</li> <li>• Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH).</li> <li>• Governos Provinciais abrangidos (departamentos de ambiente, água e saneamentos básico) .</li> <li>• Banco Mundial.</li> <li>• ONGs ligadas a água e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas.</li> <li>• Habitantes de Vilas e Pequenas Cidades.</li> <li>• Operadores, Empresas e Negócios Formais do Sector de Água.</li> <li>• Operadores, Empresas e Negócios Informais do Sector de Água.</li> <li>• Associações de Operadores e dos Sistemas de Abastecimento de Água.</li> <li>• Trabalhadores do Projecto.</li> <li>• Centro de Treinamento de Água da Huíla</li> <li>• Proprietários das áreas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar.</li> <li>• Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza.</li> <li>• Minorias Etnolinguísticas (que são envolvidas com um Plano específico, ver IPPF do projecto)</li> <li>• Pessoas com deficiência</li> <li>• Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.</li> <li>• Pessoas portadoras de doenças crónica.</li> <li>• Pessoas idosas.</li> </ul>

		<p>saneamento (DW, PIN, LWF, WV, ADRA)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas Provinciais de Água e Saneamento (EPAS).</li> <li>•</li> </ul>	<p>que serão afectadas pelo projecto mesmo que temporariamente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietários das áreas que poderiam deslocados pelo projecto.</li> </ul>	
2	<p>Componente 2: Reforço da Gestão de Recursos Hídricos para a resiliência climática</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Energia e Águas (MINEA).</li> <li>• Direcção Nacional de Águas (DNA).</li> <li>• Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas (GABHIC).</li> <li>• Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH).</li> <li>• EPAS</li> <li>• DW - Development Workshop</li> <li>• A ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente</li> <li>• ACADIR – Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural</li> <li>• ADPP - Desenvolvimento de Povo para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrações Municipais e Comunais.</li> <li>• Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas.</li> <li>• Habitantes de Vilas e Pequenas Cidades.</li> </ul>	NA



		Povo <ul style="list-style-type: none"><li>• A FLM – Federação Luterana Mundial</li></ul>		
3	Componente 3. Gestão de Projectos (<5%).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Direcção Nacional de Águas (DNA).</li><li>• FCMU</li><li>• Banco Mundial.</li></ul>	NA	NA

## 5.2. INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS

É particularmente importante entender se os impactes do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactes de um projecto e para garantir que a consciencialização e o envolvimento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis devem ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação econômica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do estado. O envolvimento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- Mulheres/ mulheres chefe de agregados familiares - As mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patrilineares, participar nas consultas publicas, compreender informações específicas sobre o projecto (dificuldades de acesso aos locais de consulta, de língua, de literacia, de rotinas que podem dificultar a participação). Ainda no âmbito das mulheres, de referir que nas comunidades sem acesso à água, as mulheres e raparigas normalmente são as responsáveis por encartar a água, pelo que dedicam um tempo relevante em esta tarefa. São também possível alvo de exploração e abuso sexual ou assédio sexual, por parte de funcionários ou trabalhadores relacionados com o projecto.
- Crianças - As crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- Idosos e idosos chefes de agregados familiares - Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de inter-ajuda ao nível familiar ou comunitário.

Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.

- Pessoas com deficiência - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas portadoras de deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.
- Pessoas vivendo com doença crónica – são todos aqueles portadores de doenças de doenças, cujo as suas características são consideradas crónica (por exemplo doença mental, tumor maligno, HIV/SIDA e outros). Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e consequente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu envolvimento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.
- Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis - Podem incluir mulheres, idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, bem como as comunidades locais tradicionalmente carentes e/ou famílias chefiadas por tais pessoas, incluindo os Khoisans no sul de Angola.<sup>1</sup> Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos em termos de participação em reuniões de consulta pública; mesmo que participem delas, eles podem não entender os impactes dos projectos apresentados devido a barreiras linguísticas (ou sentirem-se inibidos devido ao seu estatuto na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressarem livremente as suas preocupações e interesses sobre o projecto.

---

<sup>1</sup> Para os povos indígenas ou tradicionais minoritários consultar o Plano de Povos Indígenas (IPP) com medidas específicas.

### 5.3. ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS (PIAs)

Após a identificação das PIAs foi realizada uma análise das mesmas para determinar o seu nível de influência e interesse no projecto, e ainda as suas necessidades, de forma a prever as formas de envolvimento no projecto.

Os níveis e formas de envolvimento necessários são baseados em uma avaliação qualitativa e estão sujeitos a mudar à medida que o projecto avança. As formas de envolvimento são apresentadas na Tabela 5 abaixo.

**Tabela 5 Formas de Envolvimento das PIAs**

<b>INFORMAR</b>	Fornecer informação objectiva para auxiliar na compreensão do processo de implementação do projecto, oportunidades de parcerias, fortalecer o relacionamento, actuando proactivamente no esclarecimento de dúvidas e garantindo a adequada exposição do projecto nos veículos de comunicação.
<b>CONSULTAR</b>	Obter feedback das partes interessadas sobre questões, alternativas, oportunidades e soluções, fortalecer o relacionamento por meio do diálogo permanente e valorizando o papel significativo da sociedade como parte interessada no Projecto.
<b>ENVOLVER</b>	Trabalhar directamente com partes interessadas para garantir que questões e oportunidades são entendidos e soluções consideradas.
<b>COLABORAR</b>	Estabelecer parcerias com partes interessadas a desenvolver alternativas para identificação de soluções adequadas para o projecto.

Abaixo encontra-se a análise das partes interessadas e afectadas considerando os níveis e formas de envolvimento.

**Tabela 6 Análise das Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto**

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIAs	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENVOLVIMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENVOLVIMENTO
Ministério de Energia e Água	Parte interessada responsável pelo sector da água e saneamento e pela coordenação do projecto.  Alto interesse	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-financiamento e gestão</li> <li>• Compartilhamento de informações via reportagem sobre o processo do Reclima</li> <li>• Organizar actividades conjuntas para monitoramento do projecto</li> </ul>	Liderança da gestão do projeto.  Monitoriza através de encontros de coordenação.
Ministério da Agricultura e Pescas	Parte interessada e responsável pela formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional nas áreas da agricultura, pecuária, florestas, segurança alimentar e alimentar.  Médio interesse. A água é necessária para a agricultura, e o projecto irá trazer mais valia para a agricultura. Para além disso, existe interesse que o projecto não impacte as terras agrícolas negativamente.	Médio	Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto (elaboração do projeto executivo e planos de reassentamento).  Envolver por exemplo nos processos de reassentamento que impactem o uso de agrícolas durante a fase de implementação.	Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.

<p>Ministério do Ambiente.</p>	<p>Parte interessadas responsável pela coordenação de toda a política e estratégia em matéria de cultura, turismo e ambiente para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Médio interesse. Pode apoiar na aprovação das licenças ambientais em fase de implementação do projecto, e questões de impacto ambiental adverso.</p>	<p>Médio</p>	<p>Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto (por exemplo nos processos de licenciamento ambiental na fase de implementação dos projectos de obras civis e em situações adversas que impactem o ambiente.</p>	<p>Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.</p>
<p>Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.</p>	<p>Parte interessadas responsável pela formulação, proposição, coordenação, execução e fiscalização das políticas públicas e programas setoriais nas áreas de administração pública, administração do trabalho e previdência social.</p> <p>Médio interesse: pode não ser a sua área de interesse directo, no entanto pode ter algum interesse em melhorar as condições de trabalho e segurança social dos trabalhadores do projecto.</p>	<p>Baixo</p>	<p>Consulta e envolvimento por exemplo nos processos de fiscalização das condições de trabalho durante a implementação do projecto.</p>	<p>Cartas, email, material de informação.</p>
<p>Ministério da Administração Territorial e Reforma do Estado (MAT)</p>	<p>Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de Administração Local do Estado, Administração Municipal, organização e</p>	<p>Baixo</p>	<p>Consulta durante a preparação do projecto.</p>	<p>Email, carta e material de informação do projecto.</p>

	<p>gestão territorial, autoridades e comunidades tradicionais.</p> <p>Médio interesse: pode ter algum interesse, no entanto visto que os governos provinciais e as administrações municipais estão mais envolvidas, pode não estar envolvida diretamente com o projecto.</p>			
<p>Ministério da Inclusão Social Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)</p>	<p>Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de políticas de inclusão social, família e questões de igualdade de género.</p> <p>Médio interesse: pode ter interesse na melhoria das condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria do acesso à água, e iniciativas de prevenção da Violência Baseada no Género (VBG).</p>	Médio	<p>Consulta durante a preparação do projecto.</p> <p>Colaboração durante a implementação do projecto, sobretudo na implementação do Plano de Acção Prevenção e Resposta ao risco da VBG.</p>	<p>Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.</p>
<p>Governos Provinciais e Administrações municipais abrangidas</p>	<p>Administradores da província onde o projecto está localizado. Beneficiários directos.</p> <p>Alto interesse: água representa uma necessidade básica da população e do desenvolvimento. Municípios necessitam de água e saneamento, emprego e</p>	Alta	<p>Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.</p>	<p>Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento,</p>

	melhores condições de vida para a população.			implementação da estrutura do MRR, e na monitoria social e ambiental).
Empresas Provinciais de Água e Saneamento (EPAS)	<p>Gestores da água e saneamento nas províncias onde o projecto está localizado. Representações do MINEA a nível provincial. Beneficiários directos.</p> <p>Alto interesse: melhorias na produção, distribuição e abastecimento de água representa uma necessidade básica para a sua actividade e sustentabilidade. Municípios necessitam de água e saneamento, emprego e melhores condições de vida para a população.</p>	Alta	Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.	Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento, implementação da estrutura do MRR, e na monitoria social e ambiental).
Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas (GABHIC). Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH).	<p>Gestores da água e saneamento a nível nacional. Representações do MINEA a nível de gestão dos recursos hídricos nacionais. Beneficiários directos.</p> <p>Alto interesse: melhorias na produção, distribuição e abastecimento de água representa uma necessidade básica para a sua actividade e sustentabilidade dos recursos hídricos a nível nacional.</p>	Alta	Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.	Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação.



<p>Organizações Não Governamentais (com intervenção em WASH e resiliência climática – ACADIR, ADPP, Development Workshop, LWF, ADRA,WV, PIN)</p>	<p>Organizações não governamentais com fines não lucrativos, interessadas pelo projecto e os benefícios que trarão as comunidades nas províncias abrangidas.</p> <p>Médio interesse: sendo a sua intervenção aumentar a disponibilidade de água nas comunidades e a sua interrelação com as actividades básicas da população, pode melhorar as condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria do acesso á água.</p>	<p>Médio</p>	<p>Consulta durante a preparação do projecto.</p> <p>Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre as comunidades e água e saneamento</p>	<p>Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.</p>
<p>ACADIR</p>	<p>ACADIR – Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural é a primeira e única ONG liderada localmente liderando os esforços comunitários de conservação em Angola, principalmente em Província de Cuando-Cubando. A ACADIR está altamente interessada em resiliência climática e segurança hídrica.</p>	<p>Alta</p>	<p>Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre as comunidades e água e saneamento na província de Cuando-Cubango</p>	<p>Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.</p>
<p>ADPP</p>	<p>ADPP - Desenvolvimento de Povo para Povo. A ADPP Angola opera nas áreas da educação, saúde, agricultura e</p>	<p>Alta</p>	<p>Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre as comunidades e resiliência climática na</p>	<p>Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação</p>

	ambiente, e desenvolvimento comunitário integrado. Através da sua iniciativa de ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, a ADPP aumentou o conhecimento e aconselhamento sobre ações simples que qualquer família pode realizar para contribuir para a resiliência. Produz e transmite uma série de programas curtos de rádio comunitária na Rádio Cuvelai e na Rádio Cunene para alcançar comunidades remotas com informações importantes sobre a construção de resiliência		provincia de Cunene	do projecto.
DW	DW - <i>Development Workshop</i> é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para melhorar os direitos cívicos e as condições de vida dos pobres em comunidades menos desenvolvidas em Angola. As áreas de foco do programa incluem abrigo, melhoria de assentamentos periurbanos, abastecimento de água e saneamento, cuidados primários de saúde, desenvolvimento de pequenas empresas e mitigação de desastres. A estratégia da DW é fortalecer as vozes e a capacidade das comunidades e organizações defenderem seus	Alta	Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre abastecimento de água e saneamento em todas as províncias do RECLIMA	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.

	direitos à terra e à moradia e agirem sobre problemas e oportunidades de desenvolvimento.			
ADRA	A ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente é uma Organização Não Governamental Angolana comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo, e com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola.	Alta	Colaboração durante a implementação do projecto nas províncias do Kwanza-Sul, Zaire, Benguela and Namibe	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.
FLM	A FLM – Federação Luterana Mundial é uma ONG internacional mais antiga em Angola desde o estabelecimento das operações humanitárias em 1986. O programa passou por transições programáticas; operações de emergência e segurança – recuperação e reconstrução – desenvolvimento e resiliência. Hoje, a LWF Angola apoia indivíduos e comunidades através de meios de subsistência, direitos à terra, agricultura sustentável, Redução do Risco de	Alta	Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre Água, Saneamento e Higiene na província de Cunene	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.

	Desastres (DRR) e atividades de Água, Saneamento e Higiene (WASH).			
Comunidades locais na área do projeto.	<p>Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais.</p> <p>Alto interesse: água representa uma necessidade básica da população e do desenvolvimento. População necessita de emprego e melhoria das condições de vida</p>	Alto	<p>Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto.</p> <p>Colaborar para implementar o MRR e ações de comunicação e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)</p>	<p>Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio.</p>
Pessoas / famílias / grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres.	<p>Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais.</p> <p>Alto interesse: água representa uma necessidade básica da população e do desenvolvimento. Procuram melhoria das condições de vida. Podem enfrentar diferentes barreiras sociais, linguísticas e culturais o que significa que o envolvimento deve ser adaptado de uma maneira culturalmente apropriada que possa acomodar suas necessidades específicas. Com muitos indivíduos vivendo em áreas de difícil acesso, deve-se prestar atenção aos custos de transporte e outras necessidades para participação no projecto.</p>	Baixo	<p>Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto através de medidas e condições específicas.</p> <p>Colaborar para implementar o MRR e ações de comunicação e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)</p>	<p>Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio.</p> <p>identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres pobres, pessoas portadoras de deficiência e grupos minoritários para parcerias no trabalho com esses grupos.</p> <p>Acomodar as suas necessidades específicas na gestão do projecto.</p>

Trabalhadores do Projecto	Alto interesse: projecto representa oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida	Alto	Projeto depende muito do trabalho eficaz e eficiente dos seus colaboradores. Envolver durante a implementação do projecto para capacitar.	Encontros de coordenação, ações de sensibilização e formação.

#### **5.4. NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO**

Conforme referido acima, pelo grau de risco do projecto, as PIAS identificadas através da participação informada e auscultada sobre o projecto, deverão ser chamados a contribuir nas fases de preparação e implementação do projecto. As formas de envolvimento foram acima descritas, as PIAs terão de ser engajadas de acordo com as especificidades de cada um em aceder e se envolver no processo. As pessoas afectadas e vulneráveis devem ser priorizadas levando em conta o tipo de participação das partes afectadas exigidas por lei e outros requisitos e quem exactamente será negativamente afectadas pelos potenciais impactos ambientais e sociais.

Desta forma, dependendo das PIAs formas apropriadas para notificação, divulgação de informação e auscultação devem ser identificadas para que todas as partes afectadas e interessadas tenham acesso a informação sobre as várias formas de envolvimento propostas incluindo os meios para a consulta apropriada. Os dados relacionados às necessidades das partes interessadas serão inseridos na tabela 7, abaixo.

**Tabela 7 Resumo de necessidades das PIAs do projecto**

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	FORMAS DE ENVOLVIMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições do governo.</li> <li>• Administrações municipais.</li> </ul>	<p>Informar, auscultar, envolver e colaborar</p>	<p>Idioma Oficial (Português)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Notas direccionadas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos.</li> <li>• Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, Twiter) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde.</li> <li>• Encontros de coordenação. Reuniões de trabalho.</li> <li>• Protocolos de parceria.</li> <li>• Visitas das estruturas ao local do projecto.</li> <li>• Ações de formação e capacitação contínua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido a situação pandémica do COVID 19, as necessidades especiais serão as plataformas virtuais.</li> </ul>

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	FORMAS DE ENVOLVIMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas Afectadas pelo projecto.</li> <li>• Grupo de povos indígenas ou tradicionais minoritários</li> <li>• Grupo Vulnerável incluindo mulheres.</li> <li>• Estruturas comunitárias.</li> <li>• Associações de base comunitária e outras associações.</li> </ul>	<p>Informar, auscultar e envolver</p>	<p>Idioma Oficial (Português) e Língua local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avisos em rádios comunitárias, quadro de aviso da comunidade, cartazes e folhetos.</li> <li>• Mobilização comunitária.</li> <li>• Reuniões Comunitárias, peças de teatro informativos.</li> <li>• Apresentações de filmes publicação de resumos simplificados, explicações não técnicas de base ou acesso a especialistas locais.</li> <li>• Ações de formação comunitárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para estes grupos as necessidades especiais serão os horários dos encontros que respeitem as rotinas da comunidade e com maior aderência, reuniões com os grupos de forma específica (ex. grupos de mulheres, grupo de pessoas com deficiência), local acessível para realizar as reuniões, transporte para facilitar as deslocações em locais mais afastados, tradução para os idiomas locais<sup>2</sup>; reuniões pequenas e específicas para os grupos vulneráveis fiquem mais à vontade para fazer perguntas ou manifestar suas preocupações.</li> <li>• Tradução de materiais de informação em língua nativa e adequação às especificidades culturais.</li> </ul>

<sup>2</sup> Várias línguas tradicionais podem ser encontradas nas áreas do projecto como o Ganguela em Cuando Cubango, ovambo no Cunene, Hima/Herero, no Namibe, entre muitos outros.



<b>GRUPO DE PARTES INTERESSADAS</b>	<b>FORMAS DE ENVOLVIMENTO</b>	<b>NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS</b>	<b>MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO</b>	<b>NECESSIDADES ESPECÍFICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade Civil.</li> <li>• ONG e associações.</li> <li>• Media.</li> <li>• Agentes económicos.</li> </ul>	<p>Informar, auscultar e envolver</p>	<p>Idioma Oficial (Português)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, email, workshop de consulta.</li> <li>• Reuniões, encontros temáticos e workshops</li> <li>• Releases, coletivas de imprensa, visita a área de implementação do projecto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido a situação pandémica do COVID 19, as necessidades especiais serão as plataformas virtuais.</li> </ul>

## 6. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

### 6.1. PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das partes interessadas:

- Abertura e abordagem do ciclo de vida: as consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- Participação informada e feedback: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado, oportunidades são fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações.
- Inclusão e sensibilidade: a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção de métodos de envolvimento.
- Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis - em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crônicas. Ao planificar o envolvimento deve se ter em conta:
  - diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta.
  - consultas com consciência de gênero e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconômicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade das funcionárias do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
- Compromisso: demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessada é reconhecida e posta em prática no início do processo.
- Integridade: ocorre quando o envolvimento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos.
- Respeito: criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afectadas são reconhecidos.
- Transparência: demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta e eficaz.

- Confiança: alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interação com cada um dos grupos das PIAs, deve se considerar a seleção de técnicas de envolvimento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de envolvimento. Antes de qualquer evento de envolvimento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de "perguntas e respostas" padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em envolvimento anterior, se houver.
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de envolvimento.
- Seleção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o envolvimento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto.
- Seleção de métodos para envolvimento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo).
- Seleção de local e horário para actividades de envolvimento, para PIAs, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo.
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de envolvimento.

## **6.2. PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA**

Dado o contexto atual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19 e o cronograma em que o projecto está sendo preparado, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de envolvimento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama de PIAs neste projecto, uma estratégia robusta de comunicação e envolvimento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- Encontros formais: apresentação de informações do projecto para as PIAs, com vista a captação de opiniões, bem como construção de uma relação aprofundada e impessoal com as PIAs.
- Consultas públicas: apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIAs (de acordo com o permissível), especialmente comunidades directamente afectadas, permitindo que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação.
- PowerPoint e pósteres (elucidativos para envolvimento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- Reuniões individuais: com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIAs falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada em gênero, compensações, entre outros aspectos.
- Grupos focais de discussão: compartilha de informações sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, bem como discussão sobre os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação.
- Folheto sobre o projecto: constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR).
- Uso de correspondências electrónica e comunicação telefónica e distribuição de informação a funcionários públicos e do governo nacional, provincial e municipal pertinentes, de ONGs, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIAs para as reuniões e acompanhamento.
- Outros, como telefone (através de SMS alerta com texto padronizado para o efeito), peças teatrais, cartazes, folhetos e spots de Rádio e TV.

### **6.3. PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS**

Dadas as especificidades destes grupos, as abordagens recomendadas para a divulgação de informações do projecto aos grupos vulneráveis são:

- Reuniões individuais: para buscar opiniões que permitam as PIAs falar livremente sobre temas delicados, como representatividade de lideranças, violência baseada no gênero, visão sobre o projecto, impactos específicos a aquele grupo vulnerável, entre outros aspectos
- Grupos focais: partilhar informação sobre o Projecto, sobre o ciclo de vida do projecto e suas implicações, partilhando informação sobre a duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais dos diferentes PIAs. Essa metodologia é adequada para engajar grupos vulneráveis, pois representa baixo risco de interferência de outros grupos de PIAs dominantes.
- Consultas públicas: os representantes dos grupos vulneráveis têm capacidade de expressar as preocupações dos grupos que representam, mesmo em reuniões públicas, nestes casos o moderador deve encorajar a sua participação nestes processos.
- O estabelecimento de canais de comunicação anônimos pode ajudar grupos vulneráveis a se expressarem livremente.
- Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associações, recomenda-se que a divulgação de informações a esses grupos seja feita através da associação, sempre que possível.
- Meios de comunicação social, tais como rádio e televisão, são importantes para a divulgação de informação do projecto, podendo fazendo chegar informação aos grupos vulneráveis com dificuldades de mobilidade por várias razões.

#### **6.3.1. Considerações Sobre Género nos Processos de Consulta**

O projecto deverá continuar a prestar atenção na participação activa das mulheres nos processos de envolvimento e consulta, procurar formas de assegurar que as mulheres se sintam confortáveis para participar. Por exemplo a consulta “culturalmente apropriada” pode significar que as mulheres se sentem mais confortáveis conversando com outras mulheres. As equipas do projecto trabalhando na comunidade devem incluir membros do sexo feminino que possam conduzir discussões e entrevistas ou receber reclamações de mulheres quando necessário, assegurar a participação de mais mulheres na sala por exemplo escolhendo o horário, data e local convenientes para as mulheres, usar as OCB's predominantemente formada por mulheres para incentivarem seus membros a participar.

Devem ser realizadas reuniões separadas adoptando medidas para criar um local no qual as questões e as preocupações próprias das mulheres sejam levantadas, incluindo a realização de reuniões com grupos de interesse com mulheres, convocar reuniões separadas com mulheres separadas dos homens. Na Tabela 8 abaixo, e apresentada, uma abordagem preliminar da estratégia a usar para envolver os grupos vulneráveis.

**Tabela 8 Estratégia para envolver os grupos vulneráveis**

<b>PIAs Vulneráveis e Interessadas dos Bairros Informais e Zona Periurbana Desprovidos de Infraestrutura Básica e Pouca Escolaridade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Informação traduzida para a língua local.</li><li>• Disseminação da informação através radio nacional ao nível provincial, media e redes sociais em língua local.</li><li>• Mobilização comunitária.</li><li>• Envolvimento das ONGs e grupos locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas.</li><li>• Pecas teatrais e outras dinâmicas que permitem a discussão e reflexão.</li><li>• Discussões em grupos focais com grupos vulneráveis distintos (grupos de pares).</li><li>• Consultas interpessoais e ao domicílio.</li></ul>
<b>Mulheres, Jovens Mulheres, Adolescentes (Meninas e Meninos), Idosos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• RECLIMA deve organizar sessões de consulta separadas (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) e identificar mulheres como facilitadoras.</li><li>• Discussões em grupos focais com menores e de género, onde mulheres e meninas e idosas estão à vontade para falar e em horários adequados para eles, após os seus compromissos.</li><li>• Disponibilização de diferentes formas de comunicação, incluindo associações ou organizações comunitárias de mulheres (caso existam), para se conseguir formar grupos femininos e sensibilizá-las a se expressarem.</li><li>• O projecto usará várias medidas, incluindo sensibilização, empoderamento da comunidade e</li></ul>

	<p>prestação de serviços de aconselhamento para abordar as questões de género e VBG entre as mulheres (Exploração e Abuso Sexual decorrentes do projecto).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Consultas interpessoais e ao domicílio.</li><li>• Uso da língua local.</li></ul>
<b>Pessoas com Deficiência</b>	<p>O projecto usará diferentes formas de comunicação para chegar às partes interessadas e afectadas com deficiência.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• As informações serão partilhadas através das organizações de apoio as pessoas com deficiência.</li><li>• Envolvimento das ONGs locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas.</li><li>• Consultas interpessoais e ao domicílio</li><li>• Discussões em grupos focais se aplicável</li></ul>

#### 6.3.1.1. Papel da Estrutura Tradicional na Interação com as PIAs

O papel das estruturas comunitárias da comunidade é fundamental para mobilização das PIAs e divulgação da informação nas comunidades, o RECLIMA deve usar diversos métodos de identificação de líderes e seguir sistemas e processos que promovam a responsabilização dos líderes identificados como representantes da comunidade. Essa consideração pode levar em conta o grau de autoridade e legitimidade que têm esses representantes, e verificar se esses indivíduos representam, de fato, os pontos de vista das comunidades afectadas pelo projecto, e se eles facilitam o processo de comunicação de forma adequada e assegurar que transmitem, de forma precisa e oportuna, as informações fornecidas pelo RECLIMA às comunidades e os comentários e preocupações de tais comunidades para o Mutuário.

A estrutura comunitária será fundamental no mapeamento das PIAs, divulgação e envolvimento dos indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis a necessidade de preencher as lacunas nas mensagens em relação língua tradicional falada na comunidade entendida de forma mais abrangente pelas pessoas com os níveis de alfabetização mais baixo podem ser acauteladas pela estrutura local, traduzindo.

### **6.3.1.2. Estratégia de Relacionamento com Comunidades – Diálogo Social**

O objectivo é promover a participação dos Bairros abrangidos pelo projecto, favorecendo a discussão de questões de interesse colectivo, com vista a alcançar objectivos comuns e criar mecanismos para considerar diferenças de expectativas e interesses em relação ao projecto nas suas várias fases. Por meio de acções de diálogo social, o RECLIMA irá buscar prestar e receber informações. Desta forma, conhecer as preocupações, expectativas e demandas dos diferentes grupos e potencializar os impactos positivos e/ou minimizar impactos adversos, evitando conflitos com as comunidades; esclarecer temores e gerenciar expectativas. Toda informação obtida nas actividades de relacionamento com a comunidade, nas visitas a comunidade para encontros, estudos e diagnósticos devem ser considerada no planeamento e execução das acções e estratégias de comunicação.

Abaixo pode-se encontrar a tabela 9 *Estratégia de consulta às PIAs por âmbito/instrumento da consulta* e a tabela 9 *Estratégia para divulgação de Informações/consulta em cada fase do projecto*



**Tabela 9 Estratégia de consulta às PIAs por âmbito/instrumento da consulta**

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
<b>Elaboração do QGAS<sup>3</sup> e QPR</b>	Divulgação de informação sobre potenciais impactos ambientais e sociais ligados as actividades de projecto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições Governamentais.</li> <li>Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e sector privado, ONGs e associações.</li> <li>PIAs.</li> <li>Pessoas Vulneráveis.</li> </ul>	Consulta Publica com grupos separados	A reunião deve ser tornada pública <b>15 dias</b> antes da data da sua realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Informação de Base do QGAS.</li> <li>Documento de Informação de Base do QPR.</li> <li>Esta informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta Convite.</li> <li>Jornais de Maior circulação do País.</li> <li>Email</li> <li>Mobilização comunitária.</li> <li>Quadro de aviso nos Bairro.</li> <li>Rádio nacional ao nível provincial</li> <li></li> </ul>	FCMU

<sup>3</sup>QGAS – Quadro de Gestao Ambiental e Social  
 QPR – Quadro de Políticas para o Reassentamento

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
<b>Avaliação do Impacto Ambiental e Social (TdR para o EIAS e EPDA)</b>	<p>Apresentação e discussão dos conteúdos do Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS).</p>	<p>Instituições Governamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e sector privado.</li> <li>• Partes afectadas</li> </ul>	Duas Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica 15 dias antes da data da sua realização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA)</li> <li>• Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS).</li> <li>• Apresentação de informação previa nas reuniões comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carta convite</li> <li>• Jornais de Maior circulação do País.</li> <li>• Email.</li> <li>• Mobilização comunitária.</li> <li>• Quadro de aviso do Bairro.</li> <li>• Rádio comunitária.</li> <li>• Grupos Focais.</li> <li>• Encontros individuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultor Ambiental e Social</li> <li>• FCMU</li> </ul>

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
		Projecto. • Pessoas Vulneráveis.			• Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião. • Website do MINEA e FCMU.		
EIAS (Estudo de Impacto Ambiental e Social)	• Primeira consulta de apresentação do draft do Estudo de Impacto Ambiental e Social	• Instituições Governamentais • Parceiros de desenvolvimento	Duas Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica <b>15 dias</b> antes da	• Draft do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS). • Versão Final do	• Carta – Convite. • Jornais de Maior circulação do País.	Empresa de Consultoria Contratada para o EIAS.

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	(EIAS). • Segunda consulta apresentação da versão do EIAS a ser submetida no MCTA.	to, sociedade civil e sector privado. • Partes interessadas e afectadas pelo projecto.		data da sua realização	EIAS. • Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião. • Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias.	• Mobilização comunitária. • Quadro de aviso do Bairro. • Rádio comunitária. • Grupos Focais. • Encontros individuais.	FCMU
Plano de Acção do Reassentamento (PAR)	• Terceira e quarta consultas voltadas a recolha e observações, sugestões ou	Instituições Governamentais Parceiros de desenvolvimento sociedade civil e	Duas Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica <b>15 dias</b> antes da	• Draft do PAR • Versão Final do PAR • Apresentação de	• Carta – Convite. • Jornais de Maior circulação do País.	• Empresa de Consultoria Contratada para

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	recomendações em relação ao PAR. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar os interessados sobre objectivos, pertinência e impacto de Reassentamento.</li> <li>• Discussão de alternativas de reassentamento e compensação.</li> <li>• Firmar acordos com as pessoas afectadas.</li> </ul>	sector privado. Pessoas Afectadas. Pessoas Vulneráveis.	Quatro Consultas Publicas	data da sua realização	informação prévia nas reuniões comunitárias. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização comunitária.</li> <li>• Quadro de aviso do Bairro.</li> <li>• Rádio comunitária.</li> <li>• Carta-Convite.</li> <li>• Grupos Focais.</li> <li>• Encontros individuais.</li> </ul>	elaboração do PAR. <ul style="list-style-type: none"> <li>• FCMU</li> </ul>

Tabela 10 Estratégia para divulgação de Informações/consulta em cada fase do projecto

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Preparação do projecto.	Divulgar e informar as partes interessadas e afectadas acerca do projecto e desenho dos programas sociais.	Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Notificação pública (rádio, TV, jornal),</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email.</li> <li>• WhatsApp, notais direccionadas.</li> </ul>	Antes de início das actividades e estudos de viabilidade do projecto.	FCMU
	Divulgar QGAS e QPR e instrumentos associados	Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Página Web do Mutuário e do Banco Mundial.</li> <li>• Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal.</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email.</li> <li>• Relatórios disponíveis nas administrações municipais e governos provinciais.</li> </ul>	Fase preparatória do projecto.	

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Fase de Implementação	Divulgação do EIAS, PAR e PGAS.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Página Web do Mutuário e do Banco Mundial.</li> <li>• Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal.</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email, rádio comunitária, relatórios disponíveis nas administrações municipais e governos provinciais..</li> </ul>	Fase de projecto executivo/engenharia, antes do início das obras.	
	Informar sobre início da implementação do projecto.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Notificação pública (rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> <li>• Redes sociais</li> <li>• Email.</li> <li>• Peças de teatro.</li> <li>• Placard nas administrações</li> </ul>	Antes do início das obras.	

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
			municipais e governos provinciais.		
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Partes interessadas e afectadas no geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataforma de reclamações (reuniões comunitárias, SMS, email, contacto directo).</li> <li>• Folhetos informativos e Cartazes.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Trabalhadores directos e contratos no âmbito do RECLIMA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linha Telefónica e correio eletrónico, SMS, contacto directo.</li> <li>• Folhetos informativos e Cartazes.</li> <li>• Ações de formação.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU, empreiteiros, fiscais
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Pessoas afectadas pela Violência Baseada no Género (VBG) – AES/AS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linha telefónica para denúncia, SMS, contacto directo.</li> <li>• Folhetos informativos e Cartazes.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU, empreiteiros, fiscais



FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Monitoria sobre o desenvolvimento da implementação do projecto	Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU.
	Saúde e segurança comunitária.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças teatrais.</li> <li>• Spots de rádio.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> <li>• Folhetos informativos e Cartazes.</li> <li>• Ações de formação.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro e FCMU
	Uso de segurança no projecto.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões comunitárias e grupos focais.</li> </ul>	Durante a avaliação de risco de uso da segurança no projecto.	Empreiteiro e FCMU

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Promover as condições laborais e de segurança.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras. Estrutura local, sector do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de Obra.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> <li>• Ações de formação.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
	Proteção do Património Cultural.	PIAs, incluindo indivíduos tenham utilizado o património cultural como parte da memória viva e outras PIAs, que podem incluir autoridades reguladoras nacionais ou locais ou ONGs responsáveis pela protecção do património cultural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.</li> <li>• Envio notas e pedidos de pareceres.</li> </ul>	Durante o desenho e implementação das actividades.	FCMU
	Combate ao Trabalho Infantil e Violência Baseada de Género.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, especial atenção aos grupos vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de Obra.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> <li>• Ações de formação.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades	Empreiteiro, fiscal e FCMU.

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Relacionamento com a comunidade.	Fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho, UT e PYJ.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de início de actividades.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> <li>• Ações de formação.</li> </ul>	Início e durante a implementação das actividades	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
	Restrição de Acessos.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, sector dos transportes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e mobilização da comunidade.</li> <li>• Quadro de avisos.</li> </ul>	Início e durante a implementação das actividades	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
	Contratação de Mão-de-Obra.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho, estrutura local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e mobilização da comunidade.</li> <li>• Quadro de avisos</li> <li>• Radio e locais</li> </ul>	Antes da fase de construção	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
	Consultas para avaliar os requisitos do PCAS (Plano de Compromisso Ambiental e social)	Membros da comunidade local afectada e interessada pelo projecto, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, instituições do governo e	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões comunitárias para reporte.</li> <li>• Workshop para informação acerca do ponto de situação da implementação do PCAS.</li> </ul>	Anual	FCMU.

FASE DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA E AFECTADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
FASE DE OPERAÇÃO		sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resumos não técnicos.</li> </ul>		
	Informação sobre o fim da implantação e início da operação.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> </ul>	No início da operação.	FCMU.
	Elaboração do Plano de Comunicação para apoio a operação dos subprojectos.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uniões comunitárias</li> <li>Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> </ul>	No início da operação.	FCMU

#### **6.4. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS**

Mecanismos apropriados serão criados para garantir que mulheres, idosos, e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que suas opiniões e sugestões sejam tomadas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, deverão ser realizadas, pois as pessoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Por exemplo no caso dos povos indígenas (como os Koisán/San) várias actividades são definidas no Plano de Povos Indígenas (PPI) para que a sua participação seja efectiva e a sua opinião seja levada em conta, por exemplo caso seja necessária a aquisição de terras que afetem os povos indígenas, o consentimento livre, prévio e informado será utilizado através de um processo de consulta de acordo com as diretrizes da Norma 7, ou a criação de grupos/comitês comunitários da água em que esses povos participam activamente, em articulação com os sobas, lideranças tradicionais, administrações municipais e comunais.<sup>4</sup>

É importante ter em conta, no âmbito da SARS- Covid 19, outros métodos de consulta, que não exijam a participação física nas reuniões, como redes sociais, radiodifusão, para garantir que se possa cumprir com os protocolos definidos contra a SARS Covid 19 e também para que os grupos que não podem estar fisicamente presentes nas reuniões possam participar. Uma avaliação social investigará mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante o processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, e na preparação dos Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos, e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias conforme os resultados das avaliações vão sendo recebidas.

Tendo em vista a promoção da igualdade e equidade de participação de gênero, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Devem ser incentivadas discussões de mulheres expressando suas preocupações e contribuindo no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, receptores sensíveis, infraestruturas comunitárias, representatividade, etc., em diferentes fóruns de discussão sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

A mulheres chefes de famílias, medidas adicionais deverão ser tidas em conta para permitir a sua maior participação, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação, assistência/cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais e garantir a representatividade deste grupo em reuniões.

---

<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas consultar o Plano de Povos Indígenas do projecto.

## 6.5. APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO

O feedback é essencial no processo de envolvimento das partes interessadas. É responsabilidade da equipe dos especialistas do projecto garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente e com antecedência e manter uma linha de feedback aberta para as partes interessadas.

Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MRR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa dos especialistas A&S da FCMU para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIAs e outros intervenientes do Projecto.

Ao nível das UTs abrangidos pelo projecto será necessário que os técnicos sejam capacitados continuamente sobre os instrumentos ambientais e sociais e outra informação imprescindível para gestão das PIAs. Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIAs deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e feedback das partes interessadas, inclusive por meio do monitoramento das redes sociais, percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática, e diálogos diretos e consultas.
- Garantir que nas consultas publicas e atividades de informação, educação e comunicação dirigidas às comunidades os idiomas locais sejam utilizados através de facilitadores que dominam as línguas locais ou através de tradutores contratados para o efeito, e como especificamente isso será gerenciado, especialmente porque é importante que a população local possa fazer perguntas e responder no idioma em que se sente mais à vontade para falar (mesmo que entender português).para garantir a participação e o entendimento das populações.
- Operacionalização do MRR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de envolvimento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o envolvimento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto.
- Estabelecer para o público em geral, canais de mídia identificados e confiáveis, incluindo: mídia de transmissão (televisão e rádio), mídia impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, mídia social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

## **6.6. FASES FUTURAS DO PROJECTO**

O presente PEPI fornece as diretrizes gerais para a implementação de envolvimento das PIAs no âmbito do Projecto, e será atualizado novamente durante a fase de avaliação do projecto pelo Banco Mundial. Ainda que haja alteração ao longo do ciclo de vida do projecto em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem, de comunicação e consulta por parte da FCMU e UTs e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. As equipas dos especialistas A&S da FCMU e UTs irão continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de envolvimento das PIAs procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de treinamento de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de envolvimento das PIAs durante a preparação e divulgação do Projecto (ver cronograma no Anexo 7), bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental e Social, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os subprojectos estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para enriquecer o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios mensais, trimestrais e semestrais gerados pela FCMU e UTs, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MRR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI, e os resultados gerais e tratamento do MRR será produzido e informação partilhada ao nível das PIAs.

**Tabela 10 Colaboração multidisciplinar no envolvimento das partes interessadas**

	Objectivos	Parte interessada-alvo	Mensagens/Agenda	Meios de comunicação	Horário/Frequência	Agências/ Grupos Responsáveis
1	<p>Criar oportunidades para uma discussão bidirecional e para que as partes interessadas contribuam nas decisões do projecto que afectam suas vidas como a dinâmica fundamental em todos os aspectos do desempenho social, desde o início até o encerramento do projecto</p>	<p>Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Instituições do Governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.</p>	<p>Divulgar e informar as partes interessadas e afectadas acerca do projecto e desenho dos programas sociais. Comunicação de políticas, procedimentos, protocolos de segurança, etc. Desenvolvimento de materiais para comunicar informações técnicas Planejamento de eventos</p>	<p>Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais. Notificação pública (rádio, TV, jornal), Redes sociais Email. notais WhatsApp, direccionadas.</p>	<p>Antes e durante o ciclo de vida do RECLIMA por meio de consultas públicas periódicas</p>	<p>FCMU, Empreiteiros e Fiscais</p>



2	Identificar e mitigar os impactos e riscos do RECLIMA	Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	Campanha de sensibilização e educativa sobre a existência e uso dos instrumento da salvaguarda ambiental e social (QGAS, QPR, PEPI, IPPF, PGMO e Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de EAS/AS/VBG) Comunicação sobre leis e regulamentos governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>· Página Web do Mutuário e do Banco Mundial.</li> <li>· Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal.</li> <li>· Redes sociais.</li> <li>· Email.</li> </ul>	Idem	FCMU e Fiscais
3	Implementar o Mecanismos de Resolução de Reclamações durante o ciclo do projecto.	Partes interessadas e afectadas no geral.	Promover a NAS 5 do BM Dar as informações relevantes as PIAS com base em sua língua, educação, nível de alfabetização, interesses e preocupações através um envolvimento sustentado pela franqueza e honestidade sobre potenciais impactos adversos e incluir explicações sobre quem pode ser afetado, quando e como	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Plataforma de reclamações (reuniões comunitárias, SMS, email, contacto directo).</li> <li>· Folhetos informativos e Cartazes.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU, empreiteiros, fiscais
		Trabalhadores directos e contratos no âmbito do RECLIMA.	Comunicando sobre arranjos e procedimentos de segurança Garantir comportamentos respeitosos e apropriados em relação às comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Linha Telefónica e correio eletrónico, SMS, contacto directo.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU, empreiteiros, fiscais

		Pessoas afectadas pela Violência Baseada no Género (VBG) – AES/AS	Promover e implementar Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de EAS/AS/VBG) Engajar com todas as partes interessadas afetadas usando abordagens de envolvimento direcionadas e planeadas para evitar criar ou agravar quaisquer conflitos intra ou intercomunitários ou desequilíbrios de poder nas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Folhetos informativos e Cartazes.</li> <li>· Ações de formação.</li> <li>· Linha telefónica para denúncia, SMS, contato direto.</li> <li>· Folhetos informativos e Cartazes.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU, empreiteiros, fiscais
4	Monitoria sobre o desenvolvimento da implementação do projecto	Mutuário, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	Impactos ambientais - identificação, gerenciamento e monitoramento Segurança rodoviária Orientações e avisos de saúde e segurança Simulados do Plano de Atendimento à Emergências (PAE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	FCMU.
5	Promover a saúde e segurança comunitária.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	Performance Social Todas as áreas ao seguir protocolos Segurança, Saúde e Meio Ambiente (Safety, Health & Environment - SHE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reuniões comunitárias, workshops e grupos focais. Peças teatrais.</li> <li>· Spots de rádio/TV.</li> <li>· Reuniões comunitárias.</li> <li>· Folhetos informativos e Cartazes.</li> <li>· Ações de formação.</li> <li>· Bandas desenhadas</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro e FCMU

6	Promover o uso de segurança no projecto.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	idem	Idem	Durante a avaliação de risco de uso da segurança no projecto.	Empreiteiro e FCMU
7	Promover as condições laborais e de segurança.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras. Estrutura local, sector do trabalho.	Promover e implementar o PGMO	Idem	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
8	Combate ao Trabalho Infantil e Violência Baseada de Género.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, especial atenção aos grupos vulneráveis.	Promover a NAS 2 do BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reuniões de Obra.</li> <li>· Folhetos informativos.</li> <li>· Reuniões comunitárias.</li> <li>· Ações de formação.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades	Empreiteiro, fiscal e FCMU.
9	Contratação de Mão-de-Obra.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho, estrutura local.	<p>Informações sobre oportunidades de emprego - números e requisitos necessários</p> <p>Garantir clareza, equilíbrio e equidade no recrutamento local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Informação e mobilização da comunidade.</li> <li>· Quadro de avisos</li> <li>· Radio e locais</li> </ul>	Antes da fase de construção	Empreiteiro, fiscal e FCMU.

10	Proteção do Património Cultural.	PIAs, incluindo indivíduos tenham utilizado o património cultural como parte da memória viva e outras PIAs, que podem incluir autoridades reguladoras nacionais ou locais ou ONGs responsáveis pela protecção do património cultural.	Promover NAS 7 & 8 do BM	Idem	Durante o desenho e implementação das actividades.	FCMU
----	----------------------------------	---	--------------------------	------	--	------

## 7. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

### 7.1. RECURSOS HUMANOS

No presente PEPI, o RECLIMA será responsável pela implementação geral das actividades do projecto, baseando-se com a FCMU e articulando com as UTs do projecto, estes e serão responsáveis por documentar o processo, garantindo que seja eficaz e trabalhando com a gestão do projeto para integrar as entradas das partes interessadas no projeto e fornecer feedback sobre as questões levantadas de forma contínua e transparente.

A UCP criada para o RECLIMA irá reforçar a capacidade técnica do FCMU neste sector. O pessoal da UCP, incluirá especialista ambiental e social, e em monitoria e avaliação, estes especialistas darão assistência na implementação do PEPI.

O FCMU será responsável pela realização de actividades de envolvimento das partes interessadas, enquanto trabalha em estreita colaboração com outras entidades governamentais, bem como com as unidades governamentais locais, os meios de comunicação social, etc. As actividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas por meio de relatórios trimestrais que serão partilhados com o Banco Mundial.

Tabela 12 Responsabilidades na Gestão do PEPI

ITEM	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
1	Especialistas A&S da UCP	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenar a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas.</li><li>• Assegurar que os grupos vulneráveis são engajadas e as suas opiniões e sugestões levadas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos.</li><li>• Garantir a coordenação dos especialistas ambientais e sociais de cada UTs ou de cada subprojecto para que efectivamente coordenem e implementem as actividades que exigem interacção intensiva com as PIAs (como por exemplo actividades consulta publica, actividades de carácter sensível relacionadas com o envolvimento em questões como expropriação e aquisição de terras, compensações, abuso e exploração sexual na implementação de subprojectos, entre outras).</li><li>• Coordenar a gestão do MRR.</li><li>• Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de feedback/avaliação de beneficiários para os subprojectos caso se faça necessário.</li><li>• Coordenar a avaliação do PEPI integrando várias categorias de PIAs, e reformular abordagens e atividades</li></ul>

		se necessário.
2	Especialistas A&S das UTs ou de cada subprojecto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar o PEPI a nível local e da comunidade, implementando as abordagens, metodologias e atividades propostas e outras consideradas aplicáveis, e reportar à equipe dos especialistas ambientais e sociais da UCP numa base mensal.</li> <li>• De forma continuada, identificar novas categorias de PIAs e manter a base de dados actualizada, assim como formas de envolvimento específicas.</li> <li>• Garantir que os protocolos estabelecidos para o envolvimento das PIAs sejam efectivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de ESIA, PAR).</li> <li>• Implementar o Mecanismo de Resolução de Reclamações do projecto a nível local, em coordenação com os consultores contratados, pontos focais institucionais e comunitários, e reportar mensalmente à FCMU.</li> <li>• Avaliar a implementação do PEPI a nível local em articulação com diversas categorias de PIAs.</li> </ul>
3	Especialista de Monitoria e Avaliação	Monitorar a implementação do PEPI.
4	Especialista de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar na elaboração e implementação da estratégia de comunicação do PEPI.</li> <li>• Produzir materiais de informação, educação e comunicação sobre o projecto e temas de implementação (MRR, AES, AS, reassentamento, gestão da água, etc).</li> </ul>

## 7.2. RECURSOS FINANCEIROS

O MINEA será responsável pela implementação das actividades de envolvimento das partes interessadas, e fornecerá todos os recursos necessários para implementação do PEPI. O orçamento estimado para a implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas é de USD 615 000.00.

**Tabela 11 Orçamento para a implementação do PEPI**

No	Descrição	Unidade de Calculo	Quantidade	Preço Unitário (USD)	Total (USD)
I	PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS				
1.1.	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO				
1.1.1.	SPOT DE TV SOBRE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA				
	Pré-produção	Senario	1	10 000	10 000
	Fundição	lampsum	1	1 500	1 500
	Ensaio (ensaio)	Sessão	3	1 500	4 500
	Localização interna para gravação	lampsum	1	5 000	5 000
	Localização externa para gravação	lampsum	1	3 500	3 500
	Produção	lampsum	1	2 000	2 000
	Primeiro pagamento de técnicos	lampsum	1	5 000	5 000
	Primeiro pagamento dos artistas	lampsum	1	5 000	5 000
	Gravação	lampsum	1	4 000	4 000
	Edição	lampsum	1	2 500	2 500
	Taxas para hospedagem de spots na TV e Rádio	Por ano	5	12 500	62 500
	Subtotal				105 500
1.1.2.	PRODUÇÃO DE COMIC BOOKS				
	Designer gráfico para banda desenhada	lampsum	1	15 000	15 000
	Impressão e duplicação	Artigo	10500	10	105 000
	Subtotal				120 000
1.1.3.	PANFLETOS				
	Designer gráfico para banda desenhada	lampsum	1	4 000	4 000
	Impressão e duplicação	Artigo	30000	1	30 000
	Subtotal				34 000
1.1.4.	POSTERS				
	Designer gráfico para banda desenhada	lampsum	1	4 000	4 000
	Impressão e duplicação	Artigo	5000	5	25 000

	Subtotal				29 000
<b>CUSTO TOTAL DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO</b>					<b>288 500</b>
<b>1.2.</b>	<b>Trabalho de campo</b>				
<b>1.2.1.</b>	<b>COMPRA DE VIATURAS 4X4</b>				
	Toyota Land Cruiser 300	Viatura	1	187 000	187 000
	Toyota Land Cruiser Prado	Viatura	1	90 000	90 000
	Subtotal				277 000
<b>1.2.2.</b>	<b>ENCONTROS (REUNIÕES &amp; WORKSHOPS) DE CONSULTA PUBLICAS, FORMAÇÕES &amp; MONITORIA</b>				
	Transporte (aluguel de Carro)	Per dia (dias das consultas em 2023)	55	300	16 500
	Aluguel de Sala de Conferências	Per dia (dias dos encontros)	332	300	99 600
	Alimentação	Per encontro	332	1 000	332 000
	Caneta	Per Caneta	20000	0,25	5 000
	Caderno	Per Caderno	20000	0,50	10 000
	Camisetas	Per Camiseta	20000	2	40 000
	manutenção do veículo	Por mês para dois carros	48	500	24 000
	Combustível	Por mês para dois carros	48	10	480
	comunicação	Saldo de voz e dado mensal	60	120	7 200
	perdiem	Numero de dias de trabalho de campo dos 3 especialistas AS e motorista	581	600	348 600
	Despesas imprevistas (fotos...)	5%		44 169	44 169
	Subtotal				927 549
<b>CUSTO TOTAL DE MATERIAL DE TRABALHO DE CAMPO</b>					<b>1 204 549</b>
<b>CUSTO TOTAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b>					<b>1 493 049</b>
<b>II</b>	<b>MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES</b>				
<b>2.1</b>	<b>Treinamento/Capacitação</b>				
	Aluguel de Sala de Conferências	Per dia (dias dos encontros)	83	300	24 900
	Honorários de 7 Formador externo nas línguas locais	lampusum	7	2 000	14 000
	Tradução e reprodução de manual de formação	Per manual	7000	5	35 000
	Perdiem de 60 por cada um de 700 formados por dois dias	Numero de sessões de formações	14	49 000	686 000



	Despesas imprevistas	5%		44 169	40 203,50
	Subtotal				800 103,50
<b>2.2</b>	<b>Linha Verde</b>				
<b>2.2.1</b>	<b>EQUIPMENT AND SUPPLIES</b>				
	Linhas telefónicas	Linhas telefónicas	16	110	1 760
	Telemóveis	Telemóveis	16	500	8 000
	Relógio	Relógio	8	20	160
	Mesas	Mesas	8	150	1 200
	Cadeiras	Cadeiras	8	60	480
	Armário de arquivo	Armário de arquivo	8	200	1 600
	Subtotal				13 200
<b>2.2.1</b>	<b>OPERALIZAÇÃO DA LINHA VERDE</b>				
	Projectando e estruturando uma linha directa	lampusum	1	4 000	4 000
	Honorários de voluntários da linha directa nas províncias	Anual	8	6 000	48 000
	Formação dos voluntários da linha directa	lampusum	1	5 000	5 000
	Supervisionar e informar a equipe da linha directa	lampusum	1	5 000	5 000
	Desenvolvimento de referências e recursos de informação	lampusum	1	3 000	3 000
	Desenvolvendo uma ferramenta de captura de dados	lampusum	1	12 000	12 000
	Monitorando e avaliando uma linha directa	lampusum	1	3 000	3 000
	Promover uma linha directa	lampusum	1	2000	2000
	Subtotal				82000
<b>2.2</b>	<b>Plataforma de Gestão do MRR</b>				
	Taxas de consultoria para design de aplicativos	lampusum	1	7 000	7 000
	Hospedagem de aplicativos	lampusum	1	2 500	2 500
	Gerenciamento e atualização de aplicativos	lampusum	10	450	4 500

	Subtotal				14 000
	CUSTO TOTAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES				909 303,50
	TOTAL				2 402 352,50

## 8. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

O PDISA 2, dispõe de um Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) sólido e robusto, e o projecto RECLIMA irá capitalizar e adaptar o recurso (MRR), com vista a um atendimento pleno das reclamações associadas ao projecto. Apesar de reconhecer os procedimentos de resolução de conflitos locais pelas comunidades e governos locais, este MRR é dedicado a solucionar as preocupações das partes interessadas e diretamente afectadas pelo projecto, e não pretende por isso ignorar processos de resolução de conflitos já existentes ao nível local, que podem ser uma mais-valia para a resolução de determinadas reclamações ou conflitos no âmbito deste mecanismo.

As actividades e decisões do projecto, podem afetar as pessoas que vivem nas províncias, onde as infraestruturas de água e saneamento serão construídas e/ou reabilitadas. É responsabilidade da FCMU resolver estas questões com prioridade e transparência, através de um MRR sólido, divulgado e implementado ao nível local, com procedimentos acessíveis, em lugares de destaque, que possa ser utilizado pelas várias partes interessadas do projecto, e que possa fornecer resultados justos, eficazes e duradouros. O MRR está projetado para receber reclamações, preocupações e sugestões de pessoas que podem ser afectadas pelas actividades e decisões do projecto, inclusive por eventuais casos de VBG como casos de exploração e abuso sexual (EAS) e de assédio sexual (AS) que possam ser cometidos por funcionários e trabalhadores vinculados ao projecto.

Embora este MRR seja orientado principalmente para reclamações dos trabalhadores da comunidade local, também receberá reclamações de trabalhadores das obras, contratados por Empreiteiros, Fiscalizações de obra, consultores de estudos e AT, bem como de outras partes interessadas, desde que as reclamações derivem da implementação das actividades do projecto, ou de casos de VBG e EAS/AS vinculados a funcionários e trabalhadores vinculados ao projecto. As reclamações dos trabalhadores terão um protocolo de atendimento diferenciado (tal e como especificado no PGMO).

Para reclamações relacionadas a comunidades indígenas, a Comissão de Resolução de Reclamações (CRR) consultará pelo menos um representante da comunidade desses povos, ou de uma organização comunitária e uma ONG independente com experiência de trabalho em comunidades indígenas. Nesses casos, o idioma e a cultura apropriados devem ser observados pelos membros do CRR ao se comunicar com as comunidades.

O CRR deve adotar medidas para garantir que as reclamações das comunidades indígenas não sejam prejudicadas por barreiras como a língua, o local ou discriminação. Isso pode incluir medidas como o CRR nomear uma pessoa de contato local, conhecida e confiável

pelas comunidades em questão, para receber e resolver as reclamações. Este pode ser um membro da comunidade ou um membro da sociedade civil, mas não deve ser um membro da equipe de órgãos envolvidos na implementação do Projeto, incluindo o GoA. É importante que as medidas assegurem que as reclamações de represálias sejam evitadas, por exemplo, garantindo que a identidade das reclamações não seja compartilhada.

Além disso as comunidades devem conhecer bem a forma como funciona o MRR e como podem facilmente ter acesso a ele, assim como outras formas de enviar as reclamações, assim como acessar ao Serviço de Reparação de Queixas (GRS) do Banco Mundial [grievances@worldbank.org](mailto:grievances@worldbank.org)

Os principais objectivos do estabelecimento deste MRR são:

- assegurar uma melhor implementação dos requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança do projecto e dos seus respetivos subprojectos.
- resolver reclamações que possam surgir nas áreas de implementação do projecto, e que sejam relativas às actividades do projecto, e receber sugestões para a melhoria do projecto.
- construir uma relação de confiança entre os implementadores - chave (FCMU, EPAS, UTs, Empreiteiro, Fiscalização) e as partes interessadas e afectadas do projecto.
- garantir a transparência e celeridade na resolução de qualquer conflito e/ou reclamação entre as partes interessadas e afectadas, através de um sistema de comunicação adequado, e a condução ética e centrada nos direitos e desejos de vítimas para os eventuais casos de VBG, EAS/AS.

## 8.1. PRINCÍPIOS E ABORDAGEM

O MRR do projecto foi elaborado considerando o sistema existente de resolução de reclamações ao nível da comunidade e do Governo (incluindo os serviços existentes a nível provincial, as organizações e associações de mulheres e crianças que trabalham em parceria com o governo), com base nos resultados das consultas públicas realizadas durante a preparação do Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Quadro de Política de Reassentamento (QPR). Apesar de reconhecer os procedimentos de resolução de conflitos locais e do Governo, este MRR é dedicado a solucionar as preocupações das partes interessadas e diretamente afectadas pelo projecto, e não pretende por isso ignorar processos de resolução de conflitos já existentes ao nível local, que podem ser uma mais-valia para a resolução de determinadas reclamações ou conflitos no âmbito deste mecanismo. O mecanismo de resolução do Governo tem sempre prioridade sobre qualquer outro sistema.

O MRR está projetado dentro dos princípios gerais de legitimidade, acessibilidade, previsibilidade, justiça, compatibilidade de direitos, transparência, e aprendizagem contínua.

- Legitimidade: o MRR irá inspirar a confiança das pessoas e grupos a que se destinam.

- **Acessibilidade:** o MRR será conhecido por todos os grupos para os quais se destinam. A FCMU divulgará o MRR nas comunidades e os canais de reclamações existentes.
- **Previsibilidade:** o MRR terá um procedimento claro e conhecido.
- **Justiça:** o MRR garantirá que as pessoas tenham acesso razoável a fontes de informação para iniciar um processo de reclamação em igualdade de condições, independentemente do seu sexo, etnia, classe e posição social, religião, convicção política, ou qualquer outro aspeto pessoal, com total informação e respeito.
- **Compatibilidade de direitos:** o MRR garantirá que os resultados estejam em conformidade com os direitos humanos reconhecidos a nível nacional e internacionalmente e garantirá a proteção da privacidade pessoal e a confidencialidade do processo.
- **Transparência:** o MRR garantirá que as pessoas diretamente afetadas sejam mantidas informadas sobre a evolução dos processos de reclamação.
- **Confidencialidade:** o MRR dá ao reclamante a opção de escolher pelo anonimato, e assegura a confidencialidade dos envolvidos no processo. Os casos de VBG incluindo AES/AS terão um sistema de tratamento e registo independente para garantir a confidencialidade das vítimas e do agressor.
- **Uma fonte de aprendizagem contínua:** a coordenação do MRR adotará medidas para melhorar o mecanismo com base na avaliação de casos e experiência. Sempre que possível, a FCMU consultará os diretamente afetados pelo projecto que usaram o mecanismo para avaliar a sua eficácia, e a equipa de implementação do MRR a nível local de forma a melhorar os procedimentos.

Os principais canais que podem ser seguidos pelos membros da comunidade prejudicados que desejam registrar uma reclamação, disputa ou outras reclamações são a reclamação verbal direta ao empreiteiro na obra, fiscalização da obra, ou a FCMU, o livro de reclamações, contacto de celular, E-mail e reuniões com as comunidades. O MRR irá interagir também os canais tradicionais de resolução de reclamações e conflitos nas comunidades, normalmente liderados pelas autoridades tradicionais e apoiados através de grupos ou pontos focais comunitários.

Como é reconhecido que pode haver receio de retaliação, os reclamantes têm a opção de enviar as suas reclamações diretamente para a FCMU, através do email [reclamacoes@reclima.co.ao](mailto:reclamacoes@reclima.co.ao). As pessoas normalmente sentem-se mais confortáveis a apresentar as suas reclamações aos seus pares, por exemplo as mulheres geralmente são mais abertas para apresentar as suas reclamações a outras mulheres. Assim, haverá ao nível local mulheres designadas para serem Pontos Focais (PF) de recebimento de reclamações, que foram selecionadas através de um processo de consulta com as comunidades. A confidencialidade e a privacidade dos reclamantes devem ser respeitadas. Esta será uma prática comum para todos aqueles que lidam com reclamantes em todos os níveis de fluxo de reclamações previstos neste mecanismo.

As reclamações relativas à Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) recebidas pelos Pontos Focais devem ser encaminhadas imediatamente à fiscalização, e esta por sua vez deverá encaminhar a

reclamação imediatamente para o Gabinete Local de Acção Social, Família e Igualdade do Género (GASFIG) do Governo Provincial, visto não ter capacidade de resolução desse tipo de casos que envolvem confidencialidade, protocolos e respostas específicas, para além de recursos humanos formados para o efeito que apenas o GASFIG dispõe. Outros serviços de apoio existentes (Organização das Mulheres Angolanas, Rede Mulher Angola), que estão mais bem preparados e tem mais competências para lidarem com esta problemática, devem ser engajados no sentido de respostas apropriadas às vítimas/sobreviventes deste tipo de casos. Após esse encaminhamento, pela fiscalização, cabe à mesma acompanhar a resolução dessas reclamações. Será contratada uma especialista de VBG para seguimento e implementação do Plano de Acção de Prevenção e Resposta aos Riscos de EAS/AS (anexo ao QGAS) do projecto e irá ser feito o mapeamento dos serviços de atendimento disponíveis e será analisada a contratação de uma organização especializada para apoio no atendimento e encaminhamento dos casos.

**Tabela 12 Tipos e fluxos de reclamações por fase do projecto**

FASE	CARACTERÍSTICAS	RECLAMAÇÕES PROVÁVEIS
<p>CONCEPÇÃO DO PROJECTO (Menor fluxo de reclamações.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca presença ou presença temporária do empreiteiro no terreno.</li> <li>• Fase de levantamento de informação e de Consulta Publica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de informações sobre o projecto.</li> <li>• Falta de informações sobre a consulta pública.</li> <li>• Não participaram na consulta pública.</li> <li>• Não concordam com opções de desenho/projecto executivo.</li> </ul>
<p>IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO (Grande fluxo de reclamações)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença do empreiteiro e fiscalização no terreno.</li> <li>• Trabalhos iniciam o que pode ter impacte sobre as pessoas e as suas rotinas e formas de vida e de rendimento.</li> <li>• Gestão dos impactes quotidianos das obras (trafico, barulho, poeira, pessoas, saúde, segurança, conforto).</li> <li>• Comunicação regular com as comunidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda de bens ou de terras decorrente do projecto (mesmo que maioritariamente temporária) e atrasos nos processos de compensação.</li> <li>• Perda temporária de meios de vida (negócio, campos de cultivo por ex.).</li> <li>• Barulho.</li> <li>• Tráfego.</li> <li>• Bloqueio de acesso a</li> </ul>

		<p>rua/estrada/caminho.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de segurança (falta de sinalização, de vedação, de passadeira para peões etc.).</li> <li>• Resíduos no local das obras.</li> <li>• Comportamento dos trabalhadores, incluindo casos de VBG, EAS/AS.</li> <li>• Problemas de abastecimento de água/energia derivados das obras.</li> <li>• Outros</li> </ul>
<p>OPERAÇÃO/DESATIV                  AÇÃO DO PROJECTO                  (Fraco ou Grande fluxo de reclamações dependendo do desempenho do empreiteiro e da fiscalização)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença intermitente do empreiteiro e da fiscalização no terreno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de reclamações relacionadas com aspetos que não ficaram concluídos durante as obras ou ficaram com defeitos.</li> <li>• Possibilidade de impactos sociais a longo prazo.</li> </ul>

## 8.2. PESSOAL-CHAVE QUE IMPLEMENTA E COORDENA O MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

A Especialista Social da FCMU, o Engenheiro Residente e a sua Equipa Social em cada uma das cidades-alvo do projecto são designados como pessoal-chave para coordenar o Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR). Enquanto a Especialista Social da FCMU coordenará a implementação geral do MRR, o Engenheiro Residente e/ou a Especialista Social e a Assistente Social da fiscalização coordenará e supervisionará todo o processo de recebimento, registo e resolução de reclamações no local, articulando semanalmente com os pontos de recebimento de reclamações comunitários para receber as fichas de reclamações, solicitar e dar informações; introduz as reclamações na base de dados, e resolver as reclamações, articulando com os atores envolvidos, e realizando encaminhamentos para a Comissão Provincial de Resolução de Reclamações. O ER será responsável por informar mensalmente a FCMU sobre as reclamações recebidas e solucionadas através do relatório mensal de obra<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Vide em anexo 5, principais responsabilidades do pessoal-chave

### **8.3. DIVULGAÇÃO DO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES**

O Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) deve ser amplamente divulgado entre as partes interessadas e junto à população beneficiária. A falta de conhecimento sobre o mecanismo faz com que as pessoas não o usem e, eventualmente, perde a relevância e a validade do propósito para o qual foi criado. As pessoas devem ser informadas como podem fazer uma reclamação, através de que meios, que pontos focais estão disponíveis no seu bairro para o efeito, como será o processo de resolução de reclamações, ou seja, o que acontece após fazerem a reclamação e prazos de resposta. Tanto a equipa social do empreiteiro como a equipa social da fiscalização devem aproveitar as actividades de consulta pública, reunião inicial de obra e actividades sociais em cada bairro/localidade que irá receber as obras para divulgar o MRR. As partes interessadas institucionais (municípios, EPAS, ONGs) devem ser mobilizadas para apoiar essa divulgação através de materiais de divulgação produzidos pelas equipas locais do projectos e pela FCMU/UCP.

### **8.4. PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES E PRAZOS**

**Etapa 1:** As reclamações ou sugestões são recebidas em vários pontos: Empreiteiro (equipa social), Líderes locais (Sobas, Regedores, Coordenadores de bairro); pontos focais da comunidade designados para o efeito (uma mulher local, um homem local por exemplo); ponto focal na Administração Comunal; ponto focal na Administração Municipal; ponto focal na Empresa Provincial de Água e Saneamento (EPAS); equipa social da Fiscalização; UCP-BM/AFD através de email [reclamacoes@reclima.co.ao](mailto:reclamacoes@reclima.co.ao). Um formulário de reclamação (anexo 2) deve ser preenchido pelo ponto focal que recebe a reclamação junto ao reclamante.

**Etapa 2:** O reclamante recebe um comprovativo de como entregou a reclamação. Se for pelo telefone o formulário de reclamação deve ser preenchido na integra pela pessoa que recebe a reclamação. Quem recebe a reclamação via telefone deve garantir que o reclamante lhe cede um contato, para posteriormente informá-lo da resolução do caso. O ponto de resolução inicial pode ser também a pessoa que recebe a reclamação. Assim, o Ponto Focal (PF) que recebeu a reclamação, deve colocar questões ao reclamante para obter mais informações ou ainda dar informações ao reclamante se necessário, em coordenação com a equipa social de fiscalização. Às vezes a reclamação pode ser resolvida através de uma simples informação ao reclamante, no entanto o ponto focal só deve dar as informações válidas que dispõe, e que lhe foram dadas pelas equipas sociais do empreiteiro e da fiscalização. Caso tenha dúvidas deve contactar a equipa social da fiscalização para o efeito.

Todas as reclamações recebidas são encaminhadas ao Engenheiro Residente ou sua equipa social (o Coordenador de resolução de reclamações ao nível local) para verificação e atribuição de responsabilidades na resolução. O Engenheiro Residente ou sua equipa social confirma a receção da reclamação usando o meio de contacto apropriado indicado pelo reclamante (telefone, e-mail ou outro), declarando que vai analisar a reclamação recebida, e informando dos prazos da resolução. Esta confirmação deve ser feita pela fiscalização nos 5 dias úteis após a reclamação ter sido apresentada.

Em casos de reclamações urgentes, o Ponto Focal deve contactar imediatamente a equipa social da Fiscalização (enviando uma mensagem, caso não consiga ligar). Reclamações relacionadas com Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) devem ter uma gestão segura e ética de forma a não violar a confidencialidade e por em causa o processo sempre deve se ter em conta o consentimento da vítima para o tratamento da reclamação. A ficha não deve manter na posse do Ponto Focal. A equipa social de Fiscalização deve recolher a ficha imediatamente e cumprir os procedimentos de sigilo e tratamento diferenciado da informação, não colocando no mesmo local onde ficam as restantes reclamações. Preferencialmente os formulários de registo deste tipo de casos devem ser armazenados em local seguro e fechado até ser encaminhado para o GASFIG e/ou Policia, de forma que as informações identificáveis sobre a vítima e o suposto autor do crime não sejam compartilhadas.

**Etapa 3:** O ER ou a sua equipa social iniciará a resolução da reclamação analisando todas as informações do processo, interagindo com o ponto focal que recebeu a reclamação, e com o reclamante sempre que necessário. Caso seja necessária, o ER e a sua equipa social deve convocar o empreiteiro, a administração municipal (se necessário) e outras partes envolvidas, para discussão do caso e atribuição de responsabilidades na resolução. Caso seja necessário a intervenção da FCMU, a equipa social coordenará com a área técnica específica a que se refere a reclamação: Ambiental, Social, Aquisições e Supervisão de Obras. A resolução de reclamações relativas à Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) ou Assédio Sexual (AS) devem ser encaminhadas para serviços competentes (ver imagem abaixo sobre a gestão destes casos).

Independentemente da necessidade de intervenção da FCMU, o ER deve manter a FCMU informada sobre as reclamações recebidas, incluindo a sua fase de resolução. Para tal o ER deve registar as reclamações numa Base de Dados criada para o efeito, e que seja de fácil acesso a FCMU verificar o andamento da resolução das reclamações. <https://www.reclamacoesreclima.co.ao/view/login.php>. Cada reclamação registada na Base de Dados deve ter a sua ficha (física) correspondente assinada pelo Ponto Focal que recebeu a reclamação e pelo reclamante.

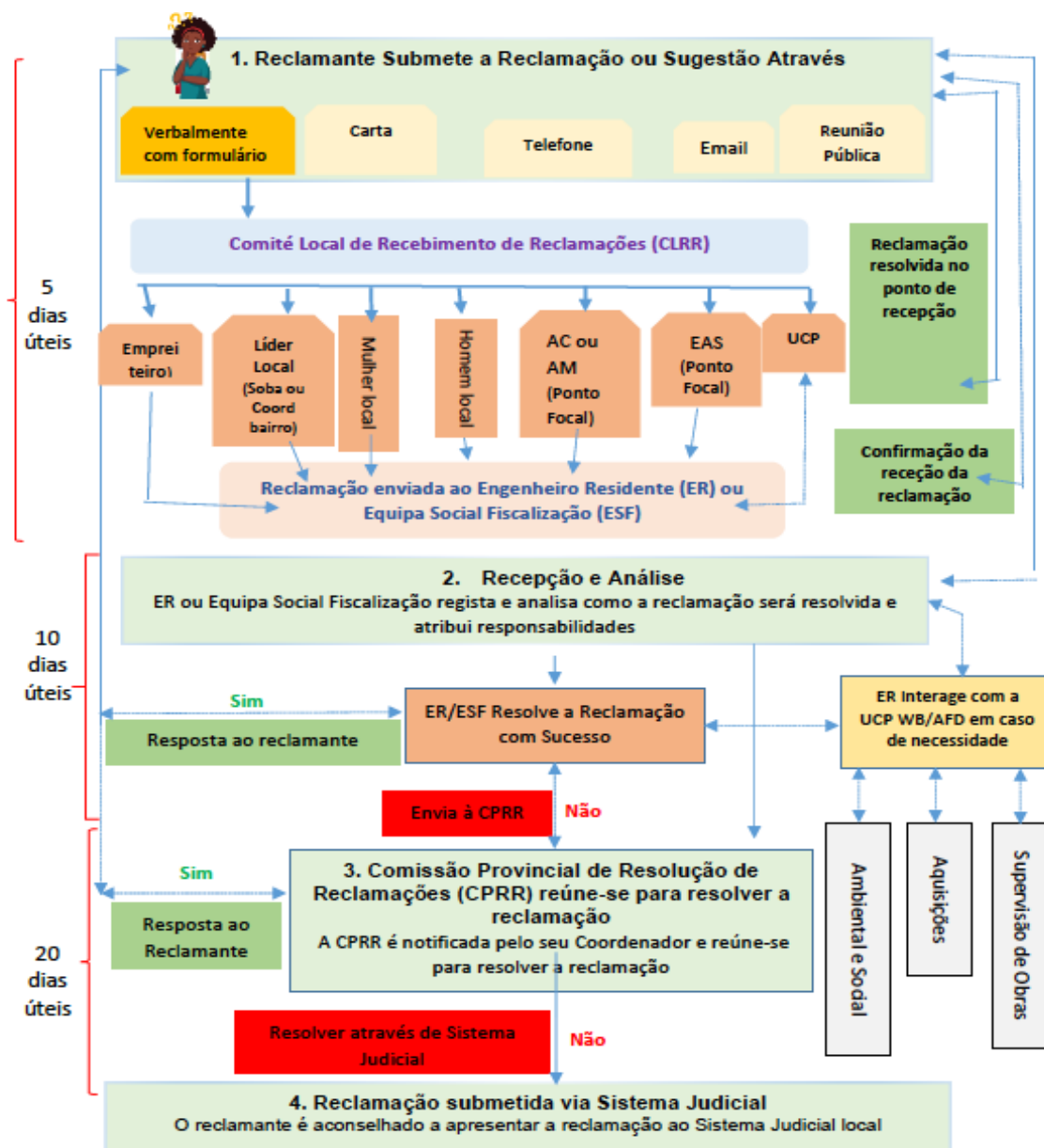
O ER ou sua equipa social tem dez (10) dias úteis para responder ao reclamante, imediatamente após notificar a receção da reclamação recebida do PF (até 5 dias após a receção da queixa pelo PF), indicando o estágio de resolução: i) resolvido (com a solução proposta); ou ii) afirmando que ainda está em andamento para apuramento dos factos; iii) ou que a reclamação será transferida à atenção da Comissão Provincial de Resolução de Reclamações (CPRR). No caso da reclamação ficar resolvida pela fiscalização, o reclamante é convocado pela fiscalização para tomar conhecimento da resolução e assinar um comprovativo de como recebeu a resolução, indicando se concorda ou não com a resolução e o seu nível de satisfação. A ficha de resolução assinada pelo reclamante de como concorda ou não com a solução encontrada deve ser colocada na Base de Dados.

Caso a fiscalização não consiga resolver a reclamação por razões que ultrapassam a sua ação, por exemplo casos relacionados com a gestão de terras/propriedades e compensações realizadas pelo Governo local, ou ainda casos de VGB/AES/AS (cuja resolução devem envolver protocolos específicos), ele deve encaminhar a reclamação com todas as informações necessárias para a Comissão Provincial de Resolução de Reclamações (CPRR).

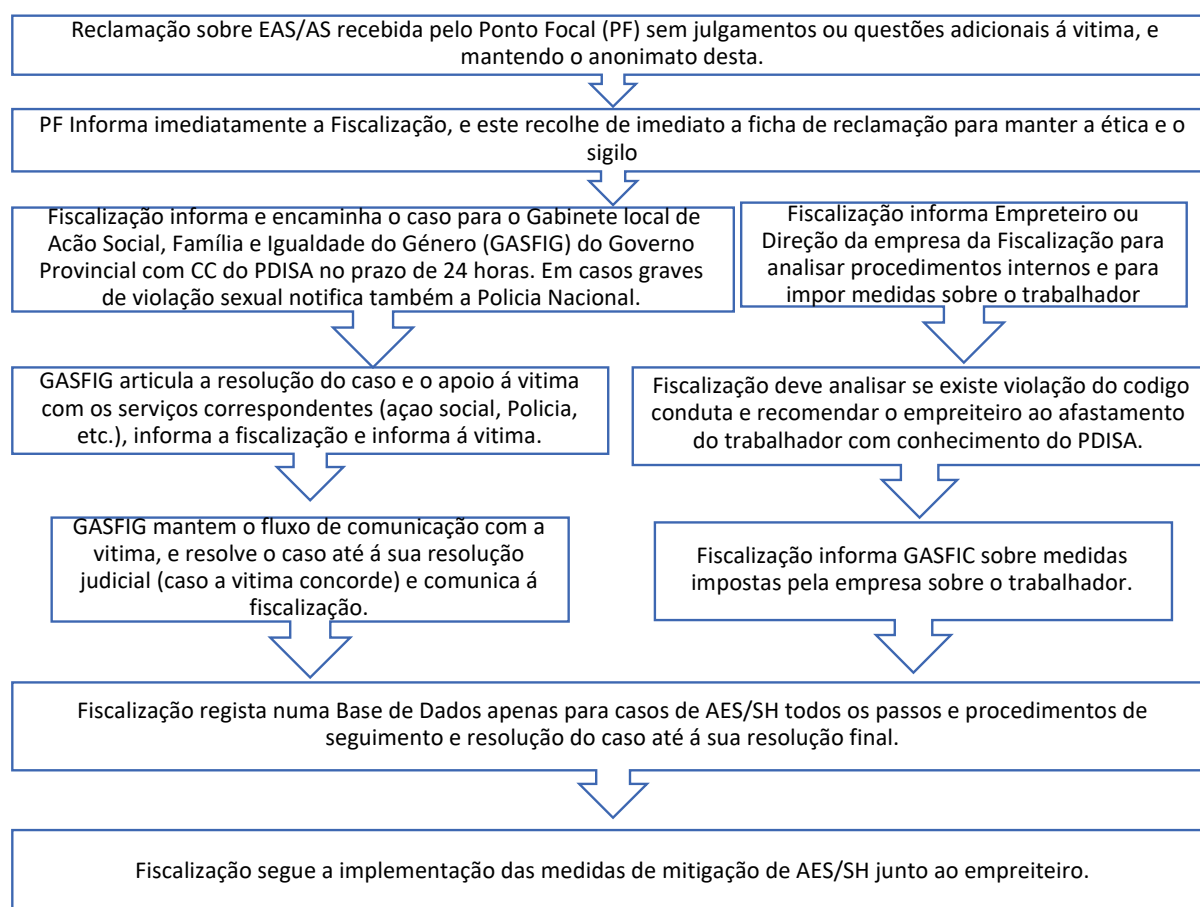


**Etapa 4:** A CPRR recebe a reclamação do ER ou da sua equipa social, e convoca os seus membros para uma reunião, e notifica o reclamante para uma reunião, se julgar necessário. Não é esperado que haja muitos casos que requeiram intervenção da CPRR. Mas caso haja, a sua intervenção tentará encontrar uma solução aceitável para ambos os lados. A CPRR tem vinte (20) dias úteis a partir da data de receção do caso para dar resposta ao reclamante indicando o estágio de resolução: i) resolvido (com a solução proposta); ou ii) aconselhar o reclamante a apresentar a reclamação por meio do Sistema Judicial local ou outro mecanismo governamental apropriado.

**Etapa 5:** A CPRR pode não ser capaz de chegar a um acordo com o reclamante sobre uma solução aceitável para ambos os lados. Nesses casos, o reclamante será aconselhado a apresentar queixa por meio do Sistema Judicial local ou outro mecanismo do Governo que o reclamante considerar apropriado. Este estágio é completamente independente do PDISA-2 ou respetivo subprojecto. No entanto, a FCMU, continuará a seguir o processo e fornecer todas as informações necessárias e que estejam na sua posse.



### FLUXO DE RESPOSTA A CASOS DE EAS/AS



Mais importante ainda, todas as reclamações recebidas precisam ser registradas e monitoradas. A equipe dos especialistas ambientais e sociais do FCMU estabelecerá relatórios regulares sobre os tipos de reclamações e como elas foram tratadas, que serão analisadas e compartilhadas com o líder da FCMU, especialistas sociais e o Banco Mundial por meio do relatório trimestral e relatado às partes interessadas como parte do processo de envolvimento e nos relatórios semestrais.

## **8.5. CANAIS A SEREM USADOS PELAS COMUNIDADES PREJUDICADAS**

Os principais canais que podem ser seguidos pelos PIAs sobretudo partes afectadas que desejam registrar uma reclamação, disputa ou outras reclamações são os seguintes:

- Reclamação verbal direta á supervisão/fiscal da obra, pontos focais de recebimento de reclamações nas comunidades e/ou a FCMU através de número e email para o efeito.
- Livro de reclamações: que pode ser mantido em nível comunitário pelos sobas, comissão de moradores, secretários do comitê da comunidade. Este livro é acessível a todos os membros da comunidade na área de implementação de subprojectos. Este será um livro duplicado em que os membros da comunidade podem anotar suas reclamações. As informações a serem contidas na reclamação estão apresentadas no formulário apresentado no Anexo VIII.
- Número de telefone celular: mecanismo de interação direta para a apresentação de uma reclamação. Este canal pode ser usado no idioma oficial (português) e local;
- E-mail: é uma opção para reclamantes com conexão de e-mail.
- Linha verde aberta para facilitar a comunicação entre o reclamante e o CRR do projecto.
- Reuniões regulares com as comunidades.

Esses canais devem ser discutidos primeiro com os representantes da comunidade de acordo com o PEPI e modificados conforme necessário. Eles devem ser explicados aos membros da comunidade nas reuniões gerais de consulta á comunidade no início do projecto, de acordo com o PEPI.

Os subprojectos devem nomear um responsável pelas questões da comunidade - Oficial de Ligação da Comunidade (OLC) ou Assistente Social de campo (ASC), providenciando o sexo feminino. De salientar que, para o atendimento das vítimas de violência, EAS/AS, deve se garantir que o OLC e ASC seja de sexo feminino.

que semanalmente verificará o livro de reclamações na comunidade e fará a ligação com os Pontos Focais de recebimento de reclamações a nível comunitário, e a todos os outros canais de comunicação. Ele entrará em contato com os líderes da comunidade com mais frequência e será responsável em relatar as reclamações á supervisão de obra e FCMU e

fazer a ligação com os vários níveis de resolução de reclamações, assim como o seu registo na base de dados.

## **8.6. REQUISITOS DOS MEMBROS DO COMITÉ DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES A NÍVEL COMUNITÁRIO (CRR)**

Geralmente, toda a equipe do Projecto, a equipe de gestão das agências envolvidas no Projecto e os Fóruns de Reconstrução a nível provincial, municipal e comunitário assumem o tratamento de reclamações como uma responsabilidade. Os membros do CRR devem ser pessoas qualificadas, experientes e competente, capazes de conquistar o respeito e a confiança das comunidades afectadas. Também é importante manter um equilíbrio de género entre os membros do CRR. Os critérios para seleccionar membros do CRR podem incluir o seguinte:

- Conhecimento e experiência técnica, para entender o desenho e os requisitos do projecto.
- Compreensão dos ambientes sociais (incluindo questões de VBG), económicos e culturais e da dinâmica das comunidades.
- Capacidade para absorver os problemas tratados e contribuir ativamente para os processos de tomada de decisão.
- Reconhecimento social e respeito da comunidade.
- Uma representação equitativa de género.

O CRR a nível local deverá incluir o representante da administração local ou posto administrativo, membros do tribunal comunitário, líder da comunidade, membro de uma organização não-governamental reconhecida na área, e um ponto focal para a resolução de reclamações para o projecto, que geralmente deve ser um técnico social da supervisão de obras.

O CRR tem o direito de solicitar à equipe técnica do projecto e funcionários de instituições públicas envolvidas no projecto para que participem das reuniões e forneçam informações necessárias para resolver os diferendos.

As unidades de coordenação das FCMU do projecto garantirá que um "Registo de Reclamações" centralizado seja mantido. Os registos de reclamações devem conter: i) os detalhes de contato e informações do reclamante sobre a própria reclamação, ii) os resultados das investigações e respostas fornecidas, iii) as ações necessárias de acompanhamento e v) as comunicações internas feitas em resposta às reclamações e o resultado.

## **9. MONITORIA E RELATÓRIOS**

Os especialistas ambientais e sociais do FCMU central serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e cuja informação será divulgada trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoria do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo deve estar alinhado com os objectivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o envolvimento das PIAs no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de envolvimento das PIAs definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIAs tendo em conta os padrões previstos nas NAS do BM e na legislação angolana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIAs afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efectividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e envolvimento das PIAs.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de envolvimento.

Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de envolvimento com padrões culturais e sociais das PIAs. O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 15, que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

**Tabela 13 Indicadores de Monitoria**

ACTIVIDADE	INDICADOR	GRAU DE Realização		
		ACEITÁVEL	BOM	MUITO BOM
Encontros de consulta pública, divulgação e mobilização realizados.	Número de encontros realizados/planificados.	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de envolvimento realizados.	Número de encontros realizados/planificados	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90%>
Encontros de coordenação, de consulta publica no âmbito da elaboração do EIAS/EAS/PGAS dos subprojectos realizados.	Número de encontros realizados/planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de coordenação, de consulta publica no âmbito da elaboração dos PARs dos subprojectos realizados.	Número de encontros realizados/planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Atviidades de envolvimento dos grupos vulneráveis realizados.	Número de encontros realizados/planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Materiais de comunicação/informação	Número de materiais de comunicação/informação produzidos	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%

produzidos	/planificados.			
Mecanismos de Reclamação.	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações tratadas no tribunal.	10-20% do planificado	<10%	0%
	Numero de reclamações EAS/AS apresentadas e resolvidas.	10-20% do planificado	<10%	0%



## **9.1. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA**

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MRR, serão preparados e os principais indicadores monitorados pela equipe dos especialistas ambientais e sociais do FCMU central. As reuniões semestrais serão realizadas pela CFMU incluindo as unidades técnicas provinciais e distritais e os representantes das PIAs para discutir, e rever os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas com base nas experiências tidas no terreno. As PIAs terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de envolvimento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de envolvimento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias. O monitoramento e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIAs são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do envolvimento das PIAs possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do envolvimento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o envolvimento efectivo das PIAs.
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com PIAs.
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o envolvimento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS.
- Retorno das PIAs em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a FCMU irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorias e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoramento serão compartilhados.

## **9.2. RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

O PEPI será periodicamente revisto e actualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e envolvimento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI. A seguir estão os requisitos de retorno às PIAS para este PEPI:

- Relatórios Trimestrais - A FCMU central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de envolvimento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e a ser divulgado às partes interessadas, e isso incluirá:
  - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente.
  - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações e/ou assuntos debatidos.
  - Registo e resolução de reclamações referentes ao período e as soluções adoptadas para resolvê-las.
  - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI.
  - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto.
- Relatórios Anuais de Envolvimento das Partes Interessadas. A FCMU compilara um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de envolvimento com as PIAs, ponto de situação de resolução de reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- Reportar às Comunidades - Será responsabilidade das FCMU reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
  - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto.
  - Principais conclusões do monitoramento anual do PEPI.
  - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites MINEA e enviar
  - cópias dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, comitê consultivo local, etc.).
  - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público.
  - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os média social pelo seu

amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de envolvimento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à FCMU central.

O MRR constituirá um mecanismo que irá permitir as PIAs, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactes do projecto e dos programas de mitigação definidos. O PGAS irá estabelecer medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais, com respectivo plano para monitoramento ambiental e social incluindo relatórios.

## 10. REFERÊNCIAS

African Climate & Development Initiatives, University of Cape Town. (May, 2017). Climate Change and Impacts on Crop Suitability in the Planalto region of Angola.

Amnesty International (2019) “**O fim do paraíso do gado: como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos gambos, Angola**”, Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW, Reino Unido

Araújo, I., Dentinho, T., Haddad, E., & Perobelli, F. (2014). Uneven Integration: The Case of Angola. Research Square

Banco Nacional de Angola. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário. [https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=142&idsc=779&idl=1](https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=142&idsc=779&idl=1)

CESO Development Consultants (March, 2015). Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola 2015 - Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Luanda e Namibe.

DAR (May 2019) “BITA System IV Water Supply Scheme – Resettlement Policy Framework”, Angola.

Diário da República (Julho 2017) Decreto n.º 58/07 “Regulamento Geral de Concessão de Terrenos”, Luanda, Angola

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 99/20 “Programa Nacional de Normalização Ambiental”, Luanda, Angola.

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 117/20 “Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental”, Luanda, Angola.

FAO/EU et al (2016) “Delimitação Participativa da Terra: Manual para a Delimitação Participativa de Terras Comunitárias em Angola”.

Governo de Angola (Abril, 2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Green Climate Fund (November, 2019). Integrated programme to build climate-resilience in the Province of Cunene in South West Angola.

IDA/WB (2017) “Environmental and Social Framework, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433.

Instituto Nacional de Estatística (September, 2014). Resultados Preliminares Do Recenseamento Geral Da População De Angola 2014.

International Finance Corporation, The World Bank (2019). Creating Markets in Angola: Country Private Sector Diagnostic. Opportunities for Development Through the Private Sector.

Joel Almeida Filho (2017) “Os Direitos Fundiários e a Lei de Terras em Angola”.

Jornal de Angola (Maio, 2020) “Decreto Presidencial sobre o COVID-19”, Luanda, Angola.

[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AGO](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AGO)

<https://www.governo.gov.ao/Default.aspx>

<https://furtherafrica.com/2020/03/31/angola-government-prepares-revised-budget-for-2020/>  
[file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20(2).pdf)

<http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/country/angola> - The World Bank Financial Inclusion/Global Index

<https://data.worldbank.org/indicator?tab=all>

<https://tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>

<https://www.eia.gov/outlooks/steo/realprices/>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-05-29/angola-renegotiating-debt-with-main-lenders-president-says>

<https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-angola-debt/update-1-angola-seeking-g20-debt-relief-debt-talks-with-oil-importers-advanced-idUSL8N2DF2OP>

[https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=139&idsc=171&idi=16850&idl=1](https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=139&idsc=171&idi=16850&idl=1)

Ministério de Energia e Águas (Abril 2018) “Quadro de Política de Reassentamento do Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (Financiamento Adicional).

MONTES, Eduardo; PATZ, Fatima. Gerenciamento das partes interessadas: Como engajar as pessoas em seus projetos, 1ª Ed. São Paulo; 2017

MONTES, Eduardo. Introdução ao Gerenciamento de Projetos, 1ª Ed. São Paulo; 2017.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, Sexta edição, Pennsylvania: PMI, 2017.

The World Bank, (June, 2020). Angola Poverty Assessment:

United Nations Development Programme (2019). Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century.

UN Children's Fund (March, 2020). UNICEF Angola Humanitarian Situation Report December 2019.

World Bank (March 2020) – Aide Memoire “Restructuring and Preparation of Additional Financing for the Angola Market-Oriented Smallholder Agriculture and Commercialization (P173071/154447)”.

World Bank (July 2020) “Project Paper on Proposed Additional Loan to the Republic of Angola for Smallholder Agriculture Development and Commercialization Project” (QER Version), Agriculture and Food Global Practice, East and Southern Africa Region.

# ANEXOS

**ANEXO 1: MODELO DE FICHA  
/RECLAMAÇÕES USADO NO**



**DE REGISTO DE  
ÂMBITO DO PROJECTO DE**

REPÚBLICA DE ANGOLA

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

**Formulário/Ficha de Registo de Reclamação ou Sugestão**

*(a ser preenchido pela pessoa que recebe a reclamação)*

Número de Referência: \_\_\_\_\_

(por exemplo nome da cidade, bairro, iniciais nome Ponto Focal, n.º reclamação – Dundo/Bairro Aeroporto/SM, n.º 1)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Bairro e Zona: \_\_\_\_\_

**1. Identificação do Reclamante** (pode optar pelo anonimato, mas deve deixar algum contato)

Nome: \_\_\_\_\_, Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sexo (M/F): \_\_\_\_\_; Profissão/Ocupação: \_\_\_\_\_

Morada (com referência da casa): \_\_\_\_\_

Telefone/Telemóvel: \_\_\_\_\_ E-mail (se tiver): \_\_\_\_\_

**Categoria do reclamante:**  Pessoa afetada;  Intermediário da pessoa afetada;  Instituição local  outro (especifique) \_\_\_\_\_

**A pessoa afetada é funcionário/funcionária do empreiteiro**  /fiscalização

**2. Descrição de Reclamação (data e local da ocorrência, ocorrência, partes envolvidas e danos causados)** (Anexar qualquer documento relacionado, se houver)

\_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---



---



---

**3. Informação sobre a Reclamação** (a ser preenchido pela pessoa que recebe a reclamação, pode ser indicado mais do que 1 opção)

#	Tipos de Reclamação	X	#	Tipos de Reclamação	X
1	Perda de terra/lavra/propriedade/bens e formas de sustento	<input type="checkbox"/>	13	Caixa de contador/torneira não foi colocado no local adequado	<input type="checkbox"/>
2	Dificuldade no processo de compensação por perda de terra/bens (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de compensação, não foi elegível para compensação, etc.)	<input type="checkbox"/>	14	Falta de informação sobre o projeto ou sobre as obras	<input type="checkbox"/>
3	Danos à propriedade (casa, vedação, horta, negócio, etc.)	<input type="checkbox"/>	15	Morador que impede a conduta//obras passar junto a sua casa (não concede autorização)	<input type="checkbox"/>
4	Dificuldade na reposição dos danos á propriedade ou na compensação pelos danos (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de reposição, etc.)	<input type="checkbox"/>	16	Mau comportamento dos trabalhadores da obra (uso de álcool, aliciar a prostituição, desrespeito pela comunidade etc.)	<input type="checkbox"/>
5	Bloqueio de acesso a rua/estrada/caminho derivado das obras sem aviso prévio	<input type="checkbox"/>	17	Abuso e Exploração Sexual/Assédio Sexual (por parte dos trabalhadores da obra ou funcionários ligados ao projeto)	<input type="checkbox"/>
6	Poeira/poluição do ar constante derivado das obras	<input type="checkbox"/>	18	Não pagamento de salários e regalias relativas ao direito laboral	<input type="checkbox"/>
7	Falta de segurança (falta de sinalização, de vedação, de passadeira para peões etc.)	<input type="checkbox"/>	19	Mau trato laboral do trabalhador (abuso, violência psicológica ou física de colegas e/ou patrão, obrigado a trabalhar mais horas, etc.)	<input type="checkbox"/>
8	Ruído ou Vibração derivado das obras	<input type="checkbox"/>	20	Trabalho infantil (menores de 16 anos)	<input type="checkbox"/>
9	Resíduos/Lixo no local das obras	<input type="checkbox"/>	21	Problemas na ligação domiciliária (obra não concluída ou com falhas técnicas)	<input type="checkbox"/>
10	Odores/cheiro derivados das obras	<input type="checkbox"/>	22	Falta de acompanhamento das equipas sociais no terreno	<input type="checkbox"/>
11	Cortes de água/energia derivados das obras	<input type="checkbox"/>	23	Vandalização das infraestruturas (condutas / roubo de contadores, roubo de água, etc.)	<input type="checkbox"/>



12	Casa não foi cadastrada para ligação domiciliar numa área onde as outras casas foram cadastradas	<input type="checkbox"/>	24	Obras não concluídas (pavimento/asfalto não foi repostado, etc.)	<input type="checkbox"/>
<b>25.Outra</b> <input type="checkbox"/> Qual? (especifique): _____ _____					
<b>Há quanto tempo esta situação acontece?</b> _____					
<b>Quem é a pessoa/organização responsável pela situação/ problema/dano:</b> _____					

**Assinatura do reclamante:**

\_\_\_\_\_

**Nome e Assinatura do Ponto Focal que recebeu a reclamação:**

\_\_\_\_\_

**Contato do Ponto Focal que recebeu a reclamação:** \_\_\_\_\_

#### 4. Nota de Receção *(Não Preencher, reservado á fiscalização)*

Recebi a presente reclamação no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e contatei o reclamante no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, informando que recebi a reclamação, e que está sob análise e resolução, e que o prazo para informar sobre a resolução será até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura da equipa da fiscalização e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 5. Resultado Final da Resolução da Reclamação

(a ser preenchido equipa social da fiscalização quando o resultado final acordado com o reclamante é conhecido)

**Sumário da Resolução:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Data de Resolução da Reclamação:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Assinatura do reclamante aceitando a solução da reclamação**

---

**Assinatura da Equipa da Fiscalização**

---

**Nível de Satisfação do Reclamante com a resolução:**  Muito Satisfeito;  Satisfeito;  Não Satisfeito. Se Não Satisfeito indicar as razões:

---

---

---

## **ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES**

### **Parte 1 - Informações Gerais**

Data do formulário de resolução de reclamações submetido à Equipa do Projecto

Nome completo do reclamante

Área / comunidade

Município/Comuna

Gestor de projectos na área

### **Parte 2 - Detalhes da reclamação**

Por favor, especifique a data em que o problema ou preocupação surgiu

Por favor, forneça detalhes da reclamação / problema / preocupação que procura resolver

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 3 - Tentativas informais de resolução (por completar pelo reclamante)**

Eu tentei resolver essa reclamação informalmente

Detalhes de tentativas informais de resolução

Eu não tentei resolver essa reclamação informalmente

Razões para não tentar buscar uma solução informal

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 4 - Solução solicitada (reclamante para completar)**

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 5 - Resultado da resolução de reclamações**

Etapa 1 - Conciliação

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 2 - Investigação

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 3 - Revisão (pelas autoridades locais / distritais e outros delegados para fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 4 - Determinação final pela entidade relevante (autoridades locais / municipais, Gestores do projecto e outros delegados a fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

**Parte 6 – (por exemplo, ESAS ou outros gestores do projecto para concluir**

Conservado em arquivo  
confidencial por

## **ANEXO 3: RELATÓRIO DAS CONSULTAS (PRIMEIRA FASE NOVEMBRO-DEZEMBO 2021)**

### **Província de Cunene**

#### **REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004).**

**Província:** Cunene

#### **Objectivos:**

Divulgar o projecto e dos instrumentos do QAS.

Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.

Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

#### **Informações apresentados na Consulta:**

Breve descrição das actividades do Projecto.

Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.

Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).

Quadro da Política de Reassentamento (QPR).

Avaliação de Risco de Violência Baseada No Género.

Conclusão

#### **Sessões e Horário:**

1ª Sessão foi realizada entre os dias 21/11/2021 a 04/12/2021 – Municípios de Ombadja e Namacunde.

2ª Sessão foi realizada no dia 06/12/2021 - Sala de Reuniões do EPAS de Ondjiva – Município de Cuanhama.

3ª Sessão foi realizada no dia 07/12/2021 – Sala de Reuniões da Protecção Civil do Município de Cuanhama.

#### **SOBRE O CONTEÚDO**

#### **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

#### **SOBRE OS PARTICIPANTES**

<p><b>Quantidade Prevista:</b></p> <p>20 por sessão</p>	<p><b>Quantidade Realizada por Sessões</b></p> <p>1ª Sessão: 10</p> <p>2ª Sessão: 07</p> <p>3ª Sessão: 04</p>
<p><b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b></p>	
<p>Entre os dias 22 de Novembro de 2021 a 07 de Dezembro de 2021 foram realizadas consultas publicas a Província de Cunene, sob coordenação do ISPT (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte:</p> <p>Entre os dias 22 de Novembro de 2021 a 25 de Novembro de 2021 foram realizadas consultas publicas ao Município de Ombadja, sob coordenação do ISPT. Na sequência de reuniões institucionais contou-se com a o suporte do Administrador do Município de Ombadja (Sr. Wilson Candeiro) e administradores das comunas. Para o alcance dos resultados das consultas, a metodologia de trabalho centrou-se em reuniões institucionais com a administração das comunas e Missão Católica de Okanautone, bem como através de visitas de campo para avaliação dos poços e chimpacas existentes. Como resultado das consultas, entre os dias 23 a 25 de Novembro de 2021, foram visitados e avaliados os sistemas de água (poços, chimpacas e WP) localizados nas comunas de Humbe, Xangongo, Ombala Yo Mungu e Mucope</p> <p>Entre os dias 29 de Novembro de 2021 a 03 de Dezembro de 2021 foram realizadas consultas publicas ao Município de Namacunde, sob coordenação do ISPT. Na sequência de reuniões institucionais contou-se com a o suporte do Administrador Adjunto do Município de Namacunde (Sr. Judas Tadeu) e administradores das comunas. Para o alcance dos resultados das consultas, a metodologia de trabalho centrou-se em reuniões institucionais com a administração das comunas, bem como através de visitas de campo para avaliação dos poços e chimpacas existentes. Como resultado das consultas, entre os dias 01 a 02 de Dezembro de 2021, foram visitados e avaliados os sistemas de água (poços, chimpacas e WP) localizados na comuna de Chiedi.</p> <p>Entre os dias 06 de Dezembro de 2021 a 07 de Dezembro de 2021 foram realizadas consultas publicas ao Município de Cuanhama, sob coordenação do consultor Albino. A cada sessão a equipa dos especialistas fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Na reunião, o Consultor fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</p>	
<p><b>PERGUNTAS</b></p>	

<p><b>Domingos Agostinho</b></p> <p>O PCA solicitou que a equipa estende-se o número das instituições com vista a colher maior contributo na província.</p> <p>Enalteceram o facto de existir um Plano de Envolvimento das Pessoas Interessadas (PEPI), o facto de terem consultado as mulheres em particular e esperam que o mesmo seja cumprido, e inclua sempre pessoas consideradas vulneráveis (mulheres, idosos e outras) e um mecanismo de resolução de reclamações acessível as PIAs principalmente.</p>	<p>O consultor agradeceu e de seguida explicou a importância da consulta, bem como a necessidade de abranger maior número de pessoas e instituições a cada fase do projecto.</p>
<p><b>Júnior Calei – ECA</b></p> <p>Quem irá monitorar a implementação do Plano que foi apresentado?</p> <p>O Governo ou uma entidade externa?</p>	<p>No âmbito do projecto existe uma FCMU, que estará munida de especialistas de cada área necessária para o projecto. A equipa será responsável pela implementação e monitoramento das actividades do projecto. Acrescentar ainda, que a equipa irá trabalhar em parceria com as instituições com vista ao suporte técnico adequado.</p>
<p><b>Contributos</b></p>	<p>O projecto deve investir nas infraestruturas de água, com vista a melhorar a actual situação do sector, atendimento as necessidades das comunidades que esta sendo afectada directamente pelas mudanças climáticas.</p> <p>Muitos dos projectos são implementados sem muitas das vezes saber na integra as necessidades e anseios das comunidades. Nessa ordem de ideias, propõem-se a implementação integral do PEPI, com vista a colecta plena dos contributos destes..</p>

<p><b>António</b></p> <p>Actualmente a seca afectou e deslocou mais de 500 mil pessoas na província do Cunene. Nos últimos 10 meses a província abriu centros de acolhimento no município da Cahama. Destes desde as primeiras chuvas já regressaram cerca de 4200 pessoas e mais de 500 pessoas regressaram no município da Namacunde.</p> <p>As populações do Cunene sofrem os dois fenómenos das alterações climáticas: seca e as inundações. Destes fenómenos adiciona-se os desafios da segurança alimentar e alguns adicionados no número de gado que a província possui, todos na posse das comunidades.</p> <p>A província, possui mais de 2 000 000 (2 milhões) de cabeças de gado bovino. Isso constitui um desafio na distribuição dos recursos hídricos e como consequência o aumento de pressão nas reservas existentes. A falta de gestão efectiva nas comunidades, resulta em comunidades beberem a mesma água com o gado. Adicionado a este facto a falta de capacidade alimentar para o gado no tempo seco, leva as comunidades no aumento do fenómeno da transumância a busca de alimentos para o gado.</p> <p>No que tange a questão social: a agricultura sofre por falta de distribuição equitativa de água e as famílias no tempo seco também deslocam a procura de melhores condições de sobrevivência. Isso acontece porque as culturas aqui praticadas é maioritariamente a massambala. Esta cultura precisa no mínimo cerca de 300 mm de chuvas e no máximo 600 mm de chuvas por ano. Para sobrevivência das populações a solução da segurança alimentar passa por inserir culturas de curto ciclo e de baixa demanda da água. A introdução da mandioca e outros tubérculos deve ser incentivado no Cunene para sustentabilidade da população.</p> <p>Deve o projecto trabalhar muito na educação da família sobre os mecanismos de adaptação sobretudo no uso da água e das medidas de agricultura colectiva.</p>	NA
<b>FIGURAS</b>	





**Figura 1:** Reunião na Comuna de Humbe



**Figura 2:** Reunião na Comuna de Macope



**Figura 3:** Reunião na EPAS de Ondjiva



**Figura 4:** Reunião na Comuna de Ombala Yo Mungu



**Figura 5:** Proteção Civil do Município de Cuanhama.

## Província de Namibe

### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004).

**Província:** Namibe

#### Objectivos:

Divulgar o projecto e dos instrumentos do QAS.

Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.

Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

#### Informações apresentados na Consulta:

Breve descrição das actividades do Projecto.

Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.

Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).

Quadro da Política de Reassentamento (QPR).

Avaliação de Risco de Violência Baseada No Género.

Conclusão

#### Sessões e Horário:

1ª Sessão foi realizada no dia 01/11/2021 nas comunidades e administração municipal de Virei – Província de Namibe

2ª Sessão foi realizada no dia 02/11/2021, no EPAS - Município de Virei – Província de Namibe.

3ª Sessão foi realizada nos dias 03/11/2021 a 05/11/2021, no GABIC - Município de Virei – Província de Namibe.

4ª Sessão foi realizada nos dias 08/12/2021 a 09/12/2021 – Município de Moçâmedes.

#### SOBRE O CONTEÚDO

##### Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

#### SOBRE OS PARTICIPANTES

##### Quantidade Prevista:

20 por sessão

##### Quantidade Realizada por Sessões

1ª Sessão: 20

2ª Sessão: 09

	3ª Sessão: 10 4ª Sessão: 14
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	
<p>Entre os dias 01 de Novembro de 2021 a 09 de Dezembro de 2021 foram realizadas consultas publicas a Província de Namibe, sob coordenação do MINEA (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte:</p> <p>Nos dias 02 a 03 de Novembro de 2021 foram realizadas consultas publicas ao Município de Virei, sob coordenação do MINEA. Na sequência de reuniões institucionais contou-se com a o suporte do Sr. Lenine dos Santos, Administrador Municipal do Virei, diretores e técnicos do município, bem como as comunidades de Cainde e Capolopopo. Para o alcance dos resultados das consultas, a metodologia de trabalho centrou-se em reuniões institucionais com a administração do município, bem como através de visitas de campo para auscultação das comunidades de Cainde e Copolopopo. Ainda assim, entre os dias 02 de Novembro de 2021 a 05 de Novembro de 2021 foram realizadas consultas junto ao EPAS e GABHI do Município de Virei. Na sequência de reuniões foram visitadas e avaliadas as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.</p> <p>Entre os dias 08 de Dezembro de 2021 a 09 de Dezembro de 2021 foram realizadas consultas publicas ao Município de Moçâmedes, sob coordenação do consultor Albino. A cada sessão a equipa dos especialistas fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Na reunião, o Consultor fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</p>	
<b>PERGUNTAS</b>	
<p><b>Oswaldo Fernandes - Moçâmedes</b></p> <p>O projecto deve disponibilizar meios circulantes para ajudar nos alcances dos resultados.</p>	<p>O consultor agradeceu e de seguida explicou a importância da consulta, bem como a necessidade de abranger maior número de pessoas e instituições a cada fase do projecto.</p>
<p><b>Arlindo Mendes</b></p> <p>O aproveitamento da água no meio rural e através das linhas existentes. No entanto, o surgimento do projecto deve considerar novos mecanismos de acompanhamento.</p>	<p>No âmbito do projecto existe uma FCMU, que estará munida de especialistas de cada área necessária para o projecto. A equipa será responsável pela implementação e monitoramento das actividades do projecto. Acrescentar ainda, que a equipa ira trabalhar em parceria com as instituições com vista ao suporte técnico adequado.</p>

<p><b>Comentários</b></p>	<p>No âmbito das visitas aos povos das comunidades agrícolas foi solicitado o incremento da componente sustentabilidade no sector, com vista a prevenir a província e população sobre a questão das mudanças climáticas.</p> <p>Uma vez que os municípios da província tem carência de infraestruturas (barragens, furos, programas de monitoramento de pontos de água), solicita-se uma grande atenção para a incorporação desta actividade para responder as necessidades da população.</p>
<p>A formação deve considerar futuros técnicos que poderão dar continuidade aos resultados do projecto de água e resiliência.</p>	<p>O projecto através das suas componentes dispõe de linha voltada a formação. Então, os actores do sector irão beneficiar de várias formações, de modo ao atendimento pleno das actividades.</p>
<p>Foi percebido que as actividades tem potencial de criar impactos negativos na área de implementação. Diante disso, o projecto dispõe de recursos para monitoramento das actividades.</p>	<p>Sim, o projecto contempla na sua 3 componentes a questão de M&amp;A. Deste modo, será criada uma UCP que em coordenação com as autoridades de água nas províncias irão fazer o monitoramento das actividades.</p>
<p><b>FIGURAS</b></p>	
	
<p><b>Figura 1:</b> Reunião na Comunidade do Município de Virei</p>	<p><b>Figura 2:</b> Reunião na Comunidade do município de Virei</p>



**Figura 3:** Reunião e Visita Técnica no GABHIC e EPAS do Município de Virei



**Figura 4:** Reunião na Administração do Município e EPAS de Moçâmedes

#### Província de Huila

#### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004).

**Província:** Huila

#### **Objectivos:**

Divulgar o projecto e dos instrumentos do QAS.

Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.

Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

**Informações apresentados na Consulta:**

Breve descrição das actividades do Projecto.  
Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.  
Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.  
Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).  
Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).  
Quadro da Política de Reassentamento (QPR).  
Avaliação de Risco de Violência Baseada No Género.  
Conclusão

**Sessões e Horário:**

1ª Sessão foi realizada no dia 16/11/2021, no Município de Quipungo – Província de Huila.  
2ª Sessão foi realizada no dia 16/11/2021, no Município de Chibia – Província de Huila.  
3ª Sessão foi realizada no dia 17/11/2021, no Município de Gambos – Província de Huila.  
4ª Sessão foi realizada no dia 10/12/2021, no Município de Lubango – Província de Huila.

**SOBRE O CONTEÚDO**

**Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

**SOBRE OS PARTICIPANTES**

**Quantidade Prevista:**

20 por sessão

**Quantidade Realizada por Sessões**

1ª Sessão: 30

2ª Sessão: 21

3ª Sessão: 08

4ª Sessão: 07

**PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS**

Entre os dias 16 de Novembro de 2021 e 10 de Dezembro de 2021 foram realizadas reuniões públicas a Província de Huila, sob coordenação do MINEA (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte:

No dia 16 de Novembro de 2021 foram realizadas consultas públicas ao Município de Quipungo, sob coordenação do MINEA. Na sequência de reuniões institucionais contou-se com o suporte do Sr. José dos Santos Vital, Administrador Municipal do Quipungo, (toda a sua equipe, administradores adjuntos, directores de energia e águas, ambiente, etc.), bem como as comunidades de Quipungo. Para o alcance dos resultados das consultas, a metodologia de trabalho centrou-se em reuniões institucionais com a administração do município, bem como através de visitas de campo para auscultação das comunidades.

Ainda na Província de Huila foi realizada uma reunião com comunidade no município de Chibia, onde tivemos a presença do administrador municipal e toda a sua equipe da administração.

No município de Gambos também foi realizada uma extensa reunião com o administrador municipal e toda a sua equipa no edifício da administração. De seguida, realizou-se uma visita a uma comunidade agrícola abastecida por alguns poços próximos, bem como alguns pequenos sistemas de água e água pontos.

Entre os dias 10 de Dezembro de 2021 foi realizada consulta pública ao Município de Lubango, sob coordenação do consultor Albino. A cada sessão a equipa dos especialistas fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Na reunião, o Consultor fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

#### PERGUNTAS

<p>As partes interessadas ao nível expressaram preocupação sobre os impactes do projecto nos arredores biofísicos (uso da terra, recursos naturais, água, etc.). Apesar da EIAS ou PGAS estarem previstos para subprojectos, o projecto deve garantir que as administrações locais estejam envolvidas na implementação da EIAS / PGAS, especialmente no monitoramento.</p>	<p>O projecto exigirá que cada contratante envolva as administrações locais durante todo o ciclo de vida do projecto.</p>
<p>O retorno positivo destes relativamente ao facto de terem sido consultados na fase de preparação, para as PIAS é algo positivo e diferenciador em relação aos outros projectos, e esperam que as consultas de facto aconteçam nas outras fases do projecto, inclusive na fase de desenho dos subprojectos.</p>	<p>NA</p>
<p>O que acontecerá com as pessoas que têm estruturas ou património na área de cobertura do projecto.</p>	<p>O projecto contempla o QPR, bem como PARs específicos para atendimento de questões semelhantes. Deste modo, se o projecto cruzar uma área com benfeitorias, será ativado o PAR para questões indemnização.</p>

<p>A comunidade apresentou os pedido de reconstrução desta pequena barragem foram muito fortes, pois a cidade depende dela para agricultura familiar, abastecimento de água, pesca, recarga de água subterrânea para encher os poços da comunidade.</p>	<p>NA</p>
<p><b>FIGURAS</b></p>	
	
<p><b>Figura 1:</b> Reunião Comunitária com mulheres e população do Município de Quipungo.</p>	<p><b>Figura 2:</b> Reunião Comunitária com mulheres e população do Município de Quipungo.</p>
	
<p><b>Figura 3:</b> Visita Técnica da Barragem do Sandi</p>	<p><b>Figura 4:</b> Visita Técnica da Barragem do Sandi</p>





**Figura 5:** Visita a Barragem de Ganguelas no Municípios de Chibia



**Figura 6:** Reunião Comunitária no Município de Chibia.



**Figura 7:** Visita a ao Municípios de Gambos



**Figura 8:** Visita a ao Municípios de Gambos

## Província de Cuando Cubango

### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004).

**Província:** CUANDO CUBANGO

#### Objectivos:

Divulgar o projecto e dos instrumentos do QAS.

Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.

Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

#### Informações apresentados na Consulta:

Breve descrição das actividades do Projecto.

Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.

Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).

Quadro da Política de Reassentamento (QPR).

Avaliação de Risco de Violência Baseada No Género.

Conclusão

#### Sessões e Horário:

1ª Sessão foi realizada no dia 03/12/2021 – Sala de Reuniões do EPAS de Menogue – Província de Cuando Cubango.

### SOBRE O CONTEÚDO

#### Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

### SOBRE OS PARTICIPANTES

#### Quantidade Prevista:

20 por sessão

#### Quantidade Realizada por Sessões

1ª Sessão: 06

### PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS

Entre os dias 02 de Dezembro de 2021 e 03 de Dezembro de 2021 foi realizada uma reunião publicas a Província de Cuando Cubango, sob coordenação do consultor Albino Lambo. Das consultas realizadas. A equipa dos especialistas fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Na reunião, o Consultor fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

#### PERGUNTAS

<p><b>Rodrigues Menongue:</b></p> <p>Reconheceu a importância do projecto e argumentou que os municípios andam com problemas de água, uma vez que não dispõem de estrutura para armazenamento da água, nem represas de irrigação para sector Agrícola.</p> <p>Por outro lado, argumentou dizendo que devido ao registo das secas, tem registrado morte dos gados, visto que não dispõem de estrutura “bebedouros” para os gados.</p>	<p>NA</p>
<p><b>Baptista - Menongue</b></p> <p>Os intervenientes expressaram igualmente preocupação em relação ao facto nas obras privilegiarem pessoas de fora dos bairros e não incluírem adultos e mulheres nos trabalhos.</p> <p>A população / comunidade não esta preparada a adaptação nas questões de mudanças climática. No entanto, o projecto deve dispor de programa de treinamento e capacitação bem robusto.</p>	<p>Foi esclarecido que o projecto através das suas componente ira capacitar os actores como metodologia estratégia para a resiliência as mudanças climáticas, bem como alcance dos resultados.</p>
<p>Na apresentação ficou claro que o projecto terá impactos positivos (emprego e acesso a agua) nas comunidades e província abrangidas. Deste modo, existe um programa de recrutamento das populações? Onde devem ser submetidos os documentos?</p>	<p>O projecto dispõe de um PGMO e com base nele esta definido como será o processo de recrutamento. Com certeza, o projecto ira priorizar a mão-de-obra local, assim como dispõe de procedimento para proteção dos locais.</p>

#### FIGURAS



**Figura 1:** Reunião com a equipa do EPAS do Menongue

## Província de Kwanza Sul

### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004).

#### Objectivos:

Divulgar o projecto e dos instrumentos do QAS.

Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.

Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

#### Informações apresentados na Consulta:

Breve descrição das actividades do Projecto.

Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.

Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).

Quadro da Política de Reassentamento (QPR).

Avaliação de Risco de Violência Baseada No Género.

Conclusão

#### Sessões e Horário:

1ª Sessão foi realizada no dia 14/12/2021 – Sala de Reuniões da EPAS.

2ª Sessão foi realizada no dia 14/12/2021 – Associação Agrícola Boa Sorte.

#### SOBRE O CONTEÚDO

##### Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

#### SOBRE OS PARTICIPANTES

##### Quantidade Prevista:

20 por sessão

##### Quantidade Realizada por Sessões

1ª Sessão: 14

2ª Sessão: 25

#### PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS


Entre os dias 14 de Dezembro de 2021 e 15 de Dezembro de 2021 foi realizada uma reunião publicas a Província de Cuanza Sul, sob coordenação do consultor Albino Lambo. Das consultas realizadas. A equipa dos especialistas fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Na reunião, o Consultor fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS**

<p>Enalteceram o facto de existir um Plano de Envolvimento das Pessoas Interessadas (PEPI), o facto de terem consultado as mulheres em particular e esperam que o mesmo seja cumprido, e inclua sempre pessoas consideradas vulneráveis (mulheres, idosos e outras) e um mecanismo de resolução de reclamações acessível as partes afectadas principalmente.</p>	<p>NA</p>
<p>Como o projecto irá mitigar as questões de género e HIV / AIDS.</p>	<p>O projecto envolverá pessoas especializadas para conduzir a conscientização sobre EAS/AS, VBG e HIV / AIDs na área. As empresas serão contratadas como provedores de serviços de EAS/AS, VBG e HIV / AIDS.</p>
<p>As partes interessadas expressaram preocupação com o aumento da pressão sobre os serviços sociais na área devido ao surgimento do projecto como mercado, escolas, clínicas, água e luz.</p>	<p>Os empreiteiros serão obrigados a fornecer aos seus trabalhadores serviços separados, como água e eletricidade. Os contratados terão kits de primeiros socorros no local e conforme o orçamento permitir e, se aplicável, o contratado fornecerá suporte ao posto de saúde que trabalha na área do projecto.</p>

<p><b>Paulina Ngolo</b></p> <p>No concernente ao Ambiente, foram levantados os seguintes:</p> <p>As principais questões ambientais podem ser primeiro a acumulação de gados por famílias (visto que) resistindo à venda do gado mesmo nas questões extremas que a província vive, contribui no aumento do metano, um gás de efeito estufa.</p> <p>A maioria das pessoas aqui cortam árvores para a produção de carvão no tempo seco, durante a época quente como meio de sobrevivência. Também as queimas são constantes, resultando na degradação do solo e no aumento das temperaturas.</p> <p>Impactes sociais: a transumância está aumentando conflitos entre as populações migrantes e locais. As lutas acontecem devido da posse das áreas para o pasto. Outras lutas acabam por ter consequências muito desastrosas (perda de animais ou vidas em alguns casos).</p> <p>O projecto para ter relevância e atingir os seus objectivos é importante trabalhar com entidades que há estão alinhados com os problemas básicos da província como os serviços de protecção civil, a Fresan e a PNUD e. UNICEF. Estes órgãos estão a trabalhar com os serviços de protecção civil para aliviar as questões vividas na província.</p>	<p>NA</p>
<p><b>Emília António</b></p> <p>Parece ser um plano ambicioso e se aplicado pode funcionar, mas deve.se ter a certeza de que tudo será implementado.</p>	<p>NA</p>
<p><b>FOTOGRAFIAS</b></p>	
	

LISTA DE PRESENÇA DAS PIAS


  
 REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

**MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO**

1. Província: Cunene / Ondjiva  
 2. Município: CAHAMA  
 3. Distrito/ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Data: 16.1.2021

**LISTA DE PARTICIPANTES**

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
1	<u>Domènica Agostini</u>	<u>EASC-EP</u>	<u>923606394</u>
2	<u>Leidiana Maria &amp; José</u>	<u>EASC-EI</u>	<u>924529264</u>
3	<u>Evangelista C. VETU</u>	<u>1. 1. 1.</u>	<u>923528953</u>
4	<u>ANTONIO BÉTRANCOURT</u>	<u>Ad Português</u>	<u>931632216</u>
5			
6			

  
 REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

**MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO**

1. Província: Cunene / Ondjiva  
 2. Município: Cuanhama  
 3. Distrito/ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Data: 07.12.2021

**LISTA DE PARTICIPANTES**

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
1	<u>Paulo Raimundo Cabral</u>	<u>Participação civil</u>	<u>921792089</u>
2	<u>Yedra Yedra Cabral</u>	<u>Participação civil</u>	<u>926753605</u>
3	<u>Aurilio David</u>	<u>" "</u>	<u>923286326</u>
4			
5			
6			

PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)  
 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – ACTUALIZADO FEV. 2023

REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO

1. Província: Kuanza Sul / Monongue  
 2. Município: Monongue  
 3. Distrito/Localidade:  
 Data: 3.11.2021

LISTA DE PARTICIPANTES

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
1	André Luiz Domingos Chikanga	CI - EPAC Casadelago	936084445
2	Domingos Da Costa	Ambiente	748152449
3	Domingo Baptista	Ch Tech Lda	90620011
4	Hernanda Ekuan	Sec Ambiente	938732713
5	Vice Kela	Participante	901691089
6	João Baptista	Exp Ambiental	903761038
7			

REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO

1. Província: Kuanza Sul  
 2. Município: Monongue  
 3. Distrito/Localidade:  
 Data: 19.12.2021

LISTA DE PARTICIPANTES

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
1	Emilio Neto	Assoc. Agric. Boa Sorte	
2	Francisco Chaves	" " "	
3	Nginga Luciano	" " "	
4	Alvaro Luchantele	" " "	
5	João António	Assoc. Agric. Boa Sorte	
6	Alvaro Luchantele	Assoc. Agric. Boa Sorte	
7	Manungo Koopes	" " "	
8	Fernando Salveira	" " "	
9	Mariana Monteiro	ECA Inuanzago	
10	Victória Adriano		
11	Teresa Chiquinho		
12	Madalena Koopes		
13	Emília da Silva	ECA Inuanzago	
14	Daniel Victorino		

REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO

1. Província: Kuanza Sul  
 2. Município: Monongue  
 3. Distrito/Localidade:  
 Data: 17.11.2021

LISTA DE PARTICIPANTES

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
15	João Cláudio	ECA Inuanzago	
16	Fernando Monteiro	Assoc. Agric. Boa Sorte	
17	Alvaro Luchantele		
18	João Pedro	ECA	
19	Nelson Francisco	Assoc. Agrícola	
20	Emília Adriano	ECA	
21	Carlos Domingos	ECA	
22	João Neves	ECA	
23	Domingos João	Assoc. Agric. M. Trabalho	
24	Daniel Baptista	Assoc. Agric. M. Trabalho	
25	Mariana Adriano	ECA Inuanzago	
26	Emília Adriano	ECA Inuanzago	
27	Flora Manquell	Facilitadora	

REPUBLICA DE ANGOLA  
 UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO  
 PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA DA ÁGUA EM ANGOLA (P177004)

MODELO DE FORMULÁRIO DE REGISTRO





1. Província: Kuanza Sul  
 2. Município: Monongue  
 3. Distrito/Localidade:  
 Data: 17.11.2021

LISTA DE PARTICIPANTES

NO	NOME	INSTITUIÇÕES	CONTACTO
15	João Cláudio	ECA Inuanzago	
16	Fernando Monteiro	Assoc. Agric. Boa Sorte	
17	Alvaro Luchantele		
18	João Pedro	ECA	
19	Nelson Francisco	Assoc. Agrícola	
20	Emília Adriano	ECA	
21	Carlos Domingos	ECA	
22	João Neves	ECA	
23	Domingos João	Assoc. Agric. M. Trabalho	
24	Daniel Baptista	Assoc. Agric. M. Trabalho	
25	Mariana Adriano	ECA Inuanzago	
26	Emília Adriano	ECA Inuanzago	
27	Flora Manquell	Facilitadora	



## MODELO DE CARTAS SUBMETIDAS AS PIAS

 <p>REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJECTOS PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS (PDISA)</p> <p>Ao Gabinete Provincial de Infraestruturas e Serviços Técnicos do Cuando Cubango At: Eng<sup>o</sup> Bongue Malengue</p> <p><u>Menongue</u></p> <table><tr><td>S./Referência</td><td>S./Comunicação</td><td>N Ref.</td><td>Data: 10/11/2021</td></tr><tr><td></td><td></td><td>296/UCP-BM-AFD/MINEA/2021</td><td></td></tr></table> <p><b>ASSUNTO:</b> Convite para Participação na Reunião de Consulta Pública. <b>Projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica em Angola</b></p> <p>Exmo. Senhor,</p> <p>O Governo de Angola (GOA) e o Banco Mundial (BM) estão actualmente a preparar o <b>Projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica em Angola</b>, que se encontra sob a tutela do Ministério da Energia e Águas (MINEA). As actividades do projecto irão abranger as províncias de Benguela, Cuando Cubango, Zaire, Kwanza Sul, Namibe, Cunene e Huíla. O Ministério da Energia e Águas, através da Unidade de Coordenação de Projectos (UCP-BM-AFD) contratou um Consultor para elaboração dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais que foram identificados como relevantes à luz do Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial, bem como da legislação angolana.</p> <p>Em conformidade com o quadro legal e regulatório que norteia este tipo de intervenções, o MINEA, a fim de manter informados e recolher a maior contribuição possível de todas as partes envolvidas e interessadas, está a levar a cabo acções de Consulta de Envolvimento do Público, no quadro da elaboração dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais do Projecto.</p> 	S./Referência	S./Comunicação	N Ref.	Data: 10/11/2021			296/UCP-BM-AFD/MINEA/2021		 <p>REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS (PDISA) UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJECTOS</p> <p>Exmo. Sr(a). Director(a) Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pesca de Cuando Cubango</p> <p><u>Menongue</u></p> <table><tr><td>S./Referência</td><td>S./Comunicação</td><td>N Ref.</td><td>Data: 17/11/2021</td></tr><tr><td></td><td></td><td>305/UCP-BM-AFD/MINEA/2021</td><td></td></tr></table> <p><b>ASSUNTO:</b> Convite para Participação na Reunião de Consulta Pública. <b>Projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica em Angola.</b></p> <p>Exmo.(a) Senhor(a),</p> <p>O Governo de Angola (GoA) e o Banco Mundial (BM) estão actualmente a preparar o <b>Projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica em Angola</b>, que se encontra sob a tutela do Ministério da Energia e Águas (MINEA). As actividades do projecto irão abranger as Províncias de Benguela, Cuando Cubango, Zaire, Kwanza Sul, Namibe, Cunene e Huíla. O Ministério da Energia e Águas, através da Unidade de Coordenação de Projectos (UCP-BM-AFD) contratou um Consultor para elaboração dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais que foram identificados como relevantes à luz do Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial, bem como da legislação angolana.</p> <p>Em conformidade com o quadro legal e regulatório que norteia este tipo de intervenções, o MINEA, a fim de manter informados e recolher a maior contribuição possível de todas as partes envolvidas e interessadas, está a levar a cabo acções de Consulta de Envolvimento do Público, no quadro da elaboração dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais do Projecto.</p> <p>Face ao acima exposto e devido a situação de Calamidade Pública por força da COVID-19, que impõe restrições a encontros públicos e privados, vimos através desta solicitar a V. Excia uma audiência para apresentação do projecto em apreço, no dia <b>29 de Novembro de 2021</b>.</p> 	S./Referência	S./Comunicação	N Ref.	Data: 17/11/2021			305/UCP-BM-AFD/MINEA/2021	
S./Referência	S./Comunicação	N Ref.	Data: 10/11/2021														
		296/UCP-BM-AFD/MINEA/2021															
S./Referência	S./Comunicação	N Ref.	Data: 17/11/2021														
		305/UCP-BM-AFD/MINEA/2021															

## ANEXO 4: SEGUNDA FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS, JANEIRO 2023

### ZAIRE

#### ACTIVIDADES DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004)

##### Objectivos:

O objectivo geral desta segunda fase das CPs foi de colectar informações adicionais para revisar o actual PEPI do RECLIMA de acordo com as directrizes do Banco Mundial (BM). Assim os principais objectivos específicos foram:

- Fornecer claramente informações às partes interessadas, beneficiários e grupos vulneráveis para que possam participar na fase inicial da implementação do projecto RECLIMA;
- Obter seus feedbacks sobre o potencial impacto e eficácia do projecto e para aumentar os benefícios positivos e mitigar os impactos negativos; e
- Fornecer às partes interessadas e beneficiários informações sobre o projecto, incluindo impactos potenciais e medidas de mitigação, planos de salvaguardas, e arranjos institucionais.

##### Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Apresentação dos instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PEPI, IPPF, PGMO e Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de /EAS/AS/VBG), sendo que o último devido a sua especificidade obedeceu uma atenção especial.
- Componentes e respectivos objectivos do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Ponto de situação do sector de água e saneamento e necessidades das comunidades, em relação ao fornecimento de água e saneamento.
- Estado das Infra-estruturas de água e saneamento, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- Expectativas e preocupações relativas a projecto.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.
- Conclusão

##### Sessões, Horário e Local:

- 1) 10/01/2023: Reunião preparatória com pontos focais em M'Banza Congo (de 13h00 a 17h00) – Sala da reunião no Hotel Estrela
- 2) 11/01/2023: Reunião com Director da Comissão Instaladora da EPAS e a sua equipe em M'Banza Congo (de 08h00 a 09h00) – No escritório da EPAS Mbanza Congo
- 3) 11/01/2023: Visitas de campo e conversa informais com as mulheres (de 10h00 a 15h04) – Na zona periurbana na cidade de Mbanza Congo
- 4) 12/01/2023: Workshops com PIAs institucionais (representantes do governo provincial, administrações municipais, universidades e OSC - de 10h00 a 16h00) – Sala da Conferencia do Governo Provincial do Zaire
- 5) 13/01/2023: Workshops com PIAs das comunidades (presidentes de comissões dos moradores, organizações das mulheres - de 10h00 a 16h00) – Sala da Conferencia do Governo Provincial do Zaire

#### **SOBRE O CONTEÚDO**

<b>Tema Proposto/ Justificativa:</b> Recolher preocupações, contribuições e sugestões para actualizar o PEPI.	
<b>SOBRE OS PARTICIPANTES: Total 47 (23 homens, 23 mulheres)</b>	
<b>Quantidade Prevista:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião preparatória com pontos focais: 4</li> <li>• Reunião com Director da CI da EPAS e a sua equipe: 5</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 6</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 20</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades: 20</li> </ul>	<b>Participantes Atendidos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião preparatória com pontos focais: 3</li> <li>• Reunião com Director da CI da EPAS e a sua equipe: 1</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 13</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 31</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades: 21</li> </ul>
<b>PRINCIPAIS ACTIVIDADES DURANTE A CONSULTA</b>	
<p>Entre os dias 10 de Janeiro de 2023 e 13 de Janeiro de 2023 foi realizada actividades de consultas publicas a Província do Zaire, sob coordenação do Especialista Social do RECLIMA, Dr. Francisco Kapalo Ngongo. Dos workshops realizados, para promover a apropriação da iniciativa pelo governo provincial, o Director da CI da EPAZ como delegado do governo provincial fez a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Em cada actividade de consulta realizada, o Especialista Social fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas (discussão em pequenos grupos e depois em plenário no caso de workshop) para esclarecimento das matérias apresentadas.</p>	
<b>PERGUNTAS</b>	
Qual a importância das Consultas Públicas para a execução deste Projecto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As consultas publicas vão ajudar o RECLIMA ter um impacto maior é consciencializar o público popular sobre o projecto (seus impactos positivos, riscos, mecanismo de salvamento, bem como seu MRR).</li> </ul>

<p>De que forma o RECLIMA poderá apoiar as partes interessadas a contribuir na resiliência climática e segurança de água</p> <p>"Antigamente, muitos projectos eram decididos no topo, em níveis ministeriais sem nos consultar... às vezes havia escrutações antes depois do projecto sem a devida explicação do projecto, seus riscos e estratégias de mitigação... Isso tudo, de repente os empreiteiros estiveram no terreno a fazer obras enquanto a população não percebe bem o que estão a fazer...temos medo que este tipo de cenário se repita no RECLIMA" disse um participante num workshop em M'Banza, mas este sentimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para apoiar as partes interessadas a contribuir na resiliência climática e segurança de água, a população e as instituições locais não devem ser simplesmente informadas sobre o projecto, mas envolvê-las activamente no processo de tomada de decisão e na implementação de todo o ciclo do projecto, RECLIMA.</li> <li>• Considerar a contribuição do sector não lucrativo, em articulação com as autoridades locais, ONGs, igrejas no sentido da sensibilização, formação e capacitação das PIAS.</li> </ul>
<p>Qual a importância de existir um Mecanismo de Reclamações e Sugestões neste Projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Mecanismo de Reclamações será uma maneira fundamental de mitigar, gerenciar e resolver impactos negativos potenciais ou percebidos, bem como cumprir obrigações sob a lei internacional de direitos humanos e contribuir para relações positivas com as comunidades e funcionários.</li> </ul>
<p>Para além dos impactos negativos aqui apresentados, têm percepção de mais algum?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravidez preços</li> <li>• Prostituição forca de menores pelos parentes (relação sexual entre crianças/meninas e trabalhadores dos empreiteiros com aval dos parentes)</li> </ul>
<p>De que forma o Projecto pode contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres e outros grupos vulneráveis no sector de água?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na nossa província, a maioria das mulheres não fala nada quando está em um evento junto com os homens. Portanto, para que o projecto contribua para a melhoria das condições de vida das mulheres e outros grupos vulneráveis no sector de água, o projecto deve organizar também actividades de conscientização e capacitação voltadas apenas para eles durante as visitas de campo para consulta pública.</li> </ul>
<p>FOTOGRAFIAS</p>	



## CUANDO CUBANGO

### ACTIVIDADES DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004)

#### Objectivos:

O objectivo geral desta segunda fase das CPs foi de colectar informações adicionais para revisar o actual PEPI do RECLIMA de acordo com as directrizes do Banco Mundial (BM). Assim os principais objectivos específicos foram:

- Fornecer claramente informações às partes interessadas, beneficiários e grupos vulneráveis para que possam participar na fase inicial da implementação do projecto RECLIMA;
- Obter seus feedbacks sobre o potencial impacto e eficácia do projecto e para aumentar os benefícios positivos e mitigar os impactos negativos; e
- Fornecer às partes interessadas e beneficiários informações sobre o projecto, incluindo impactos potenciais e medidas de mitigação, planos de salvaguardas, e arranjos institucionais.

#### Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Apresentação dos instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PEPI, IPPF, PGMO e Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de /EAS/AS/VBG), sendo que o último devido a sua especificidade obedeceu uma atenção especial.
- Componentes e respectivos objectivos do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Ponto de situação do sector de água e saneamento e necessidades das comunidades, em relação ao fornecimento de água e saneamento.
- Estado das Infra-estruturas de água e saneamento, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- Expectativas e preocupações relativas a projecto.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.
- Conclusão

#### Sessões e Horário:

- 1) 16/01/2023: Reunião preparatória com pontos focais em Cuando Cubango de (10h00 a 12h00/15h00 a 12h17) – No restaurante Ponte Verde
- 2) 17/01/2023: Reunião de cortesia com Governador Provincial + Director da CI da EPAS e a sua equipe em Menongue ( de 8h00 a 9h00) – Na sala nobre de reunião do governo provincial
- 3) 17/01/2023: Workshops com PIAs institucionais (representantes do governo provincial, administrações municipais, universidades e OSC) de 13h00 a 17h08 – Na sala da conferencia do governo provincial
- 4) 18/01/2023: Workshops com PIAs das comunidades (presidentes de comissões dos moradores, lideres tradicionais e religiosos, organizações das mulheres - de 10h00 a 16h09 – Na sala de conferencia do Instituto Médio de Saúde (IMS) em Menongue
- 5) 19/01/2023: Visitas de campo em Menongue e conversa informais com as mulheres (de 08h00 a 12h10) – área periurbana da cidade de Menongue

### SOBRE O CONTEÚDO

#### Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher preocupações, contribuições e sugestões para actualizar o PEPI.

**SOBRE OS PARTICIPANTES: Total: 113 (56 homens, 57 mulheres)**

<p><b>Quantidade Prevista:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião preparatória com pontos focais: 2</li> <li>• Reunião com Sr. Governador da Província e equipe técnica: 5</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 8</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 20</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades:20</li> </ul>	<p><b>Participantes Atendidos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião preparatória com pontos focais: 4</li> <li>• Reunião com Director da CI da EPAS e a sua equipe: 5</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 25</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 55</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades:79</li> </ul>
--	---

**PRINCIPAIS ACTIVIDADES DURANTE A CONSULTA**

Entre os dias 16 de Janeiro de 2023 e 19 de Janeiro de 2023 foi realizada actividades de consultas publicas a Província do Cuando Cubango, sob coordenação do Especialista Social do RECLIMA, Dr. Francisco Kapalo Ngongo. Dos workshops realizados, para promover a apropriação da iniciativa pelo governo provincial, o Director do Ambiente e Saneamento Básico, Engenheiro Júlio Bravo, em representação da Sua Excelência Sr. Governador Provincial fez a abertura dos workshops, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Em cada actividade de consulta realizada, o Especialista Social fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas (discussão em pequenos grupos e depois em plenário no caso de workshop) para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS**

<p>Qual a importância das Consultas Públicas para a execução deste Projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este é uma estratégia chave que o RECLIMA está trazendo, pois permitirá que todas as partes interessadas se sentem não apenas como beneficiários das obras, mas os proprietários do projecto, incluindo os demais instrumentos de salvaguarda ambiental e social.</li> </ul>
<p>De que forma o RECLIMA poderá apoiar as partes interessadas a contribuir na resiliência climática e segurança de água</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização activa do projecto</li> <li>• Organizar sessões de consulta e formação participativa</li> </ul>
<p>Qual a importância de existir um Mecanismo de Reclamações e Sugestões neste Projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir os impactos negativos</li> <li>• Proteger direitos ambientais, dos trabalhadores e das comunidades onde as obras serão realizadas.</li> </ul>

Para além dos impactos negativos aqui apresentados, têm percepção de mais algum?

- Negligenciar a juventude

De que forma o Projecto pode contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres e outros grupos vulneráveis no sector de água?

- Sensibilização activa sobre direitos das mulheres baseado nos instrumentos legais aos níveis nacional e internacional
- Organizar sessões de consulta e formação participativa para as mulheres e outros grupos vulneráveis no sector de água

## FOTOGRAFIA







## BENGUELA

### ACTIVIDADES DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO RECLIMA (P177004)

#### Objectivos:

O objectivo geral desta segunda fase das CPs foi de colectar informações adicionais para revisar o actual PEPI do RECLIMA de acordo com as directrizes do Banco Mundial (BM). Assim os principais objectivos específicos foram:

- Fornecer claramente informações às partes interessadas, beneficiários e grupos vulneráveis para que possam participar na fase inicial da implementação do projecto RECLIMA;
- Obter seus feedbacks sobre o potencial impacto e eficácia do projecto e para aumentar os benefícios positivos e mitigar os impactos negativos; e
- Fornecer às partes interessadas e beneficiários informações sobre o projecto, incluindo impactos potenciais e medidas de mitigação, planos de salvaguardas, e arranjos institucionais.

#### Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Apresentação dos instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PEPI, IPPF, PGMO e Plano de Acção para Prevenção e Resposta aos riscos de /EAS/AS/VBG), sendo que o último devido a sua especificidade obedeceu uma atenção especial.
- Componentes e respectivos objectivos do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Ponto de situação do sector de água e saneamento e necessidades das comunidades, em relação ao fornecimento de água e saneamento.
- Estado das Infra-estruturas de água e saneamento, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- Expectativas e preocupações relativas a projecto.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.
- Conclusão

#### Sessões, Horário e Local:

- 1) 20/01/2023: Reunião preparatória com pontos focais em Mbenguela (de 13h00 a 17h11) – Escritório do Director de Gabinete do Vice-Governador Provincial da área técnica e infra-estruturas
- 2) 23/01/2023: Workshops com PIAs institucionais (representantes do governo provincial, administrações municipais, universidades e OSC - de 08h00 a 14h13) – Sala da Conferencia da Administração Municipal de Benguela
- 3) 23/01/2023: Reunião de trabalho com Vice-governador Provincial da área técnica e infra-estruturas + CPA da EPAS e a sua equipe em Menongue (de 16h00 a 19h00)
- 4) 24/01/2023: Workshops com PIAs das comunidades (presidentes de comissões dos moradores, líderes tradicionais e religiosos, organizações das mulheres - de 13h00 a 17h14) – Sala da Conferencia da Administração Municipal de Benguela
- 5) 24/01/2023: Visitas de campo em Benguela/Katumbela/Lubito e conversa informais com as mulheres (de 08h00 a 16h15) – áreas periurbanas de Benguela, Catumbela e Lobito

#### SOBRE O CONTEÚDO

##### Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher preocupações, contribuições e sugestões para actualizar o PEPI.

##### SOBRE OS PARTICIPANTES: Total: 107 (44 homens, 63 mulheres)

- Reunião preparatória com pontos focais: **Participantes Atendidos**

<p>4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião com Vice Governador e equipe técnica: 8</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 8</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 20</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades:20</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião preparatória com pontos focais: 4</li> <li>• Reunião com Director da CI da EPAS e a sua equipe: 18</li> <li>• Conversa informais com as mulheres: 18</li> <li>• Workshops com PIAs institucionais: 60</li> <li>• Workshops com PIAs das comunidades: 51</li> </ul>
---	---

**PRINCIPAIS ACTIVIDADES DURANTE A CONSULTA**

Entre os dias 20 de Janeiro de 2023 e 24 de Janeiro de 2023 foi realizada actividades de consultas publicas a Província de Benguela, sob coordenação do Especialista Social do RECLIMA, Dr. Francisco Kapalo Ngongo. Dos workshops realizados, para promover a apropriação da iniciativa pelo governo provincial, o Director do Gabinete da Sua Excelência Vice-governador Provincial da área técnica e infra-estruturas, Engenheiro Sardinha, em representação do Sr. Vice Governo Provincial fez a abertura dos workshops, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. Em cada actividade de consulta realizada, o Especialista Social fez a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. De seguida, foi apresentado os instrumentos ambientais e Sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas (discussão em pequenos grupos e depois em plenário no caso de workshop) para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS**

<p>Qual a importância das Consultas Públicas para a execução deste Projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As consultas são importantes porque vão permitir que cada parte interessada entenda claramente as suas responsabilidades e obrigações na implementação do projecto para que os resultados do RECLIMA sejam sustentáveis.</li> </ul>
<p>De que forma o RECLIMA poderá apoiar as partes interessadas a contribuir na resiliência climática e segurança de água</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As partes interessadas devem ser capacidade a ter uma atitude responsável no uso das infra-estruturas de água e na protecção do meio ambiente</li> <li>• As partes interessadas devem ter uma educação cívica para que elas protegem as abras e infra-estruturas do RECLIMA e denunciar actos de vandalização</li> </ul>

<p>Qual a importância de existir um Mecanismo de Reclamações e Sugestões neste Projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alertar empreiteiros a não prejudicar o nosso ambiente comum através obras.</li> <li>• Capacitar os empreiteiros a proteger a saúde e segurança dos trabalhadores e membros da comunidade principalmente mulheres, minas e outros grupos vulneráveis.</li> <li>• Alertar os trabalhadores sobre a tolerância zero de exploração, abuso e assédio sexuais contra as mulheres.</li> </ul>
<p>Para além dos impactos negativos aqui apresentados, têm percepção de mais algum?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de prestar atenção sobre a correlação entre a produção de volume de água e o programe de extensão de redes de distribuição de agua na área periurbana (sem o volume suficiente de água nos reservatórios na área da produção, a população não terá agua nas turneras).</li> </ul>
<p>De que forma o Projecto pode contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres e outros grupos vulneráveis no sector de água?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acções contínuas de empoderamento das mulheres e outros grupos vulneráveis sobre o seu papel na tomada de decisões, gestão de água e protecção do meio ambiente na sua comunidade.</li> </ul>
<p>FOTOGRAFIA</p>	



LISTAS DE PARTICIPANTES

ZAIRE

ZAIRE		
Nome	INSTITUIÇÃO	Contact
Dulce Sangumba	Adm. M. Cuito Cuanavale	929254479
Alcina Fortunato	ACADIA	923240571
Walter Anselmo S. Dimba	Adm. M. Cuchi	944995574
Fátima Rodrigues	Associação Intempereiros	323960032
Dionísia A. Bassoma	" "	937057714
Ana Fernandes	ADM. Namcova	944204473
Makisi Manamba	ADM. Namcova	926933219
Ruando Cassela	Adm. M. C. Cuanavale	937830401
Edelvide M. Surua	C. G. de Águas	925550677
Saula Nangaiafina	C. G. de Águas	927576946
Adilson Miguel B. Gaspar	ADM. Dirico	925660286
Chamúca C. S. N'ginda	Ent. Jia e cigrus	936727227
Abel Luco	C. G. de Água	935529807
Elias Dias Paulo	ANAGERO	92928676
Cyraciano Pinto	EPAS	922922313
Bernardo Bouingo	EPAS	923465778
Pedro Cunha Quofel	EPAS	936121236
Enrico Quintino Colante	AD.M.M	944309609
Francisco da Silva M. Alfredo	Estudante	924775495
Bernardo Taveli Tiago Namia	Estudante	922269699
Ze Bustoje Kalacha Paulino	G.P.A.G.R.S.C.	921767550

# CUANDO CUBANGO



REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CUANDO CUBANGO  
GABINETE PROVINCIAL DE AMBIENTE, GESTÃO DE RESÍDUOS E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

## LISTA DE PARTICIPAÇÃO AO WORKSHOP SOBRE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA E HÍDRICA EM ANGOLA-RECLIMA

Nº	NOME COMPLETO	CARGO	INSTITUIÇÃO	CONTACTO
02	Paulo António	Regedor Municipal	B. Boa Vida	926006668
03	Paulo Dala	Regedor	B. Habano	922202082
04	Barbosa Cabreira	Regedor	B. Papelosa	922574870
05	Reinaldo Coimão	Regedor	Wend. São Mateus	945275206
06	Artur C. da Silva	Regedor	Co. Quimbo	730513321
07	Fernando Dias	Regedor	B. Tema	
08	Domínio Guilhermino	Regedor	B. Cambongo	929215072
10	Miguel Miguel	Regedor	B. Boa Vida	931111257
11	António Carissala	Regedor	B. Calhama	
12	Mateus Dala	Regedor	B. Boa Esperança	928675073
13	Sérgio Hunga	Regedor	B. Ngangula	929497064
14	Jureta Maria	Regedor	B. Saladista	936125695
21	Fernando Bento	Regedor	B. Victória	935136079
23	Fernando Teófilo	Regedor	B. Sakampaco	
24	Fernando D. Teófilo Cua	Regedor	B. Tema	927778830
26	Levaristo Gomes	Regedor	B. Satchilombo	922763743
28	Fernando Lourenço	Regedor	B. Camungambé	922194367
29	Luís Augusto Dala	Regedor	B. Dumiso	
30	Helena Afonso	Regedor	B. Amangué	922299707
31	Alzate Santa	Regedor	B. Sa Príncipe	945286722



REPÚBLICA DE ANGOLA  
GOVERNO PROVINCIAL DO CUANDO CUBANGO  
GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



LISTA DE PRESENÇA

MENONGUE, AOS 17 DE JANEIRO DE 2023

Nº	NOME COMPLETO	FUNÇÃO/CARGO	ORGANISMO	TELEMÓVEL
01	Fernando Casela	chefe de Seção	Adm. M. C. Luanda	933382001
02	Dulce Sarguimben	D. N. - Energia	Adm. n. 11 11	929254479
03	Achilson M. B. Epafour	A. M. D. Técnica	Adm. M. Direcção	925660086
04	Jose de Jesus Mesquita	CH. de Engenharia	Adm. M. Menongue	9206520
05	Luciana E. E. M. Costa	Escritor D. M. M.	A. M. Menongue	941856520
06	Purora M. T. Jorral	Técnico D. M. M.	A. M. Menongue	924173288
07	Bastolmeu Nóbua M. Nóbua	Divisão Municipal	A. M. Direcção	738887763
08	Armando Sampaio de Almeida	Chefe de Seção	Adm. Direcção	947507737
09	Auguste Paulo Mungombi	Director Saneamento	ADM Menongue	922814736
10	Teresa Maria M. M. Cordeiro	Chefe de Seção	ADM Menongue	924204402
11	João Matias	Técnico	Sub. de Menongue	928946224
12	Angela F. Branga Almeida	chefe de Seção	opb. Proj. Avaliação	926006177
13	Paula Nogueira	Técnica da	Comissão de água	927576946
14	Graciana J. Pinto	Técnica da EPAS		923922913
15	Alminda B. de S. Domingos	Téc. M. A. D. M. P.	D. D. M. N. Menongue	923081981
16	Nuno José Luis	Técnico ADM	Adm. M. Direcção	924515077
17	Cláudia Mendes	Técnica	A. D. M. Direcção	946593088

18	Chomisa António Sampaio	Fiscal	Empresa S. S. S.	936723200
19	Fernando Nunes Lufanda	Fiscal	EPAS CC	9212274
20	João Filipe de Matos	Responsável da T. T. 2	EPAS CC	9337453
21	Domingos Fernando Xavier	Técnico	EPAS CC	922032254
22			EPAS CC	93611236
23	Pedro António Queiroz	Fiscal	"	924117088
24	Elvinda Bastos Teixeira	D. N. Comercial	"	9215785
25	Luís Carlos Gonçalves	Técnico	Adm. M. Direcção	92440066
26	Fernando	Fiscal Municipal	Adm. M. Direcção	926473235
27	Domingos António	Fiscal de Empresas	Empresa S. S.	9257985327807
28	Luís	Fiscal	EPAS CC	926478382
29	Alfonso Dina Almeida	Coordenadora - Coordenadora	EPAS CC	
30				
31				

LISTA DE PRESENÇA

MENONGUE, AOS 17 DE JANEIRO DE 2023

Nº	NOME COMPLETO	FUNÇÃO/CARGO	ORGANISMO	TELEMÓVEL
01	João Nelson de Nogueira	D. N. de E. e Águas	Energia, Águas	923575231
02	Magali Christina A. Almeida	Secretaria Executiva	C. P. D.	925662465
03	Paulson Ribeiro Gomes	Técnico Administrativo	Ambiente	92430110
04	Filipe Sabino	chefe do Departamento	GRUPO/CRAM	925272282
05	Domingos A. Bastos	chefe de Seção D. V. D.	Associação C. D. V.	931057114
06	Carla Gomes	chefe de Seção	Adm. M. Direcção	942880283
07	Domingos Mendes	chefe de Seção	Adm. M. Direcção	920328133
08	Albino Rodrigues	Associação	Associação das Mulheres Empregadas	923980032
09	Fernando José de Sousa	Fiscal	Energia e Águas	923465226
10	Sebastião Nogueira	Técnico	EPAS CC	924987431
11	Isabel Gomes	Técnica	Adm. M. Direcção	924113222
12	Caino Mubumba José	Chefe Dep.	Gov. Prov. Ambiente	928098632
13	Ubaldo Casimiro J. Bastos	Chefe Dep. Ambiente	Gov. Prov. Ambiente	928698801
14	Luís Carlos de Almeida	D. N. de E. e Águas	Adm. M. Direcção	925023661
15	Carson Almeida M. Chamusca	Dir. M. de E. e Águas	Adm. M. Direcção	924122680
16	Albino Mendes	Chefe de Seção	Adm. M. Direcção	925500777
17	Bela Rosa	Associação da U. F. S.		943669882





REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CUANGO CUBANGO  
GABINETE PROVINCIAL DE AMBIENTE, GESTÃO DE RESÍDUOS E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

LISTA DE PARTICIPAÇÃO AO WORKSHOP SOBRE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA E HÍDRICA EM ANGOLA-RECLIMA

Nº	NOME COMPLETO	CARGO	INSTITUIÇÃO	CONTACTO
02	Celina e Masola Gortaungu	Assist. Comunitária	ACM SIA P	923240533
03	Walter Amelme Salimbo Dinda	Sen. Superior de 2ª Classe	Admin. de Cullu	44995514
04	Carina Mussalala Josaf	Chefe Dep	Gov. Prov. Huambo	903003032
05	Felice Songurua	Director n.º 8. Água	Admin. Município Cuango	909254479
06	Maheso Moutambira Ndambanzi	Técnico	Admin. Namacora	926933249
07	Ana F. B. B. B. B.	Técnico	Admin. Namacora	926933249
08	Elina Patrício	Técnico	Admin. Namacora	926933249
09	Diana Rosa Rolando Boacoma	Técnico	Admin. Namacora	926933249
10	Francisca Maria de Sousa	Associação Mulheres Emprego	Associação Mulheres Emprego	528980032
11	Paula Namucuma	C. Gr. de Apoio	"	93053774
12	Luís Namucuma	Polícia Municipal	"	93053774
13	Adilson Miguel Berta Gubur	Chefe de Seção	Admin. Município	927516145
14	Terence Samuanga Samuanga	Técnico	Admin. Município	927516145
21				92368286
23				92368286
24				92368286
26				92368286



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS  
PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GESTÃO DE ÁGUA - RECLIMA

REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA HÍDRICA EM ANGOLA - RECLIMA LISTA DE PARTICIPANTES DO WORKSHOP COM P.I. INSTITUCIONAL					
Instituição: Governo Provincial			Província: Cuando Cubango		
Natureza	N.º	Nome	Função	Contactos	
				Tel./WhatsApp:	Email:
Pontos Focais	1	Julio Pedro Campos Bravo	Director do Ambiente e Saneamento Básico	947388003	
	2	Rodrigues Bongue	Empresa Provincial de Águas	936084145	
Participantes do Governo	1	Oswaldo Cassinda Jorge Bartolomeu	Chef. Dep. de Serviço Comunitários	928598801	
	2	Caino Mussassa Josefe			
	3	Eugenio Mbundi	Chef. Dep. de Acção Social		
	4	Loth Mateus Francisco Sicato	Chef. Dep. de Agricultura	929120838	
	5	Ana Bela Maria Chanja Almeida	Chef. Dep. de Vigilância Epidemiológica Animal e Vegetal		
	6	Wuilhiam Nombassi Chiovo	Representante da Empresa Pública de Águas	927318785	
	7	Augusto Mungomba	Menongue.	922814736	
	8	Domingo Raul	Cuanger	933842779	
	9	João Jeronimo Jacob	Cuchi		
	10	João Incha	Mavinga	938918527	
	11	Gizela Marlise Bernardo	Nankova	946883088	
	12	Amilton Domingos Eduardo	Calai	930923661	
	13	Bartolomeu Ndala	Dirico	932883741	
	14	Rafael Tobias Elondo Nenê	Rivungo	926065848	
	15	Estevão Toine Chitungo Camosso	Menongue	926034474	
Participantes	16	Domingos Raul	Cuanger	933842779	
	17	João de Miguel Nelson	Cuchi	928595851	
	18	Alberto Carlito Nelson	Mavinga	938918527	
	19	José Limona da Silva	Nankova	925734689	
	20	Gerson Beny Mutango Eduardo	Calai	924498630	
	21	Martins Fernando	Dirico	932883741	
	22	Marlon Kenedy de Sana	Rivungo	928129041	
	23	ACADIR	Representante		
	24	MBAKITA	Representante		
	25	ADJUDSS	Representante		
	26	OKACOM	Representante	939377993	
	27	Fernando Cassela	Cuito Cuanavale	937830401	
	28	Dulce F. Sangumba	Cuito Cuanavale	929254478	



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS  
PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GESTÃO DE ÁGUA - RECLIMA

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS  
PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA HÍDRICA EM ANGOLA - RECLIMA  
LISTA DE PARTICIPANTES DO WORKSHOP COM P.I. COMUNITÁRIOS

Instituição: Governo Provincial			Província: Cuando Cubango		
N.º	Nome	Função	Contactos		
			Tel./WhatsApp:	Email:	
1	Autoridades tradicionais	(no) Representante			
2	Conselho Provincial da Juventude	(1) Representante			
3	Conselho Municipal da Juventude	(2) Representante			
4	Associação das Mulheres Empresárias	(6) Representante			
6	Fazenda Vidigal	Representante	923525264		
7	Agrocampo	Representante	925847746		
8	Muene Massili	Representante	924360991		
9	Mbuenjo	Representante	923208927		
10	Opopeliwa	Representante	922901460		
11	Paulo Cambinda Fernando	Representante	946009071		
12	Jamba Tchiputa	Representante	927973306		
13	Agostinho Cambinda	Representante	948870960		
14	Muene Mpande	Representante	923208927		
15	ADJUDSS	Representante			
16	MBAKITA	Representante			
17	ACADIR	Representante			
18	Tala Kulute	Representante	947200601		

BENGUELA

Galeria Provincial Província: Benguela

N.º	Nome	Função	Contacto	
			Tel./WhatsApp:	Email:
1	Adilson Dellany	VGSTT	923583554	adhellany@lutuac.com
2	Paulo Jorge Fernandes	PCA/EPA98	923 536 242	pepta13fernandes@msn.com
1	Fernando Ekuma	Dir/OPIST	923 693 608	fernando.ekuma@yamil.coz
2	Miguel GAMBIGO	CHefe DPTO.	925 728 265	miquelgambigo@netmail.com
3	Jose Antonio	CHefe DPTO	927615947	JoseAntonio@netmail.com
4	Aluis Manuel	AVO/CLASS	923412722	aluismanuel@netmail.com
5	Clara Manuel	C.VGSTT	926 899 558	claramanuel@netmail.com

- 22- Bernardo M Caluyfeldo - D.M.E.D.T.H. - 927321067
- 22- Paulo Feliciano Representante dos alunos UNISA Bordo 923 74 23 141
- 28- Gaurindo goi chefe De/esa Civil-Bocoto - 924934293
- 24- Ovaristo Paulo - Representante dos estudantes - 9342170
- 25- Meisés Meloridal Fernando - CMG - Boraio - 947179155
- 26- Bonifacio Clima - Inter A.D.P. - Chongoroi - 933661019
- 27- Silvio Augusto Fumo - Ad. M. Calumbo - 923432446
- 28- João Soares - D.M.E - 924914445 - joaosoaress@gmail.com
- 29- Abelino Tanga S.C. - 933 23 96 64 - Chongoroi
- 30- João Ricardo S.C. - 924428585 - Chongoroi
- 31- Amós Chit G. Patissa - PRODEL CH - Bocoto 923255206 amospatissa@netmail.com
- 32- Domingos Munkanda - Direc. Munkanda - Ganda - 323483483
- 33- João Fonseca Kapile - Admin. M. Ganda - 923392109 joaokapile@gmail.com
- 34- Manuel Augusto - Admin. M. Calumbo - 923030768 manuel@netmail.com
- 35- Domingos Tchamunda - Ad. C. Calumbo - Calumbo
- 36- António Fernandes - 922923570
- 37- Dael Maria Bahel - 93136273 - Adm. C. Munkanda (Calumbo)
- 38- Jeana Sapato - 925234338 - Dir. A.S. - Calumbo



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS  
PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GESTÃO DE ÁGUA - RECLIMA

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS  
PROJECTO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA HÍDRICA EM ANGOLA - RECLIMA

LISTA DE PARTICIPANTES DO WORKSHOP COM P.I. INSTITUCIONAIS

Instituição: Galerias Provinciais Província: Benguela

Natureza	N.º	Nome	Função	Contacto	
				Tel./WhatsApp:	Email:
Pontos Focais	1	Milhem Dellany	VCSST	923583554	ad11ellany@klturais.com
	2	Paulo Jorge Fernandes	PCA/EPASB	923 536 242	pep1213fernandes@n2n.com
Participantes	1	Fernando Escalona	Dir/CRIST	923 695 609	fernando.escalona@gnil.co
	2	Miguel Cahango	chefe DPTO.	925 728 265	miqulhchango@klturais.com
	3	Josef António de las	chefe DPTO	927615947	joao.castor@klturais.com
	4	Alfonso António	Dir/CRASB	923412322	alfonso.antonio@klturais.com
	5	Cláudia Manuel	GVCSTI	926 899 558	claudia2013@hotmail.com
	6	Cláudia Afonso	GVCSTI	921730938	claudiaafonso@gnil.com
	7	Rogério Feliciano Dumba	GVCSTI	925940620	ROGERIO.DUMBA@gnil.com
	8				
	9				
	10				
	11				
	12				
	13				
	14				
	15				
	16				
	17				
	18				
	19				
	20				

SIAS

Provincia: Bomguela

N.º	Nome	Função	Contacto	
			Tel./WhatsApp:	Email:
1	Eduarda M.º Regal	Nunca		936732393
2	Luís Manduca Regedor			943098606
3	Fernando Bolandi Sobr			921052916
4	Filipe Faustino Regedor Bolandi			932017623
5	Zeferino M. Sob. Com.			922835257
6	Ranga Teite Sob. Com.			944855108
7	Bráulio Mat. Regedor Bolandi			921269996
8	Honório Machado Reg. Prad. El. S.			945355025
9	Luís Saumã Bolandi			932974634
10	Domingos Reg.	Adm		924163895
11	Elias Malavenda Nomb. CMAE		924372394	eliasmalavenda@gmail.com
12	Mateus Chipucó C. Sec. M.º		924443466	mateuschipuco@gmail.com
13	Luís Lucas Ad. C. Cabana		923633130	luiscas@...
14	Fernando Cavouze Chef. Sec.		924797149	fernandocavouze@gmail.com
15	Efraim Soms M.º		918063261	efraimsoms@...
16	Américo Bascom Partido		923242953	amersona1976@gmail.com

SIAS

Provincia: Bomguela

N.º	Nome	Função	Contacto	
			Tel./WhatsApp:	Email:
1	ELCENIO M.º	ASSISTOR	932540401	
2	Antonio Loda	DI.º	923640356	loda@hotmail.com
3	Carlos T. Sapto	Director	923490743	carlotofoto@gmail.com
4	Alvaro R. H.º	Adm. Adm.º	924523020	alvarorh@...
5	Luís C.º	Adm. Adm.º	921693719	luisc@...
6	Aluísio de A.º	Adm. Adm.º	923022355	aluisiodea@...
7	Carlos B.º	Adm. Adm.º	925289410	carlosb@...
8	Aluísi Sacramento	Dir.º	923106502	aluisi@...
9	Leocádio Sepelita	Adm. Adm.º	937701891	
10	Mário J.º	Secret.º	926789936	
11	Francoise Catarina	Adm. Adm.º	943686234	
12	Maisés J.º	Adm. Com.	926289954	maisefrancoisani@...
13	Luís Vitorino	Adm. Com.	944240975	
14	Artur Calanda	Dir.º	924693927	arturcalanda@gmail.com
15	Domingos João	P.º	942884134	domingosjoao@gmail.com
16	Jorge Palaleno	Adm. Adm.º	927444642	jorgepalaleno@gmail.com
17	Amândio	Dir.º	923958564	amandio@gmail.com
18	João Manuel	Adm. Adm.º	926899558	joaomanuel2013@hotmail.com
19				
20				
21				

Instituição: SIAS Província: Bomquela

N.º	Nome	Função	Contacto	
			Tel./WhatsApp:	Email:
1	Pedro Kahuli-Vale	Directo M.	911715826	
2	Celestino Wambo	Director EDA	923818250	luombo.celestino@gmail.com
3	António Raposo	Membro	117490430	
4	Angela Francisco	Membro	928029009	
5	Bernardo G. Silva	DMZETA	927321067	
6	Alberto João Viana	DR Ambiente	924919856	albertoalberto@gmail.com
7	Edgar T. Baptista	ADM. C. DGE	925635187	edylbaptista@gmail.com
8	Artur D. M. Sousa	D. Lys. P. S. F. S.	923380099	arturmosa@hotmail.com
9	Matias Adriano	Pastor	716 044 85	
10	Domingos D. Padre		924357973	
11	Arone S. Guerra	Pastor	921443985	guerraarones@gmail.com
12	Francoise frute	Directora	936996522	francoisefrute@gmail.com
13	João Nogueira	Secretário	924992595	
14	João Chipapa	S. Civil	924268458	
15	António Simão	Direc. Divis.	916501149	
16	Abel Vilares	DME e Agua	927779902	abelvilares@gmail.com
17	Boadringa M. Dias	Membro	924712222	boadringadamas@gmail.com
18	João Tito Viana	Ad. Equimina	924430633	joaotitoviana@gmail.com
19	Geraldo Abel	Adm. Kabezas	925492118	geraldocabala75@gmail.com
20	Josefina F. Sousa	D. M. J. O. T. H.	923521677	lurdicassinda@gmail.com
21	António A. Casar	Com. S. L. A. S.	921088958	
22	João David Humada	Técnicos M. Ag.	935681673	joaohumada@gmail.com
23	Leonardo Miguel	PE/CI/TA	942790078	
24	Juliana Mendes	943788594	Adm. H. C. H. O.	
25	António N. João	UIVA-CA	926612031	Changem

Participantes



## **ANEXO 5: GUIÃO DAS PERGUNTAS PARA CONSULTAS PÚBLICAS**

### **AGUA**

1. Como está a situação dos serviços de abastecimento de água e dos recursos hídricos na sua comunidade (província, município, cidade, aldeia...)?
2. Baseado na vossa análise dos componentes do RECLIMA ou na vossa própria experiência / sugestão; de que forma o RECLIMA poderá apoiar promover a segurança hídrica e saneamento básico em sua comunidade?

### **MUDANCA CLIMATICA**

3. Existem sinais claros de mudança climática na sua comunidade? Se sim, como o povo lida com isso?
4. Como e por que RECLIMA seria um valor agregado?
5. Baseado na vossa análise dos componentes do RECLIMA ou na vossa própria experiência / sugestão; de que forma o projecto poderá apoiar promover a resiliência climática em sua comunidade (província, município, cidade, aldeia...)?

### **OS IMPACTOS POSITIVOS DO RECLIMA**

Como você acha que o RECLIMA seria benéfico para as pessoas em sua província?

### **RISCOS E IMPACTOS NEGATIVOS**

6. Promover resiliência climática e segurança hídrica RECLIMA apoiará obras de construção nas províncias visadas: Dos riscos destacados e negativos quais você acha que são eminentes em sua comunidade?
7. Existem outros riscos e impactos negativos que não foram mencionados nos documentos compartilhados com você?

### **MEDIDAS DE SAVEGUARDAS**

8. De que forma o RECLIMA poderá apoiar as partes interessadas a contribuir na resiliência climática e segurança de água
9. Que avaliação faz dos mecanismos de mitigação previstos face os riscos ambientais e sociais?

10. Acredita que as medidas previstas são funcionais de acordo com o vosso contexto?
11. Que outras medidas sugere?
  
12. Qual a importância das Consultas Públicas para a execução deste Projecto?
  
13. Tem alguma sugestão concreta sobre como o projecto deve assegurar o envolvimento das partes interessadas e afectadas ao longo de todo ciclo do projecto?

### **MECANISMO DE RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES**

14. Qual a importância de existir um Mecanismo de Reclamações e Sugestões neste Projecto?
15. Como avalia a funcionalidade e praticidade do mecanismos de queixas e reclamações que esta a ser apresentado?
16. Em caso de reclamação ou sugestões como gostaria de proceder? Que sugestões têm para que este mecanismo seja fácil de utilizar ? Os procedimentos e passos existentes para reclamar ou oferecer sugestões são acessíveis para todos e todas?
17. Para além dos impactos negativos aqui apresentados, têm percepção de mais algum?

### **EXPLORAÇÃO SEXUAL, ABUSO E ASSÉDIO**

18. Em sua comunidade, como as pessoas percebem a igualdade de gênero (mulheres/meninas e homens/meninos devem ter direitos iguais/ex: as mulheres também devem ter o direito de trabalhar e sair de casa)? Pode descrever a exploração sexual, abuso e assédio em sua comunidade como assunto do passado ou actual? Pode descrever como os abusos das empresas ligadas ao RECLIMA impactaria os papéis de homens e mulheres em suas famílias e comunidades?
19. O que poderia ser feito pelas comunidades, RECLIMA, empresas de construção e fiscalização para promover a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres e meninas?
20. De que forma o Projecto pode contribuir para promover e proteger os direitos fundamentais das mulheres e outros grupos vulneráveis?

### **PERGUNTAS FINAIS**

21. Que perguntas acha que deveríamos ter feito e não fizemos?
22. Há mais alguma coisa sobre a qual não falamos e que gostaria de comentar?







## ANEXO 7: PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DO PESSOAL-CHAVE QUE COORDENA O MRR

ITEM	FIGURA	RESPONSABILIDADES
1	Especialista Social	<p>Produzir toda a documentação de suporte sobre o MRR (manual, fichas de registo, modelo de relatório, formato de base de dados, produtos de divulgação, recursos para formação, etc.).</p> <p>Facilitar em estreita colaboração com a equipa social da fiscalização (coordenador do MRR ao nível local), com o Empreiteiro, com as EPAS, e com as Autoridades locais (provinciais, municipais e comunais e a nível dos bairros).</p> <p>Actuar como o Ponto Focal na FCMU, em questões de resolução de reclamações.</p> <p>Apoiar o Engenheiro Residente e a sua equipa social na montagem da estrutura do MRR a nível local, criando as Comissões Locais de Recebimento de Reclamações (CLRR), a Comissão Provincial de Resolução de Reclamações (CPRR).</p> <p>Auxiliar na resolução das reclamações sempre que necessário, coordenando com as partes envolvidas (Reclamante, Engenheiro Residente, Equipa Social da Fiscalização, Líderes Locais, pontos focais da comunidade, pontos focais nas EPAS, pontos focais nas administrações municipais ou comunais, e FCMU - Especialista Ambiental, Especialista de Licitações, e Especialista em Supervisão de Obras).</p> <p>Manter atualizada a Base de Dados de monitoria de resolução de reclamações de todos os subprojectos do PDISA.</p> <p>Monitorar em coordenação com o Engenheiro Residente e a sua equipa social as actividades do Empreiteiro em relação ao processo de resolução de reclamações, assegurando que os relatórios mensais incluam uma secção sobre reclamações recebidas, resolvidas, em processo de resolução, etc.</p> <p>Compilar os relatórios trimestrais de progresso de implementação do MRR a ser enviado para o FCMU.</p>

		Realizar anualmente uma avaliação sobre o MRR, de forma a melhorá-lo.
2	Equipa da Fiscalização	<p>Montar a estrutura do Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) a nível local.</p> <p>Capacitar os pontos focais locais de recebimento de reclamações.</p> <p>Credenciar os pontos focais de recebimento de reclamações em articulação com os parceiros locais (EPAS, Administrações Municipais e Comunais).</p> <p>Partilhar as fichas de recebimento de reclamação e outros materiais aos pontos focais e formá-los no preenchimento das fichas sempre que necessário, de forma a estarem aptos a receberem reclamações.</p> <p>Orientar os pontos focais no recebimento de reclamações incluindo comportamentos relativos à confidencialidade dos dados.</p> <p>Coordenar junto com o Empreiteiro a implementação de actividades de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre o MRR em cada bairro/localidade.</p> <p>Coordenar todo o processo de resolução de reclamações ao nível local, em articulação com os pontos focais locais.</p> <p>Resolver todas as reclamações que podem ser resolvidas ao seu nível e responder ao reclamante dentro dos prazos indicados.</p> <p>Encaminhar ao Comité Provincial de Resolução de Reclamações (CPRR) todas as reclamações que não podem ser resolvidas ao seu nível.</p> <p>Acompanhar todas as reclamações recebidas e o estágio de resolução, e registo da decisão final incluindo o nível de satisfação do reclamante.</p> <p>Manter a Base de Dados de registo e monitoria das reclamações atualizada.</p> <p>Manter os pontos focais de recebimento de reclamações informados semanalmente sobre o andamento dos trabalhos, e de outros aspetos considerados importantes, para que eles transmitam essa informação à comunidade.</p> <p>Manter a FCMU informada mensalmente sobre as reclamações recebidas, incluindo o</p>

		<p>estágio de resolução.</p> <p>Garantir que o Empreiteiro registre e resolva as reclamações dos seus trabalhadores e encaminhe ao Engenheiro Residente/equipa social da fiscalização os registos dessas reclamações, e das outras reclamações recebidas das partes interessadas e afetadas do projecto.</p>
3	<p>Pontos focais de recebimento de reclamações (membros da CLRR, e podem ser pessoas da comunidade identificadas para o efeito)</p>	<p>Autoridades tradicionais e líderes locais devem apoiar na identificação de moradores que podem ser pontos focais.</p> <p>Receber as reclamações das pessoas da comunidade através do preenchimento do Formulário de Registo de Reclamação, e solicitar mais informações para apuramento dos factos.</p> <p>Analisar se a reclamação pode ser resolvida com informação sobre o projecto e dar a informação ao reclamante (em articulação com a equipa social da fiscalização caso seja necessário).</p> <p>Informar imediatamente á equipa social da fiscalização caso seja uma reclamação de tipologia grave (acidente derivado de falta de segurança nas obras, exploração e abuso sexual, assédio sexual, trabalho infantil).</p> <p>Compilar os registos de reclamações recebidas e semanalmente e entregar á equipa social da fiscalização.</p> <p>Participar nas reuniões convocadas pelo ER/equipa social da fiscalização para a resolução de reclamações (quando necessário).</p> <p>Participar em reuniões trimestrais de avaliação do MRR convocadas pelo ER /equipa social da fiscalização.</p> <p>Apoiar as ações de Informação, Educação e Comunicação (IEC) das comunidades sobre o MRR.</p> <p>Dar informações á população sobre o andamento do projecto sempre que necessário.</p>

		<p>Administração Municipal deve apoiar na identificação e credenciação dos pontos focais.</p> <p>Autoridades tradicionais e líderes locais devem apoiar na identificação de moradores que podem ser pontos focais.</p> <p>Empresa Provincial de Água e Saneamento e Administração Municipal devem formalizar os seus pontos focais através de ofício, indicando a sua disponibilidade para o efeito (dias e horário em que podem receber reclamações do projecto).</p>
4	Empresa Provincial de Água e Saneamento (EPAS) e Administrações Municipais	<p>Receber as reclamações através dos seus Pontos Focais indigitados para o efeito.</p> <p>Dar informação de que dispõe ao reclamante (em articulação com a equipa social da fiscalização caso seja necessário).</p> <p>Informar imediatamente á equipa social da fiscalização caso seja uma reclamação de tipologia grave (acidente derivado de falta de segurança nas obras, exploração e abuso sexual, assédio sexual, trabalho infantil).</p> <p>Compilar os registos de reclamações e semanalmente e entregar á equipa social da fiscalização.</p> <p>Participar nas reuniões convocadas pelo ER/equipa social da fiscalização para a resolução de reclamações (quando necessário).</p> <p>Participar em reuniões trimestrais de avaliação do MRR convocadas pelo ER /equipa social da fiscalização.</p> <p>Apoiar com a IEC das comunidades sobre o MRR.</p> <p>Dar informações á população sobre o andamento do projecto sempre que necessário.</p> <p>Apoiar na identificação e credenciação dos pontos focais.</p> <p>Formalizar os seus pontos focais através de despacho para a FCMU, indicando a sua disponibilidade para o efeito (dias e horário em que podem receber reclamações do projecto).</p>
5	Comissão Provincial de Resolução	Governo Provincial deve formalizar a constituição da Comissão através de ofício.

	de Reclamações (CPRR)	<p>Receber os formulários de Registo de Reclamação da equipa social da fiscalização.</p> <p>Convocar os membros da Comissão para reunião, e o reclamante para fazer parte da reunião caso seja necessário.</p> <p>Análise conjunta da reclamação e decisão final sobre a mesma.</p> <p>Notificar o reclamante da decisão com conhecimento da equipa social da fiscalização.</p> <p>Participar em reuniões trimestrais de monitoria do MRR.</p>
--	-----------------------	--

